MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS**
Procurador-Geral da República**ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO**
Vice-Procuradora-Geral da República**LAURO PINTO CARDOSO NETO**
Secretário-Geral**DIÁRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
ELETRÔNICO**SAF/SUL QUADRA 04 LOTE 03
CEP: 70050-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3105-5100
<http://www.pgr.mpf.mp.br>**SUMÁRIO**

	Página
Conselho Institucional	1
Procuradoria da República no Estado de Alagoas.....	10
Procuradoria da República no Estado do Amapá.....	10
Procuradoria da República no Estado do Amazonas.....	12
Procuradoria da República no Estado da Bahia	15
Procuradoria da República no Estado do Ceará	22
Procuradoria da República no Distrito Federal	23
Procuradoria da República no Estado de Goiás	24
Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso.....	24
Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso do Sul.....	26
Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais	29
Procuradoria da República no Estado do Pará	33
Procuradoria da República no Estado do Paraná.....	36
Procuradoria da República no Estado de Pernambuco.....	38
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro.....	41
Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte	45
Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul.....	47
Procuradoria da República no Estado de Rondônia	50
Procuradoria da República no Estado de Roraima	50
Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina.....	51
Procuradoria da República no Estado de São Paulo.....	55
Expediente	66

CONSELHO INSTITUCIONAL**PAUTA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2015**

Dia: 10/06/2015

Hora: 9 horas

Local: Plenário do Conselho Superior do Ministério Público Federal (Edifício Sede da PGR - SAF Sul, Quadra 4, Conj C, Bl A, Cobertura, Sala 05 - Brasília-DF).

I – PEDIDO DE VISTA

- 1) Procedimento: 1.15.000.000526/2013-34
Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - CEARA
Parte(s): Interessado : MARCELO MESQUITA MONTE
Interessado : 1A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Relator: ANTONIO CARLOS PESSOA LINS - Distribuído em: 09/07/2014 17:56:41
Pedido de vista: Dr(a) EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA
Assunto: Recurso em face da decisão da 1ª CCR proferida na 244ª Sessão Ordinária, em 14.8.2013. Não homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público do Estado de Ceará, com retorno à origem para diligências no sentido de oficiar à Secretaria Municipal de Saúde de Apuiarés/CE, ressaltando-se o Princípio da Independência Funcional (art. 127, § 1º, da CF). Rede municipal de saúde. Responsabilidade solidária dos entes Federativos pelo funcionamento do Sistema Único de Saúde.

II – CONFLITOS DE ATRIBUIÇÃO

- 2) Procedimento: 1.29.000.002141/2014-05
Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - RIO GRANDE DO SUL
Parte(s): Suscitante : SUZETE BRAGAGNOLO - Núcleo da Seguridade Social-PRDC
Suscitado : CAROLINA DA SILVEIRA MEDEIROS - Núcleo de Controle da Administração-5ª CCR

- Relator: Dr(a) SANDRA VERONICA CUREAU - Distribuído em: 25/09/2014 14:31:05
- Assunto: Conflito de atribuições. Núcleo da Seguridade Social-PRDC (suscitante) e Núcleo de Controle da Administração- 5ª CCR (suscitada), da PR/RS. Identificação de falhas no serviço prestado pelo Sistema Único de Saúde. Deliberação da 5ª CCR no Encontro Nacional/2013: expedição de Recomendação aos Prefeitos Municipais e Secretários Estaduais de Saúde quanto à implantação de controle de ponto eletrônico para os profissionais de saúde e divulgação de quadro contendo os horários a serem cumpridos por médicos e odontólogos.
- 3) Procedimento: 1.18.000.001832/2012-03
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - GOIAS/APARECIDA DE GOIÂNIA
- Parte(s): Suscitante : BRUNO BAIOCCHI VIEIRA - Grupo de Controle Externo da Atividade Policial - 7ª CCR
Suscitado : MARCELLO SANTIAGO WOLFF - Núcleo de Combate à Corrupção - 5ª CCR
Interessado : HELIO TELHO CORREA FILHO
- Relator: Dr(a) SANDRA VERONICA CUREAU - Distribuído em: 19/11/2014 16:13:09
- Assunto: Conflito de atribuições. Grupo de Controle Externo da Atividade Policial - 7ª CCR (suscitante) e Núcleo de Combate à Corrupção - 5ª CCR (suscitado) da PR/RJ. Supostos crimes de falsa perícia (CP, artigo 342) e corrupção passiva (CP, artigo 317), praticados, em tese, por Auditor Federal de Controle Externo, em conluio com Perito Criminal. Secretaria de Saúde de Goiás. Irregularidades na aquisição de medicamentos com recursos da Fundação Nacional de Saúde-FUNASA.
- 4) Procedimento: 1.25.000.002998/2014-66
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - PARANA
- Parte(s): Suscitante : ADRIANA APARECIDA STOROZ MATHIAS DOS SANTOS - 8º Ofício Criminal e de Combate à Corrupção
Suscitado : RENITA CUNHA KRAVETZ - Ofício vinculado à 1ª CCR
Representante : MARCELO LOURENÇO
- Relator: Dr(a) SADY D'ASSUMPCAO TORRES FILHO - Distribuído em: 20/03/2015 13:18:28
- Assunto: Conflito de atribuições. 8º Ofício Criminal e de Combate à Corrupção (suscitante) e Ofício vinculado à 1ª CCR (suscitado), da PR/PR. Polícia Rodoviária Federal. Concurso público executado pelo CESPE/UnB. Edital nº 01/2013-PRF. Cargo de Policial Rodoviário Federal. Provimento e formação de cadastro de reserva. Excesso de vagas, sem a convocação de candidatos aprovados. Descumprimento do art. 16, § 2º, do Decreto nº 6.944/2009.
- 5) Procedimento: 1.25.000.003384/2014-00
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - PARANA
- Parte(s): Suscitante : ADRIANA APARECIDA STOROZ MATHIAS DOS SANTOS - Ofício vinculado à 5ª CCR
Suscitado : RENITA CUNHA KRAVETZ - Ofício vinculado à 1ª CCR
Representante : HERMANO GRISBACH
Representante : HENRY SCHNECK
- Relator: Dr(a) SADY D'ASSUMPCAO TORRES FILHO - Distribuído em: 20/03/2015 13:38:42
- Assunto: Conflito de atribuições. Ofício vinculado à 5ª CCR (suscitante) e Ofício vinculado à 1ª CCR (suscitado), da PR/PR. Polícia Rodoviária Federal. Concurso público executado pelo CESPE/UnB. Edital nº 01/2013-PRF. Cargo de Policial Rodoviário Federal. Provimento e formação de cadastro de reserva. Excesso de vagas, sem a convocação de candidatos aprovados. Descumprimento do art. 16, § 2º, do Decreto nº 6.944/2009.
- 6) Procedimento: 1.17.000.000439/2010-60
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - ESPIRITO SANTO/SERRA
- Parte(s): Suscitante : ELISANDRA DE OLIVEIRA OLIMPIO - 5º Ofício Cível/PFDC
Suscitado : FERNANDO AMORIM LAVIERI - matéria afeta à 5ª e vinculada à tutela do patrimônio público-1ª CCR
Representante : ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BENTO FERREIRA
- Relator: Dr(a) JOSE BONIFACIO BORGES DE ANDRADA - Distribuído em: 20/03/2015 16:57:56
- Assunto: Conflito de atribuições. 5º Ofício Cível/PFDC (suscitante) e 1º Ofício Cível/Criminal - matéria afeta à 5ª e vinculada à tutela do patrimônio público-1ª CCR (suscitado), da PR/ES. Secretaria do Patrimônio da União-SPU. Terreno de Marinha. Imóveis localizados no Bairro de Bento Ferreira, em Vitória/ES. Cobrança indevida de taxa de ocupação. Suposta ilegalidade.
- 7) Procedimento: 1.25.000.004144/2014-14
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - PARANA

- Parte(s): Suscitante : LETICIA POHL MARTELLO - 11º Ofício do Núcleo Criminal e de Combate à Corrupção-5ª CCR
Suscitado : CRISTIANA KOLISKI TAGUCHI - Ofício vinculado à 1ª CCR
Representante : Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Estado do Paraná
- Relator: Dr(a) SADY D'ASSUMPCAO TORRES FILHO - Distribuído em: 20/03/2015 18:19:38
- Assunto: Conflito de atribuições. 11º Ofício do Núcleo Criminal e de Combate à Corrupção-5ª CCR (suscitante) e Ofício vinculado à 1ª CCR (suscitado), da PR/PR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná-IFPR. Nomeação de Reitor por quatro anos, quando deveria ser pelo período correspondente ao restante do mandato do antecessor.
- 8) Procedimento: 1.25.000.001350/2014-72
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - PARANA
- Parte(s): Suscitante : LUIS SERGIO LANGOWSKI - 3º Ofício do Núcleo Cível e Ambiental-3ª CCR-Consumidor e Ordem Econômica
Suscitado : CRISTIANA KOLISKI TAGUCHI - Ofício vinculado à 1ª CCR
Suscitado : PAULA CRISTINA CONTI THA - 2º Ofício do Núcleo Criminal e de Combate à Corrupção
- Relator: Dr(a) ROBERTO LUIS OPPERMAN THOME - Distribuído em: 27/04/2015 13:23:12
- Assunto: Conflito de atribuições. 3º Ofício do Núcleo Cível e Ambiental-3ª CCR-Consumidor e Ordem Econômica (suscitante), Ofício vinculado à 1ª CCR (suscitado) e 2º Ofício do Núcleo Criminal e de Combate à Corrupção (suscitado), da PR/PR. Superintendência Regional do DNIT no Estado do Paraná. Relatório de Fiscalização de Obras Federais-FISCOBRAS 2007/TCU. Recuperação de trechos da BR-116, divisa SP/PR e PR/SC. Empresa Mafrense. Contrato PD/9 nº 0027/95-00. Quantitativos superiores à real necessidade. Supostas irregularidades.
- 9) Procedimento: 1.25.000.002471/2014-31
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - PARANA
- Parte(s): Suscitante : MONICA DOROTEA BORA - 1º Ofício Criminal e de Combate à Corrupção-5ª CCR
Suscitado : CRISTIANA KOLISKI TAGUCHI - Ofício vinculado à 1ª CCR
Representante : JOSE GILVAN DE OLIVEIRA
Representante : ADELAIDE BORTOLACI
- Relator: Dr(a) MARIO LUIZ BONSAGLIA - Distribuído em: 27/04/2015 13:51:41
- Assunto: Conflito de atribuições. 1º Ofício Criminal e de Combate à Corrupção-5ª CCR (suscitante) e Ofício vinculado à 1ª CCR (suscitado), da PR/PR. Concurso público para o cargo de Analista do Seguro Social-INSS. Edital nº 01/2013, executado pela FUNRIO. Ausência de publicação da fundamentação no julgamento dos recursos da prova objetiva. Supostas irregularidades.
- 10) Procedimento: 1.18.000.002165/2014-30
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - GOIAS/APARECIDA DE GOIÂNIA
- Parte(s): Suscitante : VIVIANE VIEIRA DE ARAUJO - 5º Ofício do Núcleo de Persecução Criminal-NUCRIM
Suscitado : RAPHAEL PERISSE RODRIGUES BARBOSA - 1º Ofício do Núcleo de Combate à Corrupção, vinculado à 5ª CCR
- Relator: Dr(a) JOSE BONIFACIO BORGES DE ANDRADA - Distribuído em: 27/04/2015 14:04:33
- Assunto: Conflito de atribuições. 5º Ofício do Núcleo de Persecução Criminal-NUCRIM (suscitante) e 1º Ofício do Núcleo de Combate à Corrupção, vinculado à 5ª CCR (suscitado), da PR/GO. EBCT. Agência na Cidade de Santo Antônio de Goiás/GO. Suposta prática do crime de furto continuado. Subtração, por vigilante terceirizado, de dois aparelhos celulares contidos no interior de encomendas postais.
- 11) Procedimento: 1.33.000.002715/2014-12
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - SANTA CATARINA
- Parte(s): Suscitante : DANIELE CARDOSO ESCOBAR - 6º Ofício do Patrimônio Público e Improbidade Administrativa-5ª CCR
Suscitado : ANALUCIA DE ANDRADE HARTMANN - 11º Ofício Ambiental-4ª CCR
- Relator: Dr(a) MONICA NICIDA GARCIA - Distribuído em: 27/04/2015 14:45:46
- Assunto: Conflito de atribuições. 6º Ofício do Patrimônio Público e Improbidade Administrativa-5ª CCR (suscitante) e 11º Ofício Ambiental-4ª CCR (suscitado), da PR/SC. Superintendência da SPU/SC. Suposta omissão reiterada em iniciar as providências para cancelamento de inscrição de ocupação em Área de Preservação Permanente (Lei 9636/98).

- 12) Procedimento: 1.25.000.000867/2014-44
Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - PARANA
Parte(s): Suscitante : LUIS SERGIO LANGOWSKI - Núcleo Cível e Ambiental-3ª CCR-Direito do Consumidor e Ordem Econômica
Suscitado : CRISTIANA KOLISKI TAGUCHI - Ofício vinculado à 1ª CCR
Suscitado : PAULA CRISTINA CONTI THA - Ofício vinculado à 5ª CCR
Representante : DEPUTADO ESTADUAL NEY LEPREVOST
Relator: Dr(a) EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA - Distribuído em: 27/04/2015 16:58:24
Assunto: Conflito de atribuições. Núcleo Cível e Ambiental-3ª CCR-Direito do Consumidor e Ordem Econômica (suscitante), Ofício vinculado à 1ª CCR e Ofício vinculado à 5ª CCR (suscitados), da PR/PR. Ministério dos Transportes. Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT. Concessão de Rodovia. BR 376, trecho entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. Suposto descumprimento do contrato de concessão pela Empresa Auto Pista Litoral Sul.
- 13) Procedimento: 1.25.000.000190/2015-25
Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - PARANA
Parte(s): Suscitante : ELOISA HELENA MACHADO - PRDC
Suscitado : CRISTIANA KOLISKI TAGUCHI - Ofício vinculado à 1ª CCR-Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em geral
Relator: Dr(a) JOSE ADONIS CALLOU DE ARAUJO SA - Distribuído em: 27/04/2015 17:38:04
Assunto: Conflito de atribuições. PRDC (suscitante) e Ofício vinculado à 1ª CCR-Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em geral (suscitado), da PR/PR. Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná. Falta de informações sobre as diárias concedidas a Conselheiros e empregados, esclarecimentos quanto a estrutura organizacional, competências, entre outras irregularidades. Possível afronta à Lei 12.527/2011 (Lei de acesso à Informação).
- 14) Procedimento: 1.25.000.003721/2014-51
Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - PARANA
Parte(s): Suscitante : LETICIA POHL MARTELLO - Ofício vinculado à 5ª CCR
Suscitado : CRISTIANA KOLISKI TAGUCHI - Ofício vinculado à 1ª CCR
Relator: Dr(a) MARIO LUIZ BONSAGLIA - Distribuído em: 04/05/2015 18:07:10
Assunto: Conflito de atribuições. Ofício vinculado à 5ª CCR (suscitante) e Ofício vinculado à 1ª CCR (suscitado), da PR/PR. 5ª Região Militar. Processo Seletivo. Aviso de Convocação para Seleção nº 002-SSMR/5.2, de 1º.9.2014. Cadastro de Reserva de Vagas-CRV. Prestação de serviço técnico temporário como Oficial Técnico Temporário /2015. Supostas irregularidades.
- 15) Procedimento: 1.29.000.001174/2012-68
Origem: PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA
Parte(s): Suscitante : CAROLINA DA SILVEIRA MEDEIROS - Núcleo do Controle da Administração
Suscitado : SILVANA MOCELLIN - Núcleo do Consumidor e Ordem Econômica
Representante : EDUARDO LOUREIRO GUTIERREZ
Relator: Dr(a) MONICA NICIDA GARCIA - Distribuído em: 06/05/2015 16:59:42
Assunto: Conflito de atribuições. Núcleo do Controle da Administração (suscitante) e Núcleo do Consumidor e Ordem Econômica (suscitado), da PR/RS. Ministério da Educação-MEC. Ensino Superior. Fundo de Financiamento Estudantil-FIES. Regulamentação. Suposto descumprimento do art. 6ª-B, inciso I, da Lei nº 10.260/2001, que determina a concessão de desconto de 1% do saldo devedor de financiamento contraído junto ao FIES a estudante ou graduado em curso de licenciamento que exerça profissão de professor na rede pública de educação básica.
- 16) Procedimento: 1.25.008.000056/2013-92
Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - PARANA
Parte(s): Suscitante : ELOISA HELENA MACHADO - PRDC
Suscitado : CRISTIANA KOLISKI TAGUCHI - Ofício vinculado à 1ª CCR
Representante – Marcelo Leifeld
Representado : MTE-PR - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARANÁ
Relator: Dr(a) ROBERTO LUIS OPPERMANN THOME - Distribuído em: 20/05/2015 14:50:25

- Assunto: Conflito de atribuições. PRDC (suscitante) e Ofício vinculado à 1ª CCR, da PR/PR. Ministério do Trabalho e Emprego no Paraná. Prestação de Serviço. Emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS. Má qualidade do atendimento. Irregularidades.
- 17) Procedimento: 1.25.000.001067/2015-21
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - PARANA
- Parte(s): Suscitante : ELOISA HELENA MACHADO - PRDC
Suscitado : CRISTIANA KOLISKI TAGUCHI - Ofício vinculado à 1ª CCR
Representante : RALF GUNTHER SHUMACHER
- Relator: Dr(a) ROBERTO LUIS OPPERMAN THOME - Distribuído em: 20/05/2015 15:13:04
- Assunto: Conflito de atribuições. PRDC (suscitante) e Ofício vinculado à 1ª CCR, da PR/PR. Acesso à Educação. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Ministério da Educação. Programa Ciência sem Fronteira. Graduação-Sanduíche na Austrália/Go8. Chamada Pública nº 185/2014. Alteração na lista dos aprovados sem previsão no edital.
- 18) Procedimento: 1.25.000.001652/2014-41
- Origem: PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA
- Parte(s): Suscitante : CRISTIANA KOLISKI TAGUCHI - Ofício vinculado à 1ª CCR
Suscitado : LETICIA POHL MARTELLO - Ofício vinculado à 5ª CCR
Representante : RAQUEL BANDEIRA
- Relator: Dr(a) FATIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI - Distribuído em: 01/06/2015 14:01:38
- Assunto: Conflito de atribuições. Ofício vinculado à 1ª CCR (suscitante) e Ofício vinculado à 5ª CCR (suscitado), da PR/PR. Regularização fundiária. Vila Domitila/Gleba Juverê, Bairro Cabral, em Curitiba/PR. Cópia da Notícia de Fato nº 0046.13.003465-8 (MPE/PR).
- 19) Procedimento: 1.25.000.003442/2014-97
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - PARANA
- Parte(s): Suscitante : ALEXANDRE MELZ NARDES - Ofício vinculado à 5ª CCR
Suscitado : CRISTIANA KOLISKI TAGUCHI - Ofício vinculado à 1ª CCR
- Relator: Dr(a) FATIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI - Distribuído em: 01/06/2015 14:02:11
- Assunto: Conflito de atribuições. Ofício vinculado à 5ª CCR (suscitante) e Ofício vinculado à 1ª CCR (suscitado), da PR/PR. Sistema Único de Saúde-SUS. Gestão de serviço. Deliberação da 5ª CCR no Encontro Nacional/2013. Expedição de recomendações ao SUS para que: 1) forneçam certidões aos cidadãos que não conseguirem atendimentos, para futura instrução de ações judiciais requerendo a prestação desse serviço público; 2) implantem controle de ponto eletrônico para os profissionais de saúde e divulguem quadro com os horários a serem cumpridos pelos médicos e odontólogos.
- 20) Procedimento: 1.25.000.000703/2015-06
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - PARANA
- Parte(s): Suscitante : CRISTIANA KOLISKI TAGUCHI - Ofício vinculado à 1ª CCR-Direitos Sociais e Atos Administrativos em geral
Suscitado : RENITA CUNHA KRAVETZ - Ofício vinculado à 5ª CCR-Combate à Corrupção
- Relator: Dr(a) FATIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI - Distribuído em: 01/06/2015 14:02:48
- Assunto: Conflito de atribuições. Ofício vinculado à 1ª CCR-Direitos Sociais e Atos Administrativos em geral (suscitante) e Ofício vinculado à 5ª CCR-Combate à Corrupção (suscitado). Município de Adrianópolis/PR. Relatório de Fiscalização nº 37037 - 37ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos. Supostas irregularidades relativas à aplicação de recursos oriundos do Ministério da Educação: utilização de veículos inadequados para o transporte de alunos; documentação irregular dos condutores utilizados para o transporte de alunos; edital de licitação sem exigência de apresentação de amostras dos produtos a serem adquiridos; falta de nutricionistas para elaboração e acompanhamento de cardápio de merenda escolar; e outros.
- 21) Procedimento: JF-RJ-INQ-2011.51.01.810592-7
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - RIO DE JANEIRO
- Parte(s): Suscitante : THIAGO LEMOS DE ANDRADE - Núcleo de Combate à Corrupção
Suscitado : VINICIUS PANETTO DO NASCIMENTO - 18º Ofício

- Relator: Dr(a) SANDRA VERONICA CUREAU - Distribuído em: 20/02/2015 12:32:31
- Assunto: Conflito de atribuições. Núcleo de Combate à Corrupção (suscitante) e 18º Ofício (suscitado), da PR/RJ. Rede Nacional de Ensino a Distância (Rede EAD), Regional/RJ. Nomeação de tutores, militares da ativa, com recursos oriundos do Programa Nacional de Segurança com cidadania (Pronasci). Suposto delito de estelionato.
- 22) Procedimento: JF-RJ-INQ-0027536-60.2013.4.02.5101
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - RIO DE JANEIRO
- Parte(s): Suscitante : THIAGO LEMOS DE ANDRADE - Núcleo de Combate à Corrupção-NCC
Suscitado : ANA PAULA RIBEIRO RODRIGUES - Ofício Criminal - comum ou residual
- Relator: Dr(a) RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE - Distribuído em: 14/04/2015 11:27:28
- Assunto: Conflito de atribuições. Núcleo de Combate à Corrupção-NCC (suscitante) e Ofício Criminal - comum ou residual (suscitado), da PR/RJ. Percepção de benefício previdenciário (aposentadoria por invalidez) supostamente fraudulento. Art. 171, § 3º do CP. Inquérito Policial nº 0334/2013-5.
- 23) Procedimento: 1.34.003.000044/2014-80
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA NO MUNICIPIO DE BAURU/AVARE/BOTUCA
- Parte(s): Suscitante : PAULO JOSE ROCHA JUNIOR - PR/DF
Suscitado : ANDRE LIBONATI - PRM/Bauru/SP
- Relator: Dr(a) JOSE BONIFACIO BORGES DE ANDRADA - Distribuído em: 19/11/2014 18:31:44
- Assunto: Conflito de atribuições. PR/DF (suscitante) e PRM/Bauru/SP (suscitada). Recurso em face da decisão da 3ª CCR proferida na 4ª Sessão Ordinária, em 30.5.2014. Reconhecimento da atribuição da PRM/Bauru/SP, para oficiar no feito. Caixas Econômica Federal. Concurso Mega Sena. Distribuição de prêmios. Supostas irregularidades, sugerindo subtração dos valores pagos aos apostadores premiados.

III - RECURSOS DE ARQUIVAMENTO

- 24) Procedimento: 1.28.000.000342/2013-16
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - RIO GRANDE DO NORTE
- Parte(s): Interessado : ILIA FREIRE FERNANDES BORGES
Interessado : 5A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
- Relator: Dr(a) EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA - Distribuído em: 25/09/2014 14:31:02
- Assunto: Recurso em face da decisão da 5ª CCR proferida na 792ª Sessão Ordinária, em 20.3.2014. Não homologação da promoção de arquivamento, com o retorno à origem para retorno para diligências. Senador da República. Emissora de Televisão "TV TROPICAL", no Município de Natal/RN. Participação na sociedade como sócio-minoritário. Irregularidade. Vedação do Art. 54, II, "a" da CF.
- 25) Procedimento: 1.30.008.000067/2006-83
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA NO MUNICIPIO DE RESENDE-RJ
- Parte(s): Interessado : PAULO SERGIO FERREIRA FILHO
Interessado : 4A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
- Relator: Dr(a) MARIO LUIZ BONSLAGLIA - Distribuído em: 29/01/2015 16:27:53
- Assunto: Recurso em face da decisão da 4ª CCR proferida na 420ª Sessão Ordinária, em 11.11.2014. Não homologação da promoção de arquivamento, com o retorno à origem para realização da averbação da Reserva Legal, conforme pactuado no TAC. Unidades de Conservação da Natureza. Corte da árvores sem autorização ambiental nos limites da APA Serra da Mantiqueira e no entorno do Parque Nacional do Itatiaia, em Itatiaia/RJ. TAC firmado entre o MPF e a investigada para reparação dos danos ambientais e averbação da Reserva Legal da propriedade rural.
- 26) Procedimento: 1.28.000.000628/2013-00
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - RIO GRANDE DO NORTE
- Parte(s): Interessado : RONALDO SERGIO CHAVES FERNANDES
Interessado : 1A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Representante : 15ª SRPRF - 15ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
- Relator: Dr(a) ANA BORGES COELHO SANTOS - Distribuído em: 24/02/2015 13:06:37
- Assunto: Recurso em face da decisão da 1ª CCR proferida na 15ª Sessão Extraordinária, em 29.4.2014. Não homologação da promoção de arquivamento, com retorno à origem para fiscalizar o cumprimento do TAC, observado o Princípio da Independência Funcional (CF-art. 127, § 1º), com remessa de cópia à 5ª CCR (eventual improbidade, ocorrência

de reincidência, Polícia Rodoviária, qualidade do funcionamento), à 2ª CCR (acidentes de trânsito) e à PFDC (acessibilidade da rodovia e estatística de acidentes). 15ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal/RN. Ofício nº 088/2012-GAB/15ª SRPRF. Desmembramento. Empresa ÁGUA MINERAL POTIGUAR LTDA. - EPP. Transporte de carga, em Rodovia Federal, com excesso de peso, no período de 2009 a 2011.

- 27) Procedimento: 1.28.000.000681/2013-01
Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - RIO GRANDE DO NORTE
Parte(s): Interessado : RONALDO SERGIO CHAVES FERNANDES
Interessado : CAROLINE MACIEL DA COSTA
Interessado : 1A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Representante : 15ª SRPRF - 15ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
Relator: Dr(a) SANDRA VERONICA CUREAU - Distribuído em: 24/02/2015 13:29:39
Assunto: Recurso em face da decisão da 1ª CCR proferida na 250ª Sessão Ordinária, em 2.6.2014. Não homologação da promoção de arquivamento, com retorno à origem para fiscalizar o cumprimento do TAC, observado o Princípio da Independência Funcional (CF-art. 127, § 1º), com remessa de cópia à 5ª CCR (eventual improbidade, ocorrência de reincidência, Polícia Rodoviária, qualidade do funcionamento), à 2ª CCR (acidentes de trânsito) e à PFDC (acessibilidade da rodovia e estatística de acidentes). 15ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal/RN. Ofício nº 088/2012-GAB/15ª SRPRF. Desmembramento. Empresa TRANSPORTE DE CARGAS TEIXEIRA LTDA. EPP. Transporte de carga, em Rodovia Federal, com excesso de peso, no período de 2009 a 2011.
- 28) Procedimento: 1.28.000.000756/2013-45
Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - RIO GRANDE DO NORTE
Parte(s): Interessado : CAROLINE MACIEL DA COSTA
Interessado : RONALDO SERGIO CHAVES FERNANDES
Interessado : 1A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Representante : 15ª SRPRF - 15ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
Relator: Dr(a) ANA BORGES COELHO SANTOS - Distribuído em: 24/02/2015 14:43:07
Assunto: Recurso em face da decisão da 1ª CCR proferida na 250ª Sessão Ordinária, em 2.6.2014. Não homologação da promoção de arquivamento, com retorno à origem para fiscalizar o cumprimento do TAC, observado o Princípio da Independência Funcional (CF-art. 127, § 1º), com remessa de cópia à 5ª CCR (eventual improbidade, ocorrência de reincidência, Polícia Rodoviária, qualidade do funcionamento), à 2ª CCR (acidentes de trânsito) e à PFDC (acessibilidade da rodovia e estatística de acidentes). 15ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal/RN. Ofício nº 088/2012-GAB/15ª SRPRF. Desmembramento. Empresa QUALLYTRIGO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO LTDA. Transporte de carga, em Rodovia Federal, com excesso de peso, no período de 2009 a 2011.
- 29) Procedimento: 1.14.002.000014/2011-23
Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA NO MUNICÍPIO DE CAMPO FORMOSO-BA
Parte(s): Interessado : GABRIEL PIMENTA ALVES
Interessado : ELTON LUIZ FREITAS MOREIRA
Interessado : 4A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Relator: Dr(a) MONICA NICIDA GARCIA - Distribuído em: 09/03/2015 18:00:47
Assunto: Recurso em face da decisão da 4ª CCR proferida na 417ª Sessão Ordinária, em 14.10.2014. Não homologação da promoção de arquivamento, com o retorno à origem considerando a necessidade de aplicação individualizada da irregularidade ambiental praticada pela empresa infratora. Relatório da 23ª Etapa de Fiscalização Preventiva Integrada da Bacia do São Francisco-FPI. EMPRESA PIETRINE SERVIÇOS EM PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA., situada na Fazenda Cais, no Município de Ourolândia/BA, autuada por extração mineral sem licenciamento ambiental. Ministério Público do Trabalho. Instituto do Meio Ambiente-IMA. Termo de Ajustamento de Conduta. Área não situada em APP. DNPM. Área sem autorização de lavra e licenciamento ambiental. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos-INEMA. Processo de licenciamento ambiental em análise.
- 30) Procedimento: 1.14.002.000016/2011-12
Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA NO MUNICÍPIO DE CAMPO FORMOSO-BA
Parte(s): Interessado : ELTON LUIZ FREITAS MOREIRA
Interessado : GABRIEL PIMENTA ALVES
Interessado : 4A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Relator: Dr(a) DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA - Distribuído em: 09/03/2015 18:15:23

- Assunto: Recurso em face da decisão da 4ª CCR proferida na 417ª Sessão Ordinária, em 14.10.2014. Não homologação da promoção de arquivamento, com o retorno à origem considerando a necessidade de aplicação individualizada da irregularidade ambiental praticada pela empresa infratora. Relatório da 23ª Etapa de fiscalização Preventiva Integrada da Bacia do São Francisco-FPI. EMPRESA TRAVERTINOS DA BAHIA LTDA., situada na Fazenda Mucambo, no Município de Ourolândia/BA, autuada por extração mineral sem licenciamento ambiental. Ministério Público do Trabalho. Instituto do Meio Ambiente-IMA. Termo de Ajustamento de Conduta. Área não situada em APP. DNPM. Área sem autorização de lavra e licenciamento ambiental. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos-INEMA. Processo de licenciamento ambiental em análise.
- 31) Procedimento: 1.30.008.000118/2006-77
Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA NO MUNICIPIO DE RESENDE-RJ
Parte(s): Interessado : PAULO SERGIO FERREIRA FILHO
Interessado : 4A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Representante : PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA/RJ
Relator: Dr(a) JOAO AKIRA OMOTO - Distribuído em: 27/04/2015 15:26:42
Assunto: Recurso em face da decisão da 4ª CCR proferida na 424ª Sessão Ordinária, em 16.12.2014. Não homologação da promoção de arquivamento, com o retorno à origem para diligências, a fim de que se obtenha a averbação da reserva legal. Unidade de conservação da natureza. Dano ambiental decorrente de queima de vegetação, sem autorização, nos limites da Área de proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira e no entorno do Parque Nacional do Itatiaia, no Município de Itatiaia/RJ.
- 32) Procedimento: 1.27.002.000383/2013-20
Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA NO MUNICIPIO DE FLORIANO-PI
Parte(s): Interessado : ANTONIO MARCOS MARTINS MANVAILER
Interessado : 2A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Relator: Dr(a) EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA - Distribuído em: 27/04/2015 15:39:49
Assunto: Recurso em face da decisão da 2ª CCR proferida na 589ª Sessão Ordinária, em 25.11.2013. Não homologação da promoção de arquivamento, com o retorno à origem para designação de outro membro do MPF para prosseguir na persecução penal. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE. Prefeitura Municipal de Bertolínia/PI. Convênio nº 658131/2009. Aquisição de um ônibus escolar . Programa "Caminho da Escola"/2009. Possível malversação de verbas públicas federais.
- 33) Procedimento: 1.18.000.001826/2011-67
Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - GOIAS/APARECIDA DE GOIÂNIA
Parte(s): Interessado : LEA BATISTA DE OLIVEIRA
Interessado : 1A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Relator: Dr(a) RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE - Distribuído em: 27/04/2015 16:17:32
Assunto: Recurso em face da decisão da 1ª CCR proferida na 16ª Sessão Extraordinária, em 9.6.2014. Não homologação da promoção de arquivamento, com o retorno à origem, para as providências cabíveis, observado o princípio da independência funcional. COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS-CPRM. Processo seletivo. Admissão de estagiários. Ausência de especificação das regras adotadas na seleção dos candidatos. Possível ofensa aos princípios que regem a administração pública.
- 34) Procedimento: 1.18.000.001821/2011-34
Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - GOIAS/APARECIDA DE GOIÂNIA
Parte(s): Interessado : LEA BATISTA DE OLIVEIRA
Interessado : 1A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Relator: Dr(a) ANA BORGES COELHO SANTOS - Distribuído em: 27/04/2015 16:27:12
Assunto: Recurso em face da decisão da 1ª CCR proferida na 16ª Sessão Extraordinária, em 9.6.2014. Não homologação da promoção de arquivamento, com retorno à origem, para providências, observado o princípio da independência funcional. EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA EM GOIÁS-INFRAERO/GO. Processo seletivo. Admissão de estagiários. Ausência de especificação das regras adotadas na seleção dos candidatos. Possível ofensa aos princípios que regem a administração pública.
- 35) Procedimento: 1.18.000.001816/2011-21
Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - GOIAS/APARECIDA DE GOIÂNIA

- Parte(s): Interessado : LEA BATISTA DE OLIVEIRA
Interessado : 1A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
- Relator: Dr(a) JOSE ADONIS CALLOU DE ARAUJO SA - Distribuído em: 27/04/2015 16:37:35
- Assunto: Recurso em face da decisão da 1ª CCR proferida na 17ª Sessão Extraordinária, em 10.6.2014. Não homologação da promoção de arquivamento, com retorno à origem para providências cabíveis, observado o princípio da independência funcional. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA-EMBRAPA/GO. Processo seletivo. Admissão de estagiários. Ausência de especificação das regras adotadas na seleção dos candidatos. Possível ofensa aos princípios que regem a administração pública.
- 36) Procedimento: 1.18.000.001814/2011-32
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - GOIAS/APARECIDA DE GOIÂNIA
- Parte(s): Interessado : LEA BATISTA DE OLIVEIRA
Interessado : 1A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
- Relator: Dr(a) DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA - Distribuído em: 27/04/2015 16:44:52
- Assunto: Conflito de atribuições. Ofício da Ordem Econômica e Consumidor (suscitante) e Ofício do Patrimônio Público e Social (suscitado), da PR/DF. Caixa Econômica Federal - CEF. Superintendência Nacional de Loterias e Jogos. Suposta prática de direcionamento de concurso de prognóstico denominado "Mega Sena da Virada", cuja receita financia a própria seguridade social (saúde, previdência e assistência social).
- 37) Procedimento: 1.26.000.000836/2012-94
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA - PERNAMBUCO
- Parte(s): Interessado : MABEL SEIXAS MENG
Interessado : 4A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
- Relator: Dr(a) DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA - Distribuído em: 05/05/2015 09:02:44
- Assunto: Recurso em face da decisão da 4ª CCR proferida na 428ª Sessão Ordinária, em 3.3.2015. Não homologação da promoção de arquivamento, com retorno à origem para diligências indicadas. Área de Preservação Permanente-APP. Município de Paulista/PE, região de Maria Farinha. Construções irregulares: muros, varandas suspensas sobre o espelho d'água, píeres para embarque e desembarque dos proprietários/ocupantes dos terrenos às margens do Rio Timbó, para fins particulares. Supostos danos ambientais.
- 38) Procedimento: 1.33.000.003126/2010-10
- Origem: PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA
- Parte(s): Interessado : WALMOR ALVES MOREIRA
Interessado : 4A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
- Relator: Dr(a) RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE - Distribuído em: 20/05/2015 13:49:18
- Assunto: Recurso em face da decisão da 4ª CCR proferida na 421ª Sessão Ordinária, em 20.11.2014. Não homologação da promoção de arquivamento, com o retorno à origem para diligências a fim de que comprove a efetiva reparação dos danos ambientais. Área de preservação permanente. Recuperação de área degradada. Município de Florianópolis/SC. Lançamento de resíduos sólidos e aterro irregular em margem de curso d'água. Ação Penal nº 5010888-05.20122.404.7200. Oferecimento de denúncia. Concessão de suspensão condicional do processo mediante a condição de recuperação ambiental da área.
- 39) Procedimento: JF-AÇA-INQ-0002470-40.2013.4.03.6107
- Origem: PROCURADORIA DA REPUBLICA NO MUNICIPIO DE ARACATUBA-SP
- Parte(s): Interessado : GUSTAVO MOYSES DA SILVEIRA
Interessado : 2A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
- Relator: Dr(a) JOAO AKIRA OMOTO - Distribuído em: 19/02/2015 15:01:53
- Assunto: Recurso em face da decisão da 2ª CCR proferida na 597ª Sessão Ordinária, em 12.5.2014. Não homologação da promoção de arquivamento (CPP, art. 28 c/c LC 75/93, art. 62, IV), com o retorno à origem para designação de outro membro para prosseguir na persecução penal. Possível crime de fraude processual (art. 347 do CP) e eventuais ilícitos tributários praticados por responsáveis legais de empresas do ramo de bebidas. Ajuizamento paralelos de ações cautelares de protestos, consignação, petições reiteradas com pedidos sobrepostos, visando fraudar a Fazenda Nacional em processo judicial. Inquérito Policial nº 0065/2013

IV - OUTROS

- 40) Procedimento: 1.00.000.007260/2013-83

Origem: PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA
 Parte(s): Interessado : 4A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
 Relator: Dr(a) DENISE VINCI TULIO - Distribuído em: 09/07/2014 16:39:09
 Assunto: Consulta. Declínio de atribuições. Princípio da independência funcional. Art. 62, I, da LC nº 75/93 e art. 7º, I, da Resolução CSMPF nº 120. Procedimento a ser adotado nos casos em que, mesmo após a deliberação da Câmara no sentido de reconhecer a atribuição do MPF para uma determinada matéria, o Membro oficiante venha a adotar posicionamento diverso nos autos da ação judicial, manifestando-se favoravelmente ao declínio.

41) Procedimento: 1.00.000.003137/2012-11

Origem: PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA
 Parte(s): Interessado : 5A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
 Relator: Dr(a) DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA - Distribuído em: 09/07/2014 18:04:54
 Assunto: Enunciado nº 21 da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão: "Decisão de Não Recorrer de Sentença ou Acórdão que Negar Pedido Ministerial - Em respeito à exigência de fundamentação dos autos do Ministério Público, ao princípio da unidade institucional e à natureza da ação civil pública, deve o membro oficiante nos autos justificar, por meio de nota interna dirigida à 5ª CCR, a decisão de não interpor recurso da sentença ou do acórdão que negar pedido ministerial." Necessidade de uniformizar decisão para atender a todas as Câmaras. (Ref.: PA nº 1.00.000.000755/2010-39)

Brasília, 2 de junho de 2015

ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO
 Presidente do CIMPF

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS

PORTARIA Nº 13, DE 30 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e:

- considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- considerando a incumbência prevista nos arts. 6º, VII, b, e 7º, I, da X Lei Complementar nº 75/93;
- considerando que o objeto da presente investigação se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- considerando o disposto na Resolução CSMPF nº 87/2006;
- considerando os elementos constantes no expediente anexo;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto a apuração dos fatos veiculados na Notícia de Fato nº 1.11.000.000530/2015-11.

Autue-se a presente portaria, nos termos do art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, consignando-se os dados apresentados em seguida.

OBJETO: Apurar a suposta omissão na prestação de contas de recursos provenientes do FNDE, pelo ex-gestor do Município de Satuba/AL.

REPRESENTANTE: Prefeitura do Município de Satuba/AL

REPRESENTADO: Cícero Ferreira da Silva

Oficie-se conforme despacho em anexo.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

MARCELO JATOBÁ LÔBO
 Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 7, DE 12 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da república signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da constituição da república, e:

- considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da constituição federal;
- considerando a incumbência prevista no artigo 6º, vii, "a" e no artigo 7º, inciso i, da lei complementar 75/93;
- considerando o disposto no artigo 4º, ii, da resolução nº 87/2010 do conselho superior do ministério público federal;
- considerando os fatos narrados no inquérito civil n.º 1.12.000.000990/2010-90, instaurado a partir do relatório de fiscalização 01371 realizados pela controladoria geral da união.

e) considerando que o inquérito civil público é um procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo ministério público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo

como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais, na forma do art. 1º da resolução n.º 87/2010 do conselho superior do ministério público federal.

Resolve aditar a portaria de aditamento n.º 01, de 24 de julho de 2013, a fim de substituir os termos:

“para acompanhamento das ações a serem executadas que visem a sanar os problemas constatados quanto à inoperância do hospital de clínicas alberto lima na realização de cirurgias eletivas”.

pelos seguintes termos:

“apurar as ações a serem executadas pelo estado do amapá, que visem a sanar os problemas constatados quanto à inoperância do hospital de clínicas alberto lima, no que tange à realização de cirurgias eletivas”.

f) expedição de ofício à diretoria do hospital de clínicas alberto lima para que, no prazo de 15 dias, informe sobre o seguinte: a) se a empresa síntese comercial hospital ltda ainda é a responsável pela dispensação de materiais cirúrgicos ortopédicos e outros serviços afins, encaminhando cópia do contrato administrativo vigente, em caso positivo; b) regularidade na entrega de materiais instrumentais (acostando-se cópia da fl. 215), informando os motivos dos atrasos, quando verificados; c) estatísticas de cirurgias suspensas nos anos de 2014/2015, especialmente em virtude de falta de leitos, ausência de médico-cirurgião e cirurgião auxiliar, falta de anestesistas ou salas destinadas a esses profissionais;

FELIPE DE MOURA PALHA E SILVA
Procurador Regional dos Direitos do Cidadão

PORTARIA Nº 9, DE 29 DE ABRIL DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, “a” e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando o disposto no artigo 4º, II, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

d) considerando os fatos narrados no Inquérito Civil n.º 1.12.000.000659/2011-51, instaurado a partir do Termo de Declaração n.º 154/2011, da Sra. Maria dos Anjos Marques Pereira, segundo a qual a faculdade FABRAN não implementou as políticas de acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais, especialmente no que tange à instalação de elevador no prédio;

e) considerando que a Portaria n.º 211 de 20/09/2011 foi aditada pela Portaria de Aditamento n.º 03, de 29/08/2013, para incluir, no objeto do Inquérito Civil, todas as Universidades do Estado e Faculdades do Estado, exceto UNIFAP e IFAP;

f) considerando que o Inquérito Civil Público é um procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais, na forma do art. 1º da Resolução n.º 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve aditar a Portaria n.º 211, de 20 de setembro de 2011, a fim de substituir os termos:

“acompanhamento das medidas alusivas à política de inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais nas Universidades e Faculdades do Estado do Amapá, excluindo-se destes autos, a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e o Instituto Federal do Amapá (IFAP), cujo processamento se promove no ICP 1.12.000.000284/2007-42 e ICP 1.12.000.000587/2012-22, respectivamente.”

Pelos seguintes termos:

“apurar a implementação de medidas alusivas à política de inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais nas Universidades e Faculdades do Estado do Amapá, excluindo-se destes autos, a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e o Instituto Federal do Amapá (IFAP), cujo processamento se promove no ICP 1.12.000.000284/2007-42 e ICP 1.12.000.000587/2012-22, respectivamente..”

g) Expeça-se ofício à Faculdade Brasil Norte (Amapá) para que, no prazo de 10 dias úteis, informe se o projeto de engenharia civil relativo à instalação de elevador nas dependências daquela IES já foi elaborado e executado e, em caso de a resposta ser negativa, os respectivos motivos da não implementação, devendo encaminhar toda a documentação comprobatória do alegado;

f) Expeça-se ofício à Faculdade de Macapá (FAMA) para que, no prazo de 10 dias úteis, informe se, em relação ao Bloco F (curso de Odontologia), há rampas de acesso do pavimento térreo para os pavimentos superiores e, sendo a resposta negativa, quais medidas aquela IES tem tomado para a solução dos problemas de acessibilidade, informando seus respectivos prazos de conclusão, devendo ainda encaminhar toda a documentação comprobatória do alegado.

FELIPE DE MOURA PALHA E SILVA
Procurador Regional dos Direitos do Cidadão

PORTARIA Nº 133, DE 27 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da CF/88;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO o Ofício nº 242/2015-CEE/AP, no qual o Conselho Estadual de Educação do Amapá relatou a exoneração e, posterior, nomeação dos conselheiros das vagas representantes das comunidades indígenas para composição daquele órgão, sem a devida comprovação dos atos motivadores da situação;

CONSIDERANDO que o colegiado recebeu correspondência denominada Carta Aberta dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará, assinada por 27 (vinte e sete) pessoas, na qual denunciavam que a exoneração dos conselheiros havia ocorrido sem a consulta prévia dos povos indígenas;

CONSIDERANDO que a entidade relata que recebeu requerimento de Noel Henrique dos Santos, no qual solicitava a posse no cargo, ao mesmo tempo, em que apresentava a Carta Aberta do Fórum Estadual 2015

CONSIDERANDO que em expediente posterior, o órgão recebeu outra Carta Aberta dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará, assinada por 5 (cinco) pessoas, apoiando a nomeação dos novos conselheiros;

CONSIDERANDO que a documentação anexa ao ofício não comprovam o atendimento ao disposto no art. 6º, da Convenção 169, que assegura o direito dos povos indígenas de serem consultados, de forma prévia, livre e informada, antes de serem tomadas decisões que possam afetar seus bens ou direitos.

CONSIDERANDO que os fatos apontados acima, se inserem no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Determino a instauração de Inquérito Civil, vinculado à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, tendo por objeto apurar possível descumprimento do art. 6º, da Convenção 169, que assegura o direito dos povos indígenas de serem consultados, de forma prévia, livre e informada, antes de serem tomadas decisões que possam afetar seus bens ou direitos, no processo de indicação dos indígenas que iram ocupar a vaga de conselheiros representantes das comunidades indígenas no Conselho Estadual de Educação.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

THIAGO CUNHA DE ALMEIDA
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 16, DE 20 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos, na defesa judicial e extrajudicial das populações indígenas, bem como a competência da Justiça Federal para processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas, nos termos do art. 5º, III, alínea “e”, art. 6º, VII, “c”, XI da Lei Complementar nº 75/93 e dos arts. 127, 129, V, e 109, XI, da CF/88;

CONSIDERANDO as atribuições do 5º Ofício Cível sobre os procedimentos relativos aos direitos das populações indígenas, das minorias e demais matérias afetas à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do artigo 12, I, da Resolução PR/AM nº 01/2012;

CONSIDERANDO que são reconhecidos aos índios os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupem, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens, conforme disposição do art. 231, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a disposição do art. 205, da Constituição da República, segundo o qual a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, e deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 210, da Constituição da República, o ensino fundamental deve assegurar a formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais;

CONSIDERANDO a realização da 8ª edição do projeto “MPF na Comunidade”, realizada no período de 12 a 17/04/2015, nos municípios de Rio Preto da Eva e Itacoatiara;

CONSIDERANDO os fatos relatados em relação ao serviço de educação escolar indígena prestado à aldeia Unidos do Cana, na terra indígena Rio Urubu;

CONSIDERANDO que, de acordo com os relatos, a comunidade solicitou da Prefeitura de Itacoatiara a construção de ao menos 4 escolas para atender a demanda de alunos, mas somente foi criado um anexo à Escola Municipal Manoel de Souza, já existente;

CONSIDERANDO ainda, que a referida escola encontra-se em condições precárias de estrutura, não dispondo de água potável, bem como que os recursos destinados ao transporte escolar não seriam suficientes para cobrir as despesas de combustível e manutenção das embarcações;

RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL para “apurar as condições de prestação do serviço de educação indígena na Aldeia Unidos do Cana, na terra indígena Rio Urubu, em Itacoatiara/AM”.

Como providências iniciais, DETERMINO:

I – O envio do(s) expediente(s) correlato(s) à COJUR para autuação e registro no âmbito da PR/AM;

II – A comunicação da instauração à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, para ciência, por meio do Sistema Único;

III – O envio de cópia desta portaria à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM;

IV – A expedição de ofício ao município de Itacoatiara para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, manifeste-se acerca dos fatos relatados, encaminhando cópia dos documentos pertinentes;

V – O encaminhamento de cópia da denúncia à Coordenação Cível, para distribuição entre os ofícios incumbidos da defesa do patrimônio público, tendo em vista a possível malversação de recursos do Programa Nacional de Transporte Escolar;

VI – A designação da assessora ISABELA DO AMARAL SALES para secretariar os trabalhos.

FERNANDO MERLOTO SOAVE
Procurador da República

PORTARIA Nº 20, DE 5 DE OUTUBRO DE 2009

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, com fundamento nas disposições constitucionais e legais;

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando a celebração do 3º Termo Aditivo ao Convênio n. 57/2007, em 29/12/2008, com a publicação no Diário Oficial da União do dia 31 seguinte, para inserção do Governo do Estado do Amazonas, por meio da Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus – SRMM, na qualidade de interveniente executor.

RESOLVE:

a) aditar a Portaria nº 008/2008, para que conste como objeto do Inquérito Civil Público nº 1.13.000.000779/2008-15 apurar e identificar o ente federativo responsável pela conservação das vias do Distrito Industrial, bem como verificar a regularidade formal, material e de execução do convênio firmado entre a SUFRAMA, CIEAM e ESTADO DO AMAZONAS, cujo objeto é a revitalização do Sistema Viário do Distrito Industrial de Manaus.

Para isso, DETERMINA-SE:

I – que o aditamento seja registrada no âmbito da PR/AM, fazendo-se as anotações necessárias em livro próprio e publicações de praxe;

II – comunique-se o aditamento à Doutra 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

Após, conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO
Procurador da República

PORTARIA Nº 32, DE 1º DE JUNHO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, pelo artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei 7.347/1985 e pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/1993;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis conforme dispõe o artigo 1º da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993;

CONSIDERANDO a legitimidade do Ministério Público Federal no interesse difuso ou coletivo conforme o artigo 5º da Lei 7.347 de 24 de julho de 1985 a qual disciplina a Ação Civil Pública.

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

CONSIDERANDO as atribuições do 1º Ofício Cível relativas à tutela dos direitos do cidadão (PRDC), conforme art. 1º, inciso I, da Resolução 01/2006 da Procuradoria da República no Estado do Amazonas (PR/AM), na redação dada pela Resolução 01/2010;

CONSIDERANDO o procedimento preparatório de autos nº 1.13.000.002188/2014-21, com objetivo de apurar representação feita pela Associação dos Moradores da Vila Céu do Mapiá, em que o Secretário Geral solicita intervenção do MPF para garantir a presença do poder público na região.

CONSIDERANDO que o mencionado procedimento já tramita há mais de 180 (cento e oitenta) dias, prazo máximo previsto no art. 4º, §1º, da Resolução CSMPF Nº 87/2010, sem que se tenha logrado trazer aos autos elementos suficientes para se concluir pelo seu arquivamento ou para embasarem a propositura de ação civil pública (cf. art. 4º, §4º, da Res. CSMPF 87/2010);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 2º, § 6º, da resolução nº 23/2007 do CNMP, o “o procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável”;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 2º, § 7º, da Resolução n. 23/2007 do CNMP, “Vencido este prazo, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil”;

RESOLVE:

INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL para apurar o possível descaso do poder público com os Moradores da Vila Céu do Mapiá, no município de Pauini/Am, deixando de fornecer serviços de delegacia, creche, escola e cartoriais.

Para isto, determina:

1 – Autue-se e registre-se no âmbito da PR/AM, enviando-se o presente à COORJUR, para se promoverem as devidas alterações no Sistema Único, registrando-se o objeto, destacado nesta Portaria em itálico.

2 – Designa-se a servidora Cláudia Breves dos Santos, técnico administrativo, matrícula nº 21180, para funcionar como secretária, a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores que integram/venham a integrar o 1º Ofício Cível da PR/AM.

3 – Envie-se cópia da Portaria, por meio digital, à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM.

4 – Comunique-se a instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, mediante a remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de e-mail acompanhado desta Portaria em formato digital, solicitando-lhe a publicação da presente, na forma do artigo 5º, inciso VI e artigo 16, §1º, I, da Resolução CSMPF Nº 87/2010, devendo ela ser observada também em suas demais determinações, notadamente no que se refere à prorrogação de prazo e publicidade.

5 – Determina-se, enquanto providências e diligências preliminares:

A) Oficie-se a Prefeitura de Pauini para que se manifeste acerca da possibilidade de serem realizadas as obras e prestados os serviços requeridos na representação de fls. 3 e 4.

B) Oficie-se ao INCRA para informar por quais razões o Mutirão da Cidadania ainda não foi feito, haja vista estarmos praticamente adentrando o segundo semestre do ano de 2015. Ademais, que informe a data prevista para a realização do referido programa.

C) Solicite-se do Ministério Público do Estado informações sobre eventuais providências adotadas em respeito ao assunto deste procedimento, constante às fls. 3 e 4.

Cópia da presente Portaria valerá como ofício requisitório, para os fins dos artigos 7º, inciso II, e 8º, incisos II, IV, VII e VIII da Lei Complementar n. 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União) e artigo 9º da Resolução n. 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, ficando o destinatário advertido que “a falta injustificada e o retardamento indevido do cumprimento das requisições do Ministério Público implicarão a responsabilidade de quem lhe der causa” (parágrafo 3º do artigo 8º da Lei Complementar 75/1993).

BRUNA MENEZES GOMES DA SILVA
Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão-Procuradora da República

RECOMENDAÇÃO Nº 8, DE 27 DE MAIO DE 2015

INQUÉRITO CIVIL Nº 1.13.001.000115/2013-11. Síntese: Lei de acesso à informação. Busca a regularização do funcionamento do Portal da Transparência do Município de São Paulo de -AM, e dá outras providências.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República que esta subscreve, no exercício das atribuições constitucionais e legais que lhe são conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, incisos II, III e IX da Constituição da República; artigo 5º, incisos I, III, “b” e “e”, V, VI, e artigo 6º, incisos VII, XIV, “f” e XX, todos da Lei Complementar nº 75/93; artigo 4º, inciso IV, e artigo 23, ambos da Resolução 87/2006, do CSMPPF, e demais dispositivos pertinentes à espécie;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (CF, art. 129, II); bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (CF, art. 129, III);

CONSIDERANDO a prerrogativa conferida ao Ministério Público Federal para expedir recomendações aos órgãos públicos, na defesa dos valores, interesses e direitos cuja promoção lhe couber, nos termos do art. 6º, XX, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, dentre os quais, o da legalidade, da publicidade, da eficiência e, ainda, da probidade administrativa;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), em seus artigos 48 e 49, fixa normas que visam garantir a transparência da gestão fiscal;

CONSIDERANDO a alteração introduzida na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), por meio da Lei Complementar n. 131, de 27 de maio de 2009, que estabeleceu, como instrumentos garantidores da transparência da gestão fiscal, a “liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público”, e a “adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A” (art. 48, parágrafo único, inciso II e III);

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n. 131/2009 também acrescentou à Lei de Responsabilidade Fiscal, entre outros, o art. 48-A, que estabelece em seus incisos I e II que a disponibilização de acesso a informações, em cumprimento ao disposto no art. 48, parágrafo único, inciso II, deve contemplar: “quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.”;

CONSIDERANDO que, de acordo com o disposto no art. 73-B, também introduzido na Lei de Responsabilidade Fiscal pela LC n. 131/2009, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes tiveram prazo de 1 (um) ano, os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes tiveram o prazo de 2 (dois) anos, e os Municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes têm o prazo de 4 (quatro) anos para dar cumprimento ao prescrito nos citados artigos 48, parágrafo único, incisos II e III;

CONSIDERANDO que o prazo de 04 (quatro) anos, mencionado na referida Lei Complementar para os Municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, encerrou-se no dia 27 de maio de 2013;

CONSIDERANDO o Inquérito Civil Nº 1.13.001.000115/2013-11 instaurado ex officio para apurar o efetivo cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009, que estabelece instrumentos garantidores da transparência da gestão fiscal, principalmente no que se refere ao Portal da Transparência, pelo Município de São Paulo de Olivença/AM;

CONSIDERANDO que a Prefeitura de São Paulo de Olivença foi oficiada três vezes, em julho de 2013 em outubro de 2013, e em fevereiro de 2014, além de pedido de informação encaminhado por e-mail em março de 2015, solicitando que o Gestor Municipal respondesse à formulário encaminhado sobre o cumprimento da Lei Complementar, e que até a presente data não foi recebida nenhuma resposta à requisição;

CONSIDERANDO a Certidão nº 05/2014/SADM/PRM/TAB, elaborada pelo setor de informática desta PRM a partir de acesso à referida página na internet, em que se verifica que foram atestadas diversas deficiências no Portal de Transparência do referido município;

Diante destes fatos, O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL resolve recomendar, em caráter preventivo e com o objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para responsabilização das autoridades competentes à Prefeitura de São Paulo de Olivença:

I) Que o Prefeito responda e assine ao formulário encaminhado anexo a esta Recomendação;

II) Que sejam regularizadas as pendências encontradas no sítio eletrônico já implantado, de links que não estão disponíveis para consulta, conforme já verificado por este órgão em certidão comprobatória anexa a esta recomendação;

III) Que o referido Portal esteja organizado de maneira a disponibilizar em seu conteúdo informações reais sobre:

a) as despesas pagas e receitas arrecadadas;

b) as licitações abertas, em andamento e já realizadas;

c) os casos de dispensa e inexigibilidade de licitações;

d) os contratos e os convênios celebrados;

e) o quadro funcional, indicando: nome, cargo, local de lotação e forma de investidura;

f) os servidores cedidos por outros órgãos com seus respectivos nomes, cargos e órgãos de origem;

g) os servidores temporários;

h) as despesas empregadas em passagens aéreas e diárias concedidas, indicando nome e cargo de beneficiário, destino da viagem, período e motivo da viagem, bem como o número de diárias e seus respectivos valores;

i) os planos de carreira e estruturas remuneratórias dos cargos da Câmara Municipal;

j) as leis municipais vigentes;

l) a data da última atualização da página.

A Prefeitura de São Paulo de Olivença deverá informar à Procuradoria da República no Município de Tabatinga as providências que estão sendo tomadas e ponderações quanto ao recomendado para solução do problema, com informações detalhadas do quadro atual do sítio eletrônico no prazo de 30 (trinta) dias corridos.

A presente recomendação constitui em mora os responsáveis pelas providências recomendadas e a ausência de observância das medidas enunciadas ou desatendimento à recomendação aqui expressa, impulsionará o Ministério Público Federal, conforme Art. 23 § 2º da Resolução Nº 87, de 6 de Abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, celebrar o compromisso de ajustamento de conduta ou adoção de todas as medidas jurídicas cabíveis, cíveis e/ou criminais, em desfavor dos responsáveis.

Seja expedido o Ofício encaminhando a presente recomendação, enviando-o também a Assessoria Jurídica informada na oitiva realizada em abril de 2015 com a Prefeitura.

Encaminhe-se cópia desta recomendação à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, em cumprimento aos arts. 16 e 23 da Resolução n. 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como encaminhe-se para publicação no diário eletrônico deste órgão.

Cumpra-se.

BRUNO OLIVO DE SALES
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA Nº 9, DE 28 DE MAIO DE 2015

Instaura Inquérito Civil para apurar denúncia em face do município de Maragogipe por supostos desvios de recursos públicos, bem como supostos crimes de corrupção.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, “b” da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei n.º 7.347/85 e os artigos 5º, III, “b” e 6º, inciso VII, “b” da Lei Complementar n.º 75/93;

CONSIDERANDO que a Notícia de Fato nº 1.14.004.000103/2015-83 apura denúncia em face do município de Maragogipe por supostos desvios de recursos públicos (crime de fraude à licitação - TOMADA DE PREÇO Nº 002/2013; TOMADA DE PREÇO Nº 003/2013, CARTA CONVITE Nº 008/2013, CARTA CONVITE Nº 039/2013 e TOMADA DE PREÇO Nº 001/2014 - Empresas envolvidas: HIMATEC e SANTA CRUZ), bem como supostos crimes de corrupção.

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, na forma do disposto no art. 2º, II, da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010 e seu art.4º, II, determino a conversão em Inquérito Civil;

RESOLVE:

INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL, vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, para apurar as questões mencionadas, determinando o cumprimento das diligências dispostas no respectivo despacho de Instauração de Inquérito Civil Público.

Comunique-se a instauração do presente Inquérito Civil à 5ª CCR.

Encaminhe-se para publicação a portaria de instauração (art. 5º, VI, da Resolução CSMPF nº 87/2010).

O prazo de tramitação do presente inquérito civil será de 01 (um) ano, conforme art. 15 da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010.

CLAYTON RICARDO DE JESUS SANTOS
Procurador da República

PORTARIA Nº 10, DE 28 DE MAIO DE 2015

Instaura Inquérito Civil para apurar possível desvio de verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Terra Nova.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, “b” da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei n.º 7.347/85 e os artigos 5º, III, “b” e 6º, inciso VII, “b” da Lei Complementar n.º 75/93;

CONSIDERANDO que a Notícia de Fato nº 1.14.004.000091/2015-97 apura possível desvio de verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Terra Nova.

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, na forma do disposto no art. 2º, II, da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010 e seu art.4º, II, determino a conversão em Inquérito Civil;

RESOLVE:

INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL, vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, para apurar as questões mencionadas, determinando o cumprimento das diligências dispostas no respectivo despacho de Instauração de Inquérito Civil Público.

Comunique-se a instauração do presente Inquérito Civil à 5ª CCR.

Encaminhe-se para publicação a portaria de instauração (art. 5º, VI, da Resolução CSMPF nº 87/2010).

O prazo de tramitação do presente inquérito civil será de 01 (um) ano, conforme art. 15 da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010.

CLAYTTON RICARDO DE JESUS SANTOS
Procurador da República

PORTARIA Nº 15, DE 15 DE JUNHO DE 2015

Instaura Inquérito Civil Público para apurar supostas ilicitudes cometidas no pregão presencial nº 009/2014, referente a contratação da empresa ATENILSON FERREIRA BATISTA-ME para transporte escolar, e o pregão presencial nº 011/2014, referente a contratação da empresa MIX SUPERMERCADOS LTDA-ME para merenda escolar, no município de Guaratinga, no ano de 2014, gestão de Kenoel Viana Cerqueira e do pregoeiro Edivan Dias Santos.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (CF/88 art. 129, I);

CONSIDERANDO a atribuição prevista no art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2006, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, edição consolidada de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o que consta na Notícia de Fato nº 1.14.010.000125/2015-64;

RESOLVE:

I. Converter os presentes autos em inquérito civil público para apurar upostas ilicitudes cometidas no pregão presencial nº 009/2014, referente a contratação da empresa ATENILSON FERREIRA BATISTA-ME para transporte escolar, e o pregão presencial nº 011/2014, referente a contratação da empresa MIX SUPERMERCADOS LTDA-ME para merenda escolar, no município de Guaratinga, no ano de 2014, gestão de Kenoel Viana Cerqueira e do pregoeiro Edivan Dias Santos.

II. Determinar ao Cartório da Procuradoria da República em Eunápolis/BA:

a) Registrar e autuar a presente Portaria com os documentos que a instruem como “Patrimônio Público”, vinculando-os à 5ª CCR,

b) Solicitar a publicação da presente portaria em conformidade com o inciso IV, do art. 5º, da Resolução nº 87, edição consolidada de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal

III – Nomear o servidor MARCEL LEANDRO DA SILVA CUNHA, ocupante do cargo de técnico administrativo, nos termos do inciso V, do art. 5º, da Resolução nº 87, edição consolidada de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, para atuar como secretário, o qual será substituído em suas ausências pelos demais servidores desta Procuradoria da República, por meio de termos nos autos.

IV – Determinar o cumprimento das seguintes providências preliminares:

a) Oficie-se a Prefeitura Municipal de Guaratinga requisitando cópias dos pregões presenciais nº 009/2014 e 011/2014, bem como dos processos de pagamentos das empresas contratadas nos referidos pregões;

b) Oficie-se ao Tribunal Superior Eleitoral solicitando a lista de doadores da campanha do prefeito Kenoel Viana Cerqueira;

FERNANDO ZELADA
Procurador da República

PORTARIA Nº 20, DE 28 DE MAIO DE 2015

Notícia de Fato nº 1.14.014.000063/2015-51

CONSIDERANDO o art. 127 da Constituição Federal, segundo o qual “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”;

CONSIDERANDO o art. 129, inciso III da Constituição Federal, que afirma serem “funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”, bem como o art. 5º, III, “d” e 6º, XIV, “g”, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO a necessidade de empreender apurações pormenorizadas a respeito dos fatos noticiados no expediente em epígrafe;

RESOLVE, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, bem como art. 6º, VII, alínea “b” e art. 7º, inciso I, da LC 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL.

a) registre-se o presente como Inquérito Civil, com o seguinte assunto:

Assunto: “Falta de merenda escolar em Inhambupe/BA, no ano de 2015”.

TEMÁTICA: Educação

CÂMARA: PFDC

b) cientifique-se a egrégia Câmara, com cópia da presente Portaria;

Inquérito Civil;

- c) nomeio o Técnico Administrativo Alexinaldo Senna Gomes, matrícula nº 25.592, para exercer função de Secretário no presente
- d) Cumpra-se o despacho anexo.

EDUARDO DA SILVA VILLAS-BÔAS
Procurador da República

PORTARIA Nº 21, DE 1º DE JUNHO DE 2015

Notícia de Fato nº 1.14.014.000064/2015-03.

CONSIDERANDO o art. 127 da Constituição Federal, segundo o qual “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”;

CONSIDERANDO o art. 129, inciso III da Constituição Federal, que afirma serem “funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”, bem como o art. 5º, III, “d” e 6º, XIV, “g”, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO a necessidade de empreender apurações pormenorizadas a respeito dos fatos noticiados no expediente em epígrafe;

RESOLVE, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, bem como art. 6º, VII, alínea “b” e art. 7º, inciso I, da LC 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL.

- a) registre-se o presente como Inquérito Civil, com o seguinte assunto:

Assunto: “Possível abastecimento de veículos particulares pela Prefeitura Municipal de Nova Soure/BA, em 2014”.

TEMÁTICA: Improbidade Administrativa

CÂMARA : 5ª Câmara

- b) cientifique-se a egrégia Câmara, com cópia da presente Portaria;

c) nomeio o Técnico Administrativo Alexinaldo Senna Gomes, matrícula nº 25.592, para exercer função de Secretário no presente

Inquérito Civil;

EDUARDO DA SILVA VILLAS-BÔAS
Procurador da República

PORTARIA Nº 22, DE 1º DE JUNHO DE 2015

Notícia de Fato nº 1.14.014.000061/2015-61.

CONSIDERANDO o art. 127 da Constituição Federal, segundo o qual “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”;

CONSIDERANDO o art. 129, inciso III da Constituição Federal, que afirma serem “funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”, bem como o art. 5º, III, “d” e 6º, XIV, “g”, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO a necessidade de empreender apurações pormenorizadas a respeito dos fatos noticiados no expediente em epígrafe;

RESOLVE, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, bem como art. 6º, VII, alínea “b” e art. 7º, inciso I, da LC 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL.

- a) registre-se o presente como Inquérito Civil, com o seguinte assunto:

Assunto: “Possível não prestação de contas do PNAE (2011 e 2012), PNATE (2011 e 2012) e PDDE (2011, 2012 e 2013), no Município de Itanagra/BA”.

TEMÁTICA: Improbidade Administrativa

CÂMARA: 5ª Câmara

- b) cientifique-se a egrégia Câmara, com cópia da presente Portaria;

c) nomeio o Técnico Administrativo Alexinaldo Senna Gomes, matrícula nº 25.592, para exercer função de Secretário no presente

Inquérito Civil;

- d) Cumpra-se o despacho anexo.

EDUARDO DA SILVA VILLAS-BÔAS
Procurador da República

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE 22 DE ABRIL DE 2015

Notícia de Fato nº 1.14.000.000603/2015-55

1. Trata-se de representação formulada pelo Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia - Sindimed em face de servidores da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, requerendo a instauração de investigação com a finalidade de apurar possível prática de ato de improbidade administrativa.

2. Aduz o representante que: (a) a Bradesco Saúde vem, ao longo do tempo, impondo baixa remuneração aos médicos, deixando de recompor perdas históricas, além de cobrar reajustes pesados aos usuários e de preferir os planos coletivos aos individuais, pois estes têm os índices

fixados pela ANS; (b) a categoria médica vinha tentando, há anos, recompor as perdas remuneratórias mediante diversas tentativas de negociação direta com o Bradesco Saúde, que se mantinha irredutível, até porque a ANS alegava, antes da edição da Lei n.º 13.003, de 24 de junho de 2014, não ter atribuição para intervir nas negociações; (c) diante da irredutibilidade da operadora de saúde, a categoria médica do Estado da Bahia decidiu suspender os atendimentos eletivos desde 25 de junho de 2014; (d) esgotadas todas as vias de negociação, foi ajuizada, pelo Sindimed contra a Bradesco Saúde, em 29 de julho de 2014, uma ação civil pública (Processo n.º 0000887-37.2014.5.05.0031), pleiteando o reajuste dos honorários decorrentes do trabalho médico remunerado pelo Bradesco Saúde; (e) durante a instrução processual, a ANS foi requisitada a informar os reajustes utilizados pela ré nos planos coletivos com mais de 30 (trinta) vidas, mas, além de protelar ao máximo a apresentação dos valores, entregou o Despacho n.º 1087/2014/GGEFP/DIPRO/ANS, contendo explícita defesa do indeferimento dos reajustes pleiteados na ação, documento que, na avaliação do Sindimed, extrapola a competência da ANS; (f) alguns prestadores médicos da Bradesco Saúde foram descredenciados, como forma de retaliação à participação no movimento médico supracitado, sem qualquer informação aos beneficiários do plano, o que motivou uma médica prejudicada a comunicar o fato à ANS, que, através da Carta n.º 34/2015, informou tratar-se de descumprimento contratual, recomendando, à mesma, a busca pelo Poder Judiciário; (g) ao agir conforme explicitado na alínea "e", a ANS "extrapolou suas atribuições legais e interferiu na formação do juízo de convencimento do julgador ao sustentar supostas razões técnicas para impossibilidade da adoção do índice de reajuste dos planos coletivos como reajuste dos prestadores de serviço, manifestando-se claramente como se fosse advogada de defesa da operadora", razão pela qual, "diante dessa conduta da ANS, urge uma investigação quanto a possibilidade de improbidade administrativa dos gestores subscritores do Despacho n.º 1087/2014/GGEFP/DIPRO/ANS, (...) porquanto se caracterizar notadamente um ato diverso daquele previsto na regra de competência prevista no Regimento Interno da ANS (Resolução Normativa n.º 197/09), especialmente porque viola os deveres de imparcialidade da instituição no caso concreto".

3. Juntou, à representação, os documentos de fls. 9 usque 67.

4. É o relatório do essencial.

5. Analisando a representação apresentada pelo Sindimed, percebe-se que é o caso de arquivamento. Com efeito, não se vislumbra, na conduta apontada pelo representante dolo ou má-fé, senão veja-se.

6. Primeiramente, cumpre reconhecer que, apesar da suposta reticência da ANS em cumprir a requisição judicial, é certo que a autarquia enviou esclarecimentos à Justiça do Trabalho, ainda que for do prazo fixado inicialmente. Decidir se tais informações são suficientes ou não é atribuição do Poder Judiciário.

7. Demais disso, no ofício por meio do qual a Justiça do Trabalho requisitou informações à ANS, constou determinação para que fossem "(...) fornecidas a este juízo informações sobre os índices utilizados pelo Bradesco Saúde S/A, dos últimos 05 anos, para reajustar os planos de saúde coletivos, sejam eles de até 30 (trinta) vidas ou mais (...)" (fl. 63). Como se vê, a Justiça do Trabalho não limitou a requisição ao simples envio de números, até porque, para entender os índices, é necessário saber como eles são formados e qual o seu propósito. Portanto, os servidores da ANS não desrespeitaram a requisição judicial.

8. Assim, conclui-se que não ficou caracterizado o elemento subjetivo indispensável à caracterização do ato de improbidade administrativa previsto no art. 11 da Lei n.º 8.429/92, de maneira que não há fundamento para a propositura de ação civil pública, razão pela qual o Ministério Público Federal, por meio do procurador da República subscritor, promove o arquivamento da presente notícia de fato, com fulcro no artigo 9º, caput, da Lei n.º 7.347/85.

9. Encaminhe-se ao representante, por ofício, cópia da presente promoção de arquivamento, em atenção ao art. 17, § 1º, da Resolução n.º 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, informando-lhe que, até que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, poderão ser apresentadas razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos para apreciação, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei n.º 7347/85.

Art. 17 - Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a adoção das medidas previstas no artigo 4º, I, III e IV, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou do procedimento administrativo, fazendo-o fundamentadamente.

§ 1º - Nos casos em que a abertura do inquérito civil se der por representação, em havendo promoção de arquivamento, o presidente do inquérito oficiará ao interessado, a fim de lhe dar conhecimento, cientificando-o, inclusive, da previsão inserta no § 3º, deste artigo.

(...)

§ 3º - Até que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento pela Câmara de Coordenação e Revisão ou pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, poderão as associações civis legitimadas ou quaisquer interessados apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntadas aos autos para apreciação, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei n.º 7347/85.

10. Se o representante não for localizado, proceda-se de acordo com o disposto no art. 10, § 1º, da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, afixando-se aviso neste órgão e lavrando-se o respectivo termo.

Art. 10. Esgotadas todas as possibilidades de diligências, o membro do Ministério Público, caso se convença da inexistência de fundamento para a propositura de ação civil pública, promoverá, fundamentadamente, o arquivamento do inquérito civil ou do procedimento preparatório.

§ 1º Os autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório, juntamente com a promoção de arquivamento, deverão ser remetidos ao órgão de revisão competente, no prazo de três dias, contado da comprovação da efetiva cientificação pessoal dos interessados, através de publicação na imprensa oficial ou da lavratura de termo de afixação de aviso no órgão do Ministério Público, quando não localizados os que devem ser cientificados.

11. Finalmente, após a comprovação da efetiva cientificação pessoal e acaso não sejam apresentados documentos ou razões escritas no prazo de 10 (dez) dias, remetam-se os autos à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para o necessário exame desta promoção, conforme o art. 62, IV, da Lei Complementar n.º 75/93.

12. Se forem apresentados documentos ou razões escritas no prazo de 10 (dez) dias, deverão voltar os autos conclusos para apreciação, consoante o Enunciado n.º 3 da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Enunciado n.º 3: NOTIFICAÇÃO AO REPRESENTANTE DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Promovido o arquivamento de procedimento administrativo ou de inquérito civil, será notificado o representante, ente público ou privado, para ciência da decisão e, no prazo de dez dias, apresentar, querendo, recurso com as respectivas razões. Mantida, na origem, a decisão recorrida, os autos serão remetidos à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão para apreciação do recurso.

13. De qualquer forma, deverá ser providenciada a publicação da presente promoção de arquivamento no portal do Ministério Público Federal, de acordo com o art. 16, § 1º, I, da Resolução CSMPF n.º 87/06.

Art. 16 - Os atos e peças do inquérito civil são públicos, nos termos desta regulamentação, salvo disposição legal em contrário ou decretação de sigilo, devidamente fundamentada.

§ 1º - A publicidade consistirá:

I - na publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração do Inquérito Civil, do extrato do compromisso de ajustamento de conduta e no portal do Ministério Público Federal, aqueles atos bem como as promoções de arquivamento e outros atos que o presidente de Inquérito entender cabível. (destacou-se)

14. Cumpra-se, dando-se baixa na distribuição desta Procuradoria assim que os autos forem encaminhados à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

FÁBIO CONRADO LOULA
Procurador da República

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE 4 DE MAIO DE 2015

Inquérito Civil nº 1.14.000.003364/2014-12

Trata-se de Inquérito Civil instaurado, a partir de representação proposta por MGR Participações Ltda. (fls. 2-51), na qual relata supostas irregularidades no procedimento de chamada pública efetuado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, tendo por objeto prospecção de mercado para locação de imóvel onde funcionará o Centro de Distribuição e Logística da empresa, bem como eventuais falhas no procedimento administrativo correlato, nos termos da Portaria IC nº 61/2014 (fls. 54-55).

Devidamente oficiada a prestar informações, a ECT apontou, à fl. 66, a tramitação do Mandado de Segurança nº 0033987-65.2014.4.01.3300, versando sobre o assunto, além de juntar aos autos (fl. 68), mídia em DVD, contendo cópia integral do Processo Administrativo nº 53101.005270/2012-87 e respostas aos questionamentos ministeriais.

Às fls. 78-116, a ECT apresentou complementação de resposta, rechaçando as pretensões do representante.

A OBE Engenharia Ltda., empresa vencedora do certame, manifestou-se às fls. 118-127, apresentando cópias de documentos que formaram o Anexo I.

É o que cumpre relatar.

Da análise dos autos, verifica-se a tramitação atual dos Mandados de Segurança nº 24296-61.2013.4.01.3300 e nº 33987-65.2014.4.01.3300, impetrados pela MGR Participações Ltda., ora representante, relacionados ao objeto do presente apuratório.

O primeiro, em curso na 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia, deu origem à sentença prolatada em 24 de outubro de 2013, que concedeu a segurança, “para determinar à autoridade coatora que oportunize para a impetrante acesso ao laudo/relatório de vistoria realizado em sua propriedade, bem como ao procedimento integral de ‘manifestação de interesse’ para construção de imóvel sob medida a ser locado para instalação e funcionamento de Complexo Operacional Logístico gerido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT”, estando o processo, atualmente, no aguardo de julgamento de apelação.

Já no writ de nº 33987-65.2014.4.01.3300, o juízo da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia declinou da competência em prol da Seção Judiciária do Distrito Federal, em decisão pendente de recurso.

Através deste mandamus, aliás, a parte requer, liminarmente, a suspensão da celebração do contrato administrativo e, ao final, a declaração de “nulidade do Processo Administrativo nº 53101.005270/2012-87, tendo em vista o erro in procedendo, a partir do procedimento de escolha das propostas ‘mais vantajosas’”.

É de se observar, outrossim, que os fatos e fundamentos jurídicos levantados pelo impetrante são os mesmos ventilados no presente IC, a saber: a) ausência de atendimento dos proponentes aos requisitos de habilitação; b) inadequação de contratação direta através de mera prospecção de mercado; c) violação procedimental aos princípios da supremacia do interesse público, publicidade, ampla defesa, dentre outros; d) ausência do laudo técnico que motivou a escolha do imóvel; e) violação do procedimento de escolha aos ditames das Leis nºs 8.666/93 e 9.784/99; etc.

Destarte, a judicialização da matéria objeto do presente inquérito civil impossibilita o prosseguimento das investigações ministeriais, sob pena da possibilidade de violação aos efeitos da coisa julgada.

Diante do exposto, considerando a inexistência de fundamento para a adoção das medidas pertinentes, e ante a tramitação do Mandado de Segurança nº 33987-65.2014.4.01.3300, determino o arquivamento dos autos do Inquérito Civil, com fundamento no art. 17 da Resolução 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF), encaminhando-se os autos à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Intime-se o representante para, querendo, ofertar recurso contrário a esta decisão.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI
Procuradora da República em substituição ao titular do 17º OTC

DESPACHO DE 1º DE JUNHO DE 2015

Inquérito Civil nº 1.14.014.000061/2015-61

Cuida-se de Inquérito Civil Público instaurado com o objetivo de apurar possíveis irregularidades na aplicação dos recursos do PNAE (2011 e 2012), PNATE (2011 e 2012) e PDDE (2011, 2012 e 2013), no Município de Itanagra/BA

O feito se instaurou a partir de investigações do MP Estadual, em programa de visitas a escolas públicas (fls. 03/21), e foi remetido ao Parquet Federal em virtude dos ofícios de fls. 140/141 e 142/144, oriundos do FNDE, os quais dão conta da não prestação de contas referente a programas federais. No que concerne aos demais objetos detectados nos relatórios de visitas, o Ministério Público Estadual continuou apurando-os no feito de origem, a partir de cópia dos autos.

Ante o exposto, adotem-se as seguintes providências:

1) Oficie-se ao FNDE, requisitando que, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) informe se as contas do Município de Itanagra/BA, referentes ao PNAE (2011 e 2012), PNATE (2011 e 2012) e PDDE (2011, 2012 e 2013), foram prestadas;

b) informe se as referidas contas foram aprovadas ou reprovadas;

c) informe qual era o prazo para prestação das contas;

d) encaminhe cópia integral do processo de prestação ou tomada de contas, inclusive com eventuais relatórios de fiscalização;

e) em caso de não prestação das contas, encaminhe cópia das notificações pessoais feitas ao ex-gestor para prestar as contas e dos respectivos avisos de recebimento.

2) Oficie-se à Prefeitura Municipal de Itanagra/BA, requisitando que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe cópia dos extratos bancários referentes à conta vinculada do PNAE (2011 e 2012), PNATE (2011 e 2012) e PDDE (2011, 2012 e 2013). Caso essa Prefeitura não tenha os mencionados extratos, deverá obtê-los junto ao Banco do Brasil e enviá-los, no mesmo prazo, a este Ministério Público Federal;

EDUARDO DA SILVA VILLAS-BÔAS
Procurador da República

DESPACHO DE 28 DE MAIO DE 2015

Inquérito Civil nº 1.14.014.000063/2015-51

Cuida-se de Inquérito Civil instaurado para apurar a falta de merenda escolar no Município de Inhambupe/BA, no ano de 2015.

Relatam os representantes – Vereadores daquele Município – que, no relatório de visitas às escolas municipais no início de 2015, verificou-se que as aulas se iniciaram em 09.03.2015, porém, até a data de encaminhamento de redação da representação (07/05/2015), não havia sido fornecida merenda para as escolas municipais.

Ante o exposto, adotem-se as seguintes providências:

1) Oficie-se à Prefeitura Municipal de Inhambupe/BA, requisitando que, no prazo de 20 dias:

- a) manifeste-se sobre a representação anexa;
- b) informe qual foi o dia de início das aulas escolares na rede municipal no ano de 2015;
- c) informe o motivo da demora no início do fornecimento da merenda;
- d) comprove, no mesmo prazo de 20 dias, o início de fornecimento regular da merenda escolar para o ano de 2015 na rede municipal,

sob pena de adoção das providências legais cabíveis por este Ministério Público Federal para responsabilização pessoal de Vossa Excelência, inclusive em relação a eventual ato de improbidade administrativa (recebimento dos recursos para merenda e não fornecimento);

e) encaminhe cópia do contrato celebrado para fornecimento de merenda escolar em 2015 e dos processos de pagamento correspondentes (devem ser encaminhadas cópias somente do contrato e dos processos de pagamento, não da licitação).

(Encaminhar cópia da representação)

2) Oficie-se aos Diretores da Escola Municipal Dr. Sátiro Dias, Escola Municipal Helena Barbosa, Escola Municipal Nossa Senhora das Dores, Escola Municipal José Nicolau dos Santos e Escola Municipal Deputado José Ronaldo, requisitando que, no prazo de 20 dias:

- a) informem o dia de início das aulas na rede municipal este ano;
- b) informem se já se iniciou o fornecimento de merenda escolar este ano e, em caso positivo, informem a data de início desse

fornecimento;

c) informem se a merenda escolar está com qualidade e quantidade suficientes;

d) informem se tem sido fornecida merenda para todos os dias de aula ou se atualmente estão sendo verificadas interrupções no

fornecimento.

(Encaminhar cópia da representação)

3) Oficie-se ao FNDE, requisitando que, no prazo de 30 dias, informe:

- a) a data e valor de cada um dos repasses já efetuados ao Município de Inhambupe/BA, no ano de 2015;
- b) o valor total previsto para repasse a esse Município no âmbito do PNAE, bem com a previsão de datas e repasses daqui por diante.
- 4) Mantenha-se contato telefônico com o representante Marcos Martins Santos, para tratar do pedido de reunião por ele formulado

digitalmente.

EDUARDO DA SILVA VILLAS-BÔAS
Procurador da República

DESPACHO DE 1 DE JUNHO DE 2015

Inquérito Civil nº 1.14.014.000064/2015-03.

Trata-se de Inquérito Civil instaurado a partir de representação formulada por Vereador do Município de Nova Soure/BA, afirmando que, no ano de 2014, a Prefeitura Municipal de Nova Soure/BA abasteceu veículos que, segundo o cadastro do DETRAN/BA, são particulares.

Os veículos e os respectivos períodos durante os quais foram abastecidos constam na relação de fls. 02/03 da representação, e os dados foram extraídos pelo representante a partir do cotejo entre a relação de gastos apresentada pelo Município ao TCM (fls. 04/15) e os extratos do DETRAN demonstrando a titularidade de cada veículo daquela relação (fls. 16/50). Os veículos são os seguintes:

Veículo	Placa	Período de abastecimento	Fls. do extrato do DETRAN	Proprietário
Gol 2001	JPF 1773	04/2014 a 11/2014	16	Eráclito Ferreira da Silva
Ford Pampa 1989	JLZ 2050	03/2014 a 11/2014	17	Elson Quaresma Marques
Gol 2001	JOC 5467	01/2014 a 03/2014	18	Felipe Carvalho da Silva
Saveiro 1990	HZG 9381	01/2014 a 11/2014	19	Augusto Lago e Filhos LTDA

Pajero	NZQ 6703	01/2014 a 12/2014	20	Carlos Henrique de Passos
Fox	JRP 8885	04/2014 a 11/2014	20	Antônio Décio Souza
Gol	JSK 2850	03/2014 a 11/2014	21	Marlúcia Almeida da Silva
Uno Mille 2009	JSD 1487	03/2014 a 11/2014	22	Genival Noronha Pimental
Uno Mille 2006	MUK 9389	03/2014 a 11/2014	23	José Roberto Alves de Andrade
Uno Mille 2013	OLB 7543	01/2014 a 11/2014	24	José Raimundo de Oliveira da Silva
Uno Mille 2013	OLA 9043	01/2014 a 11/2014	25	Marluce Gonzaga Moreira
Uno Mille 2006	JQJ 7328	03/2014 a 12/2014	26	Viviane Maria de Jesus Santos
Strada 2006	HGR 8809	01/2014 a 11/2014	27	Lucivânia Batista do Santos santana
Uno Mille 2011	NZO 4889	01/2014 a 11/2014	28	Diego Pinheiro da Silva

Por oportuno, cumpre registrar que o Inquérito Civil nº. 1.14.000052/2014-90 trata de matéria que, embora distinta, guarda alguma relação com a abordada neste apuratório. Aquele feito trata de possíveis gastos públicos com manutenção de veículos particulares no Município de Nova Soure/Ba, no ano de 2013.

Ante o exposto:

1) Na autuação do presente feito, não se altere a numeração original da representação. Quaisquer páginas anteriores à representação devem ser numeradas como "01-A, 01-B, 01-C" etc.

2) Oficie-se à Prefeitura Municipal de Nova Soure/BA, requisitando que, no prazo de 30 dias:

a) Manifeste-se sobre os fatos narrados na representação anexa;

b) Esclareça, para cada um dos veículos da tabela abaixo:

b.1) Qual é o motivo de cada um ter sido abastecido pela Prefeitura em 2014, segundo informação transmitida pelo Município ao TCM;

b.2) Qual é a relação de cada um dos proprietários indicados na tabela abaixo com a Prefeitura (servidor, terceirizado, parente de servidor – especificar o parentesco);

b.3) A qual Secretaria cada um esteve vinculado;

b.4) Quais recursos foram utilizados para pagar o combustível de cada um (com cópia de documento comprobatório);

b.5) Cópia do contrato de locação referente a cada um dos veículos, bem como informação sobre qual foi a licitação que precedeu o respectivo contrato e quais os recursos referentes a essa licitação (atenção: no presente momento, não devem ser encaminhadas cópias da licitação. Caso seja necessária, essa documentação será requisitada posteriormente, em outro ofício).

Veículo	Placa	Período de abastecimento	Fls. do extrato do DETRAN	Proprietário
Gol 2001	JPF 1773	04/2014 a 11/2014	16	Eráclito Ferreira da Silva
Ford Pampa 1989	JLZ 2050	03/2014 a 11/2014	17	Elson Quaresma Marques
Gol 2001	JOC 5467	01/2014 a 03/2014	18	Felipe Carvalho da Silva
Saveiro 1990	HZG 9381	01/2014 a 11/2014	19	Augusto Lago e Filhos LTDA
Pajero	NZQ 6703	01/2014 a 12/2014	20	Carlos Henrique de Passos
Fox	JRP 8885	04/2014 a 11/2014	20	Antônio Décio Souza
Gol	JSK 2850	03/2014 a 11/2014	21	Marlúcia Almeida da Silva
Uno Mille 2009	JSD 1487	03/2014 a 11/2014	22	Genival Noronha Pimental
Uno Mille 2006	MUK 9389	03/2014 a 11/2014	23	José Roberto Alves de Andrade
Uno Mille 2013	OLB 7543	01/2014 a 11/2014	24	José Raimundo de Oliveira da Silva
Uno Mille 2013	OLA 9043	01/2014 a 11/2014	25	Marluce Gonzaga Moreira

Uno Mille 2006	JQJ 7328	03/2014 a 12/2014	26	Viviane Maria de Jesus Santos
Strada 2006	HGR 8809	01/2014 a 11/2014	27	Lucivânia Batista do Santos santana
Uno Mille 2011	NZO 4889	01/2014 a 11/2014	28	Diego Pinheiro da Silva

(Encaminhe-se cópia da representação a fls. 02/03).

EDUARDO DA SILVA VILLAS-BÔAS
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA CEARÁ

PORTARIA Nº 118, DE 1º DE JUNHO DE 2015

Autos nº 1.15.002.000191/2015-04

O Dr. Celso Costa Lima Verde Leal, Procurador da República atuante na PRM Polo Juazeiro do Norte/Iguatu, no uso de suas atribuições institucionais e legais, com fulcro na Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, de 06 de abril de 2010,

RESOLVE

Converter, com fulcro no art. 129, III, da Constituição Federal, e art. 5º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, a presente Notícia de Fato em Inquérito Civil, para apurar a suposta situação de abandono em que se encontra a Estação Ferroviária localizada no município de Piquet Carneiro/CE.

Assim, determino, de imediato, as seguintes providências:

I - comunique-se por meio eletrônico à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, em observância ao art. 6º da resolução nº 87/2010 do CSMFP, remetendo-lhe cópia desta portaria, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade;

II – realizem-se os devidos registros no Sistema Único.

III – para instrução:

a) oficie-se ao município de Piquet Carneiro para que este se manifeste sobre o relatório do IPHAN de fls. 06/11, notadamente no que se refere ao seu interesse na preservação e utilização do edifício da referida Estação Ferroviária.

CELSO COSTA LIMA VERDE LEAL
Procurador da República

RECOMENDAÇÃO Nº 12, DE 25 DE MAIO DE 2015

Procedimento Administrativo - PA nº 1.15.002.000163/2011-55

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL por meio do Procurador da República subscrito, oficiante na Procuradoria da República no Município de Juazeiro do Norte, no uso das atribuições conferidas pelo art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal de 1988, pelo art. 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/93 (Lei Complementar do Ministério Público da União) e pelo art. 26 da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e

Considerando que se trata de procedimento instaurado a partir de representação administrativa formulada pela Receita Federal do Brasil, informando a fiscalização feita no Município de Milhã – Prefeitura Municipal, no fito de verificar o cumprimento das obrigações tributárias por aquele município em relação à contribuição para formação do patrimônio do servidor público – PASEP, nos anos-calendário 2006-2009 (fls. 04/07).

Considerando que, com a conclusão do procedimento de auditoria resultou no lançamento de crédito tributário no valor de R\$ 416.759,53, sendo R\$ 152.368,44 e multa de ofício e R\$ 61.232,97 de juros de mora, calculados até 30/12/2010, por insuficiência de recolhimento e declaração da referida contribuição.

Considerando que tendo o contribuinte sido cientificado do referido lançamento em 26 de janeiro de 2011 e não apresentou impugnação no prazo regulamentar, sendo declarado revel. Esgotado o prazo de cobrança amigável, o contribuinte não pagou nem parcelou o crédito exigido, motivo por que o débito, em aberto, foi encaminhado para cobrança executiva pela Procuradoria da Fazenda Nacional.

Considerando que, do total do débito, o valor de R\$ 213.601,41 resultante da soma da multa de ofício com os juros de mora calculados até 30/12/2010, só sobreveio porque a legislação tributária não foi observado pelo gestor público. Ou seja, se o gestor houvesse declarado corretamente e recolhido aos cofres públicos o valor devido da referida contribuição esse débito não existiria.

Considerando que a recorrente pratica da omissão do encaminhamento das informações atinentes aos empregados e contribuintes individuais pela Prefeitura Municipal, assim como o recolhimento devido, pode caracterizar dano ao erário e aos princípios da Administração Pública, a configurar ato de improbidade administrativa, além de eventuais crimes contra a ordem tributária.

Considerando que conforme entendimento do Subprocurador-Geral da República (fl. 232), a simples existência de estrutura burocrática, divisão de funções e tarefas e eventual transferência de atos de contabilidade possam, por si só, excluir a responsabilidade do Administrador Público, devendo essa ser analisada caso a caso

Considerando caber a esta instituição “expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis”, consoante dispõe o art. 6º, XX, da Lei Complementar n.º 75/93.

RESOLVE RECOMENDAR

AO PREFEITO MUNICIPAL DE MILHÃ:

a) que deixe de omitir-se no encaminhamento das informações atinentes aos empregados e contribuintes individuais.

Estabeleço o prazo de 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS para a autoridade destinatária manifestar-se acerca do acatamento ou não da presente Recomendação e informar as medidas que serão adotadas. A omissão na remessa de resposta no prazo estabelecido será considerada como recusa ao cumprimento da Recomendação, obrigando este órgão ministerial a tomar as medidas judiciais cabíveis.

CELSO COSTA LIMA VERDE LEAL
Procurador da República

RECOMENDAÇÃO Nº 12, DE 20 DE MAIO DE 2015

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 1.15.000.001850/2013-70. (Art. 6º, XX, da Lei Complementar 75/931)

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República ao final firmado, no exercício de suas funções constitucionais e legais, com supedâneo nos arts. 127 e 129, II, da Constituição da República, bem como no art. 7º, I, da Lei Complementar n.º 75/93, que autoriza a propositura das ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais e expedir recomendações visando a melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis e,

CONSIDERANDO a instauração do procedimento administrativo nº 1.15.000.001850/2013-70, para verificar possível prática de improbidade administrativa praticada por dois membros do Conselho Regional de Farmácia – Alexandre Rodrigues Alves e Emília Pimentel Madeira Barros Pontes - consistente na percepção de diárias e ajuda de custo em caráter dúplice para participação em congresso;

CONSIDERANDO que, no desenrolar do referido procedimento ficou demonstrado que os representados receberam verbas tanto do Conselho Regional de Farmácia como da Secretaria Estadual de Saúde do Ceará para participação no IV Congresso sobre Uso Racional de Medicamentos, ocorrido em Salvador/BA, e para execução do Projeto de Avaliação da Assistência Farmacêutica Básica na Rede Pública Estadual e Municipal de Saúde do Ceará, ;

CONSIDERANDO que não houve apuração da irregularidade por parte do CRF/CE;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal zelar pela incolumidade das verbas públicas, promovendo as medidas necessárias à sua utilização em atendimento ao interesse público;

RESOLVE:

Recomendar ao Conselho Regional de Farmácia do Estado do Ceará, na pessoa de seu Presidente, a adoção imediata de todas as providências necessárias, a exemplo da instauração de procedimento administrativo, para verificar o recebimento em duplicidade de verbas pelo Sr. Alexandre Rodrigues Alves e pela Sra. Emília Pimentel Madeira Barros Pontes para participação nos eventos mencionados. Recomendar ainda que, se comprovada a irregularidade, proceda à cobrança dos valores indevidamente pagos.

Destaca-se, por seu turno, que, a presente Recomendação configura instrumento legal de atuação do Ministério Público Federal, no entanto, embora não haja obrigatoriedade no seu atendimento, pode o comportamento indevido implicar uma correção de natureza jurisdicional, com as repercussões civis (inclusive ressarcitórias), administrativas e/ou criminais cabíveis.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 14, DE 25 DE MAIO DE 2015

Referência: Notícia de Fato nº 1.30.002.000117/2015-73

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República subscrito, com fundamento no inciso III do art. 129 da Constituição da República, no inciso VII do art. 6º da Lei Complementar nº 75/1993 e no § 1º do art. 8º da Lei nº 7.347/1985;

Considerando o disposto nos arts. 4º e 5º da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando a necessidade de fiscalizar o cumprimento das Leis Complementares 101/2000 e 131/2009, da Lei 12.527/2011 e do Decreto 7.185/2010, que disciplinam o regime de transparência a ser obedecido por todos os entes públicos;

Considerando que já se escoou a vacatio legis para que todos os Municípios e Estados cumpram as citadas leis;

DETERMINA:

1 - instaure-se Inquérito Civil, com a seguinte ementa: “COMBATE À CORRUPÇÃO - PATRIMÔNIO PÚBLICO – Adequação dos municípios sob atribuição da PR/PRM ao dever de transparência ativa e passiva, em especial os previstos na Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e nas Leis Complementares nº 101/2000 e 131/2009”.

2 - comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão a instauração deste Inquérito Civil, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

3 - solicite-se a publicação da presente portaria;

4 - cumpra-se a diligência determinada no item 6 do despacho de conversão;

STANLEY VALERIANO DA SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 294, DE 27 DE MAIO DE 2015

(INQUÉRITO CIVIL)

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República instaura o presente Inquérito Civil, da seguinte forma:

Inquérito Civil nº 1.16.000.000992/2015-44

Autor da Representação: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

Possível responsável: A APURAR

Resumo: Suposta operação de crédito entre o Tesouro Nacional e bancos públicos (BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil), realizada, de modo disfarçado e ilícito, entre 2012 e 2014, sem previsão legal ou autorização legislativa, no intuito de melhorar artificialmente as contas públicas.

FRANCISCO GUILHERME V. BASTOS
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS

PORTARIA Nº 26, DE 1º DE JUNHO DE 2015

A PROCURADORA DA REPÚBLICA abaixo identificada, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal, na alínea “e” do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº 75/93 e inciso II do artigo 2º da Resolução nº 13/06 do Conselho Nacional do Ministério Público;

1. CONSIDERANDO que o Procedimento Preparatório nº 1.18.001.000345/2014-77 versa sobre possível existência de escavações em área tombada, sem autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, cometido pela Prefeitura do município de Pilar de Goiás-GO;

2. CONSIDERANDO que o conjunto probatório carece de diligências para melhor esclarecimento dos fatos;

3. CONSIDERANDO o término do prazo de tramitação deste Procedimento Preparatório;

4. RESOLVE converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, vinculado à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão.

5. DETERMINO:

a) expeça-se ofício ao IPHAN, com cópia de fls. 01 e 02, requisitando seja realizada vistoria nos locais próximos ao campo das Cavalhadas no município de Pilar de Goiás, visando apurar a existência de escavações em área tombada, sem autorização deste Instituto;

b) publique-se cópia da presente portaria no quadro de avisos desta Procuradoria, bem como por meio do sistema Único.

ANA PAULA FONSECA DE GÓES ARAÚJO
Procuradora da República

PORTARIA Nº 76, DE 2 DE JUNHO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, tendo, como instrumento de atuação, a promoção do inquérito civil e da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social (artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 5º, incisos I e III, alínea “b”, artigo 6º, incisos VII, alínea “b”, e XIV, alínea “f”, e artigo 7º, inciso I, todos da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO os elementos trazidos à baila na notícia de fato nº 1.18.000.000670/2015-21, por meio da qual restou comunicada a possível prática de irregularidades no âmbito do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional/Goiás, notadamente quando da contratação, por inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica para prestar consultoria, e quando da contratação de empresa para organizar um evento utilizando-se de dispensa de licitação;

CONSIDERANDO que sobreditos fatos podem vir a caracterizar, em tese, atos de improbidade tipificados na Lei nº 8.429/92;

CONSIDERANDO a necessidade de realização de diligências complementares, para a cabal elucidação do objeto apurado;

RESOLVE converter a notícia de fato nº 1.18.000.000670/2015-21 em inquérito civil público, nos termos do artigo 4º, § 4º, da Resolução nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal – a qual conferiu nova redação a dispositivos da Resolução nº 87/2006 do mesmo órgão –, visando albergar a continuidade da investigação, a fim de colher substratos probatório e técnico, para subsidiar eventual adoção de medidas extrajudiciais e judiciais pertinentes, a cargo do Ministério Público Federal, com vistas à proteção do patrimônio público e da probidade administrativa, pelo que

DETERMINA, de imediato, que:

a) autue-se esta portaria como ato inaugural do inquérito civil público (fls. 1-A/01-B), fazendo as anotações pertinentes na capa dos autos e nos registros desta Procuradoria da República;

b) remeta-se, via e-mail, cópia da presente à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para ciência e publicação;

c) oficie-se ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional/Goiás, com cópia dos documentos de fls. 03/12, requisitando, no prazo de 15 dias, que encaminhe cópia dos procedimentos licitatórios que culminaram na contratação dos consultores Cristiano Palavro, Arthur Toledo, Jordana Sara, Pedro Arantes e Senhor Brandão, bem como cópia do procedimento que culminou na contratação da empresa Cya Produção e Eventos para fins de organização da festa de encerramento do Programa Agrinho.

RAPHAEL PERISSÉ RODRIGUES BARBOSA
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO

PORTARIA Nº 31, DE 25 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, incisos VI, VIII e IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, considerando ser função institucional do Ministério

Público Federal, dentre outras, o controle externo da atividade policial, bem assim a proteção do patrimônio público e social e da moralidade administrativa, resolve

INSTAURAR Procedimento Administrativo para formalizar os atos relacionados à Inspeção da Delegacia de Polícia Rodoviária Federal de Rondonópolis/MT, a ser realizada no dia 27 de maio de 2015;

DESIGNAR o servidor Theo Carrijo da Silva, Analista Processual, matrícula 23436, para funcionar como secretário encarregado de acompanhar o trâmite do presente procedimento, o qual será substituído, em suas ausências, pelos demais servidores que integram/venham a integrar a Assessoria do 1º Ofício desta PRM;

DETERMINAR, como providências preliminares, as diligências a seguir relacionadas:

1- Registre-se e autue-se a presente;

2- Oficie-se ao Policial Rodoviário Federal Chefe da Delegacia de Polícia Rodoviária Federal em Rondonópolis/MT, comunicando sobre a realização da Inspeção, bem como solicitando seja disponibilizado local para realização dos trabalhos, nas dependências da DPF, bem como servidores de cada setor para atendimento e acesso aos livros, documentos e objetos, na data acima referida, salientando que, na oportunidade, as autoridades policiais e os demais servidores da unidade poderão apresentar aos responsáveis pelos trabalhos documentos e informações reputados úteis à Inspeção. Neste ofício também deverão ser solicitadas as seguintes informações e documentos:

2.1- Cópia do relatório da última correição realizada na Unidade pela Corregedoria da Polícia Federal;

2.2- Relação dos Boletins de Ocorrência instaurados nos anos de 2014 e 2015;

2.3 - Relação de veículos depositados na Unidade, em que se possa constatar a data de apreensão e o número do IPL - bem como dos r. autos judiciais - a que estão vinculados;

2.5 - Relação de servidores em efetivo exercício na Delegacia e respectivos cargos;

2.6 - Relação de procedimentos disciplinares instaurados nos anos de 2014 e 2015;

3. Oficie-se às seguintes autoridades, comunicando a realização da Inspeção e solicitando que, acaso possuam informações ou documentos que repute pertinentes, procedam ao seu envio a esta Procuradoria da República, a fim de que possam ser ultimadas as providências necessárias aos trabalhos:

3.1. Juiz Diretor do Foro da Subseção Judiciária de Rondonópolis/MT;

3.2. Juiz Diretor do Fórum da Comarca de Rondonópolis/MT;

3.3. Promotor Coordenador da Promotoria de Justiça de Rondonópolis/MT;

3.4. Presidente da Subseção da OAB de Rondonópolis/MT;

3.5. Defensor Público responsável pela respectiva unidade em Rondonópolis/MT.

GUILHERME ROCHA GÖPFERT

Procurador da República

Representante do Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional na PRM Rondonópolis-MT

PORTARIA Nº 33, DE 27 DE MAIO DE 2015

IC Nº 1.20.005.000027/2013-37

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129, incisos III e V, da Constituição da República, no art. 5º, III, “e”, da Lei Complementar nº 75/93, no art. 26, incisos e alíneas, da Lei nº 8.625/93, no art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, e nos termos do que dispõe a Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como a Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que os fatos investigados no presente procedimento estão relacionados com a tutela de interesse individual indisponível de indígena idoso, Geraldo Souza dos Santos Bororo, abandonado pela sua família e comunidade indígena, provisoriamente acolhido na CASAI de Rondonópolis/MT;

CONSIDERANDO que o idoso necessita de acolhimento por instituição de longa permanência ao idoso – ILPI;

CONSIDERANDO o declínio dessas investigações, pela 1ª Promotoria de Justiça Cível de Rondonópolis, para o Ministério Público Federal, em razão da negativa por parte da Casa de Apoio à Saúde do Índio – CASAI desta cidade, em manter acolhido permanentemente o idoso indígena;

CONSIDERANDO a natureza das Casas de Apoio à Saúde do Índio de instituição apoio ao tratamento de saúde dos indígenas enfermos e não de ILPI;

CONSIDERANDO, portanto, que não há qualquer irregularidade na recusa da CASAI em funcionar como instituição de longa permanência ao idoso;

CONSIDERANDO, desse modo, que a Portaria de Instauração de Inquérito Civil nº 22/2014, que fixou como objeto da investigação a suposta deficiência no atendimento prestado pela Casa de Apoio à Saúde do Índio – CASAI, de Rondonópolis-MT, está dissociada ao fato concreto noticiado nos autos;

CONSIDERANDO que a deficiência do serviço prestado pela CASAI Rondonópolis/MT é objeto próprio de um Inquérito Civil em tramitação, sob nº 1.20.005.000069/2015-30.

RESOLVE retificar o objeto indicado na Portaria n. 22, de 25 de março de 2014, deste INQUÉRITO CIVIL, nos termos do art. 5º, parágrafo único, da Resolução nº 87/06, do CSMPPF, bem como do art. 4º, parágrafo único, da Resolução 23/07, do CNMP, ambos por analogia, determinando-se:

1.O registro e a autuação da presente Portaria nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, vinculado à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, e tendo por resumo “Tutela a interesse individual indisponível de idoso indígena. Idoso indígena abandonado na CASAI Rondonópolis/MT. Necessidade de acolhimento familiar ou acolhimento por Instituição de Longa Permanência ao Idoso - ILPI”.

2.Publique-se.

3. Comunique-se à E. 6ª CCR.

4. Expeça-se ofício à CASAI de Rondonópolis, solicitando, no prazo de 10 (dez) dias, relatório atualizado de assistência social em relação ao idoso Geraldo Souza dos Santos.

PAULO TAEK
Procurador da República

PORTARIA Nº 56, DE 19 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fulcro nas atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal; art. 6º, VII, b, e art. 7º, I, da LC n. 75/93; o disposto na Res. n. 23/2007, do CNMP e Res. n. 87/2006, do CSMPF;

CONSIDERANDO que os elementos constantes nos documentos em epígrafe estão no âmbito de atuação do Ministério Público Federal, possuem indícios de ilicitude e demandam investigação;

RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL com o objeto “Averiguar a existência, em tese, de irregularidades no uso de recursos federais repassados pelo Fundo Nacional da Saúde ao município de Barra do Garças/MT para cumprimento do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite”.

Após autuação e registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

RAFAEL GUIMARÃES NOGUEIRA
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIAS Nº 33 A 48, DE 29 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições e, em especial, com fundamento nos artigos 72, 77, in fine, 78 e 79, parágrafo único, da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO os parâmetros estabelecidos pelo E. Conselho Nacional do Ministério Público por meio da Resolução CMNP n. 30, de 19 de maio de 2008 (DJ de 27/05/2008, pág. 159);

CONSIDERANDO o teor da Resolução Conjunta n. 1/2008-PRE-PGJ, de 2 de junho de 2008, e das Portarias ns. 1058/2015-PGJ, de 18.05.2015; 1076/2015-PGJ, de 19.05.2015; 1118/2015-PGJ, de 26.05.2015; 1138/2015-PGJ, 1139/2015-PGJ, 1140/2015-PGJ e 1141/2015-PGJ, de 27.05.2015; 1146/2015-PGJ, 1147/2015-PGJ e 1156/2015-PGJ de 28.05.2015;

RESOLVE:

N. 33 - Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, exercerem as funções de Promotor Eleitoral perante as Zonas Eleitorais constantes do quadro a seguir, em razão de férias, de licença ou vacância dos titulares:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	ZONA ELEITORAL	PERÍODO
WILLIAM MARRA SILVA JUNIOR	25ª	27 a 31.05.2015
THIAGO BONFATTI MARTINS	33ª	27 a 31.05.2015
FERNANDO MARCELO PEIXOTO LANZA	41ª	18 a 20.05.2015
ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO	45ª	27 a 31.05.2015

N. 34 - Revogar, parcialmente, a partir de 25.05.2015, a Portaria PRE/MS n. 29, de 18.05.2015, publicada no DMPF-e n. 91/2015 - EXTRAJUDICIAL, pág. 26, de 19.05.2015, na parte em que designou a Promotora de Justiça LARYSSA SANTOS MACHADO FILGUEIRA para exercer a função de Promotora Eleitoral perante a 15ª Zona Eleitoral.

N. 35 - Revogar, parcialmente, a partir de 28.05.2015, a Portaria PRE/MS n. 29, de 18.05.2015, publicada no DMPF-e n. 91/2015 - EXTRAJUDICIAL, pág. 27, de 19.05.2015, na parte em que designou o Promotor de Justiça ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA para exercer a função de Promotor Eleitoral perante a 16ª Zona Eleitoral.

N. 36 - Revogar, a partir de 1º.06.2015, a Portaria PRE/MS n. 10, de 17.03.2015, publicada no DMPF-e n. 55/2015 - EXTRAJUDICIAL, pág. 39, de 23.03.2015, que designou o Promotor de Justiça VICTOR LEONARDO DE MIRANDA TAVEIRA para exercer a função de Promotor Eleitoral perante a 42ª Zona Eleitoral.

N. 37 - Revogar, a partir de 1º.06.2015, a Portaria PRE/MS n. 13, de 18.03.2014, publicada no DMPF-e n. 54/2014 - EXTRAJUDICIAL, pág. 34, de 20.03.2014, que designou o Promotor de Justiça MATHEUS CARIM BUCKER para exercer a função de Promotor Eleitoral perante a 29ª Zona Eleitoral.

N. 38 - Revogar, a partir de 1º.06.2015, a Portaria PRE/MS n. 13, de 17.03.2015, publicada no DMPF-e n. 55/2015 - EXTRAJUDICIAL, pág. 40, de 23.03.2015, que designou o Promotor de Justiça ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI para exercer a função de Promotor Eleitoral perante a 32ª Zona Eleitoral.

N. 39 - Revogar, parcialmente, a partir de 1º.06.2015, a Portaria PRE/MS n. 3, de 27.01.2015, publicada no DMPF-e n. 19/2015 - EXTRAJUDICIAL, pág. 37, de 28.01.2015, na parte em que designou o Promotor de Justiça GEORGE ZAROOUR CEZAR para exercer a função de Promotor Eleitoral perante a 26ª Zona Eleitoral.

N. 40 - Revogar, a partir de 1º.06.2015, a Portaria PRE/MS n. 25, de 06.05.2015, publicada no DMPF-e n. 84/2015 - EXTRAJUDICIAL, pág. 16, de 08.05.2015, que designou a Promotora de Justiça ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS para exercer a função de Promotora Eleitoral perante a 21ª Zona Eleitoral.

N. 41 - Revogar, parcialmente, a partir de 27.05.2015, a Portaria PRE/MS n. 3, de 27.01.2015, publicada no DMPF-e n. 19/2015 - EXTRAJUDICIAL, pág. 37, de 28.01.2015, na parte em que designou o Promotor de Justiça ETEOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JUNIOR para exercer a função de Promotor Eleitoral perante a 33ª Zona Eleitoral.

N. 42 - Revogar, a partir de 27.05.2015, a Portaria PRE/MS n. 104, de 19.12.2013, publicada no DMPF-e n. 02/2014 - EXTRAJUDICIAL, pág. 4, de 03.01.2014, que designou a Promotora de Justiça LIA PAIM LIMA para exercer a função de Promotora Eleitoral perante a 45ª Zona Eleitoral.

N. 43 - Revogar, a partir de 27.05.2015, a Portaria PRE/MS n. 48, de 1º.07.2013, publicada no DMPF-e n. 85/2013 - EXTRAJUDICIAL, pág. 21, de 04.07.2013, que designou o Promotor de Justiça MATHEUS MACEDO CARTAPATTI para exercer a função de Promotor Eleitoral perante a 25ª Zona Eleitoral.

N. 44 - Revogar, a partir de 27.05.2015, a Portaria PRE/MS n. 53, de 1º.07.2013, publicada no DMPF-e n. 85/2013 - EXTRAJUDICIAL, pág. 21, de 04.07.2013, que designou a Promotora de Justiça TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA para exercer a função de Promotora Eleitoral perante a 37ª Zona Eleitoral.

Nº 45 - Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, exercerem as funções de Promotor de Justiça Eleitoral perante as Zonas Eleitorais constantes do quadro a seguir, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 1º.06.2015:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	ZONA ELEITORAL
MATHEUS CARIM BUCKER	21ª
THIAGO BONFATTI MARTINS	23ª
THIAGO BARBOSA DA SILVA	25ª
LARYSSA SANTOS MACHADO FILGUEIRA	26ª
ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO	29ª
GEORGE ZAROOUR CEZAR	32ª
ANDRÉA DE SOUZA RESENDE	42ª
JOÃO MENEGHINI GIRELLI	45ª

N. 46 - Designar o Promotor de Justiça ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI para, sem prejuízo de suas funções, exercer as funções de Promotor Eleitoral perante a 23ª Zona Eleitoral, no período de 29 a 31.05.2015, e revogar, parcialmente, a partir de 29.05.2015, a Portaria PRE/MS n. 3, de 27.01.2015, publicada no DMPF-e n. 19/2015 - EXTRAJUDICIAL, pág. 37, de 28.01.2015, na parte em que designou o Promotor de Justiça Substituto EDUARDO DE ARAUJO PORTES GUEDES.

N. 47 - Designar o Promotor de Justiça EDUARDO DE ARAUJO PORTES GUEDES para, sem prejuízo de suas funções, exercer as funções de Promotor Eleitoral perante a 37ª Zona Eleitoral, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 29.05.2015, e revogar, a partir da referida data, a Portaria PRE/MS n. 23, de 06.05.2015, publicada no DMPF-e n. 84/2015 - EXTRAJUDICIAL, pág. 16, de 08.05.2015, que designou o Promotor de Justiça Substituto ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI.

N. 48 - Designar a Promotora de Justiça LIA PAIM LIMA para, sem prejuízo de suas funções, exercer as funções de Promotora Eleitoral perante a 30ª Zona Eleitoral, no período de 28.05 a 02.06.2015, e revogar, a partir de 28.05.2015 a Portaria PRE/MS n. 24, de 06.05.2015, publicada no DMPF-e n. 84/2015 - EXTRAJUDICIAL, pág. 16, de 08.05.2015, que designou a Promotora de Justiça Substituta LARYSSA SANTOS MACHADO FILGUEIRA.

Os efeitos desta Portaria retroagem à data de início do respectivo período de designação.

Dê-se ciência da presente Portaria ao Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, ao Exmo. Sr. Presidente do E. Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul e aos Promotores Eleitorais designados como Titulares.

Publique-se no DMPF-e e no D.J.E.M.S.

MARCOS NASSAR
Procurador Regional Eleitoral

PORTARIA Nº 40, DE 18 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício das funções institucionais previstas nos artigos 127, caput, e 129 da Constituição da República, regulamentadas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e:

Considerando as disposições contidas na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, bem assim na Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando que se mostrou necessário o desmembramento do Inquérito Civil nº 1.21.002.000028/2015-36, tendo sido determinada a extração das cópias pertinentes – que formaram o doc. PRM/TLS/MS-2552/15 – para a apuração, em procedimento próprio, da possível prática de ato de improbidade administrativa na condução da rescisão contratual amigável nos autos do procedimento administrativo n.º 50600.047686/2014-15;

Considerando que, no Inquérito Civil nº 1.21.002.000028/2015-36, remanesceu como objeto, portanto, a apuração do estado de conservação e a manutenção da BR-262 no segmento de Três Lagoas e Água Clara;

Considerando, então, a necessidade de retificar o objeto definido pela Portaria nº 6, de 13 de fevereiro de 2015 (fls. 2/2-v do IC 1.21.002.000028/2015-36);

RETIFICA O OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 1.21.002.000028/2015-36 (Portaria nº 6, de 13 de fevereiro de 2015) na seguinte conformidade: “apurar o estado de conservação e a manutenção da BR-262 no segmento de Três Lagoas e Água Clara”. Classificação: Direito administrativo e outras matérias de direito público – Sistema Nacional de Trânsito. 1ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Após os registros e as comunicações pertinentes, aguarde-se o escoamento do prazo estipulado na Recomendação nº 4/2015.

Fica mantido o caráter prioritário da tramitação.

Continua designado o Assessor de Gabinete Donilson Ferreira de Freitas para secretariar o feito.

Publique-se, nos termos das disposições contidas nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, parágrafo 2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como nos artigos 5º, inciso VI, e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Comuniquem-se as Egrégias 1ª e 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal sobre a presente retificação de objeto, devido ao desmembramento.

DAVI MARCUCCI PRACUCHO
Procurador da República

PORTARIA Nº 43, DE 29 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício das funções institucionais previstas nos artigos 127, caput, e 129 da Constituição da República, regulamentadas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; e:

Considerando o teor do Despacho MPF/PRMS/CBSP N.º 005/2015, exarado nos autos do Inquérito Civil n.º 1.21.000.000114/2014-88, o qual possui como objeto acompanhar a implementação no Estado de Mato Grosso do Sul da Lei n.º 12.732/2012, que dispõe sobre o primeiro tratamento de pacientes com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início;

Considerando a necessidade de prosseguir diligenciando no feito e tendo em vista a iminência da expiração do prazo de tramitação da Notícia de Fato n.º 1.21.002.000154/2015-91;

Determina a conversão da Notícia de Fato 1.21.002.000154/2015-91 em INQUÉRITO CIVIL, com o seguinte objeto: "apurar a implementação da Lei n.º 12.732/2012, que dispõe sobre o primeiro tratamento de pacientes com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início, na área de atribuição da PRM/Três Lagoas". 1ª Câmara de Coordenação e Revisão. Classificação: direito administrativo e outras matérias de direito público – Serviços - Saúde – Tratamento Médico-Hospitalar e/ou fornecimento de medicamentos.

Aguarde-se resposta ao OF/PR/MS/TLS/DMP N.º 199/2015.

É designado o Assessor de Gabinete Donilson Ferreira de Freitas para secretariar o feito.

Proceda-se à devida publicação e à comunicação desta conversão à Egrégia 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em atendimento às disposições contidas nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Res. CNMP 23/07, bem como nos arts. 5º, VI, e 16, § 1º, I, da Res. CSMPF 87/06.

DAVI MARCUCCI PRACUCHO
Procurador da República

DESPACHO DE 18 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício das funções institucionais previstas nos artigos 127, caput, e 129 da Constituição da República, regulamentadas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e:

Considerando o documento PRM/TLS/MS nº 2529/15, consistente em cópia da Ata de Reunião realizada no dia 14/5/2015, na qual os indígenas questionaram a respeito de decisão judicial que obrigou à criação de uma escola indígena na comunidade pelo Estado de Mato Grosso do Sul, sem cumprimento até o momento;

Considerando que relataram as más condições da estrutura da escola existente na localidade;

Considerando que, em consulta ao banco de dados da PRM/Três Lagoas, bem como ao sítio eletrônico da Justiça Federal, verificou-se a existência da ação civil pública n.º 0000652-21.2006.403.6003, cuja r. Sentença de primeira instância julgou parcialmente procedente o pedido para condenar:

“a. o Estado de Mato Grosso do Sul a proceder ao resgate escrito e imediato da língua Ofayé para sua permanente preservação, por meio de linguistas a serem contratados para tanto, trabalho que deverá ser iniciado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias. Ficará a cargo da União prestar, através do setor especializado, o apoio técnico e financeiro que se faça preciso.

b. o Estado de Mato Grosso do Sul e o Município de Brasilândia, este último em regime de colaboração, à elaboração, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, por meio de suas Secretarias de Educação, por consulta às reivindicações do povo Ofayé e segundo as normas aplicáveis à espécie, o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Interno da futura “Escola Indígena Ofayé Iniecheki, os quais deverão ser, imediatamente após a sua elaboração, levados à apreciação da comunidade indígena, que os aprovará, modificará ou rejeitará de acordo com a representatividade por eles adotada;

b1. em caso de aprovação ou modificação aprovada, proceder-se-á ao pedido de autorização de funcionamento junto ao Conselho Estadual de Educação, bem como se providenciará toda a documentação exigida pelo art. 20 da Deliberação CEE/MS n.º 6.767/02. Ficará a cargo da União prestar, através do setor especializado, o apoio técnico e financeiro que se faça preciso. Em caso de rejeição, formular-se-á, no prazo de 90 (noventa) dias, novo projeto ou regimento, atendendo às manifestações da comunidade, sendo posteriormente novamente submetido à apreciação da Comunidade Ofayé; e

c. o Estado de Mato Grosso do Sul à contratação de dois professores da Comunidade Ofayé, que se habilitarem, para ensinarem a língua materna na escola indígena, nos termos dos arts. 210, 2º, da Constituição Federal, art. 79, 2º, inc. II, e 32, 3º, ambos da Lei n.º 9.394/96, art. 28 do

Decreto n.º 5.051/04 e a arts. 3º, inc. V, e art. 40, “caput”, da Deliberação CEE/MS n.º 6.767/02, bem como a sua devida formação, ainda que a serviço e concomitantemente a sua própria escolarização, para ministrar aulas na escola indígena.

Diante do pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional (fls. 1.067/1.077) e a sua postergação para apreciação por ocasião da prolação da sentença (fls. 1.101), e considerando o direito ora reconhecido e o risco iminente da morte da língua e da cultura do povo Ofayé-Xavante, com fulcro na autorização contida no “caput” e parágrafos 4 e 5 do artigo 461 do Código de Processo Civil, concedo a antecipação dos efeitos da tutela para fins específicos de resgatar de forma escrita e imediata a língua Ofayé, nos termos do item “a” do dispositivo, sob pena de multa diária fixada no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em caso de descumprimento.” (grifo nosso)

Da r. Sentença, o Estado de Mato Grosso do Sul interpôs apelação, a qual foi recebida apenas em seu efeito devolutivo.

Após as contrarrazões do MPF, os autos foram remetidos ao E. Tribunal Regional Federal da Terceira Região, sendo distribuídos automaticamente no dia 30/9/2013.

Considerando a necessidade de acompanhamento do cumprimento da referida Sentença, especialmente, neste momento, da antecipação dos efeitos da tutela, determinando “ao Estado de Mato Grosso do Sul a proceder ao resgate escrito e imediato da língua Ofayé para sua permanente preservação, por meio de linguistas a serem contratados para tanto, trabalho que deverá ser iniciado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias. Ficará a cargo da União prestar, através do setor especializado, o apoio técnico e financeiro que se faça preciso”;

Considerando as orientações contidas no Parecer Técnico Nº 03/2013 – SADP (Secretaria de Acompanhamento Documental e Processual/SG), encaminhado por meio do Ofício-Circular MPF/PGR/SG/Nº 10, de 5 de fevereiro de 2013;

Considerando que “o atual Procedimento Administrativo – complemento Acompanhamento (PA de Acompanhamento) [atualmente: “Procedimento Administrativo”, apenas], conforme nomenclatura utilizada no Único, deve ser destacado exclusivamente para o acompanhamento de fiscalizações, de cunho permanente ou não, de fatos e instituições e de políticas públicas e demais procedimentos não sujeitos a inquérito civil, instaurado pelo Ministério Público, que não tenham o caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa, em função de ilícito específico” (pág. 6 do citado Parecer Técnico);

Considerando as disposições da Resolução nº 63/2010 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Instaura, inicialmente, Procedimento Administrativo com o seguinte objeto: “acompanhar o cumprimento da antecipação dos efeitos da tutela concedida na r. Sentença exarada na Ação Civil Pública nº 0000652-21.2006.403.6003”. Classificação: direito administrativo e outras matérias de direito público – direitos indígenas – garantias constitucionais – educação indígena. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Para fins de controle no Sistema Único, registre-se o prazo de tramitação por 1 (um) ano.

Como diligência inicial, oficie-se à Coordenação do Núcleo de Tutela Coletiva da Procuradoria Regional da República da 3ª Região, na pessoa da Coordenadora, Exma. Sra. Procuradora Regional da República, Dra. Fátima Aparecida de Souza Borghi, solicitando os seus bons préstimos no sentido de requerer vista, com posterior extração de cópias da ação civil pública n.º 0000652-21.2006.4036003 – especificamente, da inicial, sentença e demais folhas que sucederam a r. Sentença de fls. 1163/1169 – ação essa distribuída em 30/9/2013 à Sexta Turma do E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, tudo para o fim de instruir autos de Procedimento Administrativo instaurado para acompanhar o cumprimento da antecipação dos efeitos da tutela concedida na r. Sentença.

Fica designado o Assessor de Gabinete Donilson Ferreira de Freitas para secretariar o feito, enquanto lotado neste Gabinete.

Comunique-se a presente instauração, na forma de praxe, à Egrégia 6ª Câmara de Coordenação e Revisão.

DAVI MARCUCCI PRACUCHO
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 8, DE 22 DE MAIO DE 2015

Ref. PP nº 1.22.005.000329/2014-11. Objeto: Acompanhamento da atuação da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) no tocante à identificação e demarcação da área da União às margens do rio São Francisco em que situada a comunidade da Ilha das Porteiras, no município de São Francisco/MG. Apurar a existência ou não de irregularidades no fornecimento de Declaração de Aptidão do Produtor (DAP) pela EMATER a integrantes da comunidade da Ilha das Porteiras. Câmara: 6ª Câmara de Coordenação e Revisão

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República do 3º Ofício da Procuradoria da República no Município de Montes Claros/MG, MARCELO MALHEIROS CERQUEIRA, no exercício de suas atribuições legais e constitucionais, legitimado pelo artigo 129, inciso III da Constituição e pelo art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75/93, e:

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 4º, §§ 1º, 2º e 4º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como do artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, o procedimento preparatório tem prazo de duração de 90 (noventa) dias, prorrogável pelo mesmo período, uma única vez, servindo apenas à realização de diligências preliminares, nos casos em que não for possível, desde logo, a adoção de alguma das providências relacionadas no art. 4º, caput, da Resolução CSMPF nº 87/2006;

CONSIDERANDO que, de acordo com aqueles mesmos dispositivos, deve o membro do Ministério Público, uma vez vencido o prazo do procedimento preparatório, promover o seu arquivamento, ajuizar a respectiva ação civil pública ou, ainda, convertê-lo em inquérito civil;

CONSIDERANDO que os elementos de convicção até o momento reunidos no presente procedimento preparatório não são suficientes para autorizar deliberação de arquivamento ou propositura de ação civil pública, indicando a necessidade de continuação das investigações a cargo do Ministério Público Federal;

RESOLVE converter, em inquérito civil de mesmo número, o procedimento em epígrafe, de modo a subsidiar futura adoção das medidas judiciais cabíveis ou promoção de arquivamento.

Autue-se a presente portaria como peça inaugural do inquérito civil, sob a numeração de fls. 02-A a 03-A, alterando-se o objeto do inquérito civil no campo “resumo” do SISTEMA ÚNICO e enviando-se cópia da presente portaria, por meio eletrônico, à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins de ciência, e à Procuradoria da República em Minas Gerais, para fins de publicação na página da

Procuradoria da República no Município de Montes Claros na rede mundial de computadores (art. 5º, inciso VI, da Resolução CSMPF nº 87/2010 – versão consolidada).

Registre-se esta portaria em livro próprio, para controle do prazo previsto no art. 15 da Resolução CSMPF n. 87/2006.

Designo os servidores do Setor de Apoio aos Gabinetes desta Procuradoria da República em Montes Claros para secretariarem o presente inquérito civil.

Reitere-se o ofício de f. 42, dirigindo-o a ambos os representantes da comunidade de Ilha das Porteiras (f. 43). As providências relativas ao acompanhamento da atuação da SPU estão sendo tomadas no bojo do ICP nº 1.22.005.000380/2012-61, que tramita em conjunto com estes autos (f. 41).

Com a resposta ao ofício, venham os autos conclusos.

MARCELO MALHEIROS CERQUEIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 9, DE 22 DE MAIO DE 2015

Ref. PP nº 1.22.005.000375/2014-11. Objeto: Acompanhamento da atuação da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) no tocante à identificação e demarcação da área da União às margens do rio São Francisco em que situada a comunidade de Croatá, no município de Januária/MG. Apurar a existência ou não de irregularidades no oferecimento de transporte público escolar às crianças e aos adolescentes das comunidades de Croatá e Ilha de Pedro Preto. Câmara: 6ª Câmara de Coordenação e Revisão

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República do 3º Ofício da Procuradoria da República no Município de Montes Claros/MG, MARCELO MALHEIROS CERQUEIRA, no exercício de suas atribuições legais e constitucionais, legitimado pelo artigo 129, inciso III da Constituição e pelo art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75/93, e:

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 4º, §§ 1º, 2º e 4º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como do artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, o procedimento preparatório tem prazo de duração de 90 (noventa) dias, prorrogável pelo mesmo período, uma única vez, servindo apenas à realização de diligências preliminares, nos casos em que não for possível, desde logo, a adoção de alguma das providências relacionadas no art. 4º, caput, da Resolução CSMPF nº 87/2006;

CONSIDERANDO que, de acordo com aqueles mesmos dispositivos, deve o membro do Ministério Público, uma vez vencido o prazo do procedimento preparatório, promover o seu arquivamento, ajuizar a respectiva ação civil pública ou, ainda, convertê-lo em inquérito civil;

CONSIDERANDO que os elementos de convicção até o momento reunidos no presente procedimento preparatório não são suficientes para autorizar deliberação de arquivamento ou propositura de ação civil pública, indicando a necessidade de continuação das investigações a cargo do Ministério Público Federal;

RESOLVE converter, em inquérito civil de mesmo número, o procedimento em epígrafe, de modo a subsidiar futura adoção das medidas judiciais cabíveis ou promoção de arquivamento.

Autue-se a presente portaria como peça inaugural do inquérito civil, sob a numeração de fls. 02-A a 03-A, alterando-se o objeto do inquérito civil no campo “resumo” do SISTEMA ÚNICO e enviando-se cópia da presente portaria, por meio eletrônico, à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins de ciência, e à Procuradoria da República em Minas Gerais, para fins de publicação na página da Procuradoria da República no Município de Montes Claros na rede mundial de computadores (art. 5º, inciso VI, da Resolução CSMPF nº 87/2010 – versão consolidada).

Registre-se esta portaria em livro próprio, para controle do prazo previsto no art. 15 da Resolução CSMPF n. 87/2006.

Designo os servidores do Setor de Apoio aos Gabinetes desta Procuradoria da República em Montes Claros para secretariarem o presente inquérito civil.

As providências relativas ao acompanhamento da atuação da SPU estão sendo tomadas no bojo do ICP nº 1.22.005.000380/2012-61, que tramita em conjunto com estes autos (f. 26). Assim, oficie-se à Secretaria Municipal de Educação de Januária, com cópia de f. 27-29, requisitando que se manifeste sobre o pleito das comunidades de Croatá e Ilha de Pedro Preto e as providências tomadas para regularização do transporte escolar das crianças e dos adolescentes daquelas comunidades, no prazo de 30 (trinta) dias.

Com a resposta ao ofício, venham os autos conclusos.

MARCELO MALHEIROS CERQUEIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 28, DE 2 DE JUNHO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República que ao final assina, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, conforme art. 127 da Constituição de 1988 e art. 1º da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 75/93 prevê em seu art. 5º, III, “b” ser atribuição do Ministério Público a defesa do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO que no procedimento preparatório nº 1.22.012.000220/2014-95 é apurada suposta irregularidade na aplicação de recursos federais advindos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme relatório CGU nº 39020, pelo município de Córrego Danta/MG;

CONSIDERANDO que o prazo de 180 dias, decorrente do § 6º do art. 2º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público Federal, está encerrado;

CONSIDERANDO que são necessárias mais diligências para um adequado desfecho do caso;

DECIDE:

1. converter o procedimento preparatório nº 1.22.012.000220/2014-95 em Inquérito Civil Público, nos termos do art. 2º, § 7º, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, e do art. 4º, § 4º, da Resolução nº 87, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;
2. determinar que o cartório procedimental desta Procuradoria faça os registros de praxe e realize efetivo controle do prazo de 1 ano previsto no art. 9º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;
3. determinar que a assessoria afixe uma cópia da presente portaria no local de costume e, por meio eletrônico, remeta uma via à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para ciência e publicação, nos termos do art. 4º, VI da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, certificando nos autos o efetivo cumprimento; e
4. o cumprimento do despacho proferido nesta data.

LUCIANA FURTADO DE MORAES
Procuradora da República

PORTARIA Nº 31, DE 7 DE MAIO DE 2015

Considerando o trâmite, nesta Procuradoria da República no Município de Ipatinga, da Notícia de Fato n. 1.22.010.000184/2014-80; Considerando que o referido procedimento tem por objeto apurar irregularidades no tráfego de veículos com excesso de peso, em trechos de rodovia federal, praticado por veículos da empresa Mineração Novo Oriente Ltda.; e

Considerando a necessidade de se procederem a diligências para o cabal esclarecimento dos fatos e formação da convicção ministerial; o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com amparo no art. 129, III, da Constituição da República de 1988, no art. 8º, §1º, da Lei 7.347/85 e na Resolução 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, resolve instaurar Inquérito Civil, cujo objeto será apurar irregularidades no tráfego de veículos com excesso de peso, em trechos de rodovia federal, praticado por veículos da empresa Mineração Novo Oriente Ltda., devendo constar como Representante a Polícia Rodoviária Federal e como Representado(a) Mineração Novo Oriente Ltda. (CNPJ.: 10.273.967/0001-09).

Para tanto, determino as seguintes providências:

1. Autue-se e registre-se esta portaria.
2. Comunique-se a 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal da presente instauração de inquérito civil, para fins de conhecimento e publicidade.
3. O prazo para o término das diligências deste Inquérito Civil é de 1 (um) ano, nos termos do art. 15 da Resolução n. 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, devendo-se providenciar o controle deste prazo, fazendo os autos conclusos, caso seu termo final se avizinha.
4. Nomeio o servidor Wendel Varley Fonseca de Oliveira, Analista Processual, matrícula n. 22892-3, para secretariar o presente Inquérito Civil Público, o qual poderá ser substituído, nas respectivas ausências e/ou afastamentos, pelos demais servidores que integram a Assessoria deste gabinete.
5. Inicialmente, cumpra-se o despacho proferido nesta data.

BRUNO JOSÉ SILVA NUNES
Procurador da República

PORTARIA Nº 32, DE 24 DE ABRIL DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, considerando:

- a) o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) a incumbência prevista no art. 6º, inciso VII, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n. 75/93;
- c) o disposto na Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;
- d) os elementos constantes no presente Procedimento Preparatório;

Instaura inquérito civil a ser autuado sob o n. 1.22.009.000032/2015-05, tendo por objeto a apuração do fato abaixo especificado, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP n. 23/2007,

→ DESCRIÇÃO RESUMIDA DO FATO INVESTIGADO: Apurar supostas irregularidades praticadas na execução do termo de compromisso n. 678283, no valor de R\$ 256.966,01, firmado entre o Município de São Geraldo do Baixio e o Ministério da Integração Nacional.

→ AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Sigiloso.

Determina a publicação desta Portaria no endereço eletrônico da Procuradoria da República do Município de Governador Valadares: <http://www.prmg.mpf.mp.br/governadorvaladares/instauracao-de-icps>, nos termos do que prevê o art. 7º, IV da Resolução CNMP n. 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II da Resolução CNMP n. 23/2007.

Determina, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

FELIPE VALENTE SIMAN
Procurador da República

PORTARIA Nº 139, DE 1º DE JUNHO DE 2015

PP nº 1.22.000.005506/2014-04

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da procuradora da República que abaixo subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fulcro nos artigos 127 e 129, incisos I e VII, da Constituição Federal, no arts. 6º, inciso V e 8º da Lei Complementar nº 75/93, na Resolução CSMPF nº 87/2006 e Resolução CNMP nº 23/2007, e ainda:

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público Federal a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal/1988), do patrimônio público e social, dentre outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III da Constituição Federal/1988);

CONSIDERANDO que foi instaurado o Procedimento preparatório em epígrafe, a partir da remessa pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais de representação formulada à Ouvidoria do órgão, que noticia supostas irregularidades na conduta funcional do servidor público JOSÉ ROBERTO SIQUEIRA CASTRO, quanto à incompatibilidade na cumulação e exercício de cargos públicos;

CONSIDERANDO que o Hospital das Clínicas - UFMG informou que o REPRESENTADO ocupa o cargo de médico, cumprindo carga horária de 40 horas semanais (20 horas conforme contrato de trabalho e 20 horas como extensão de jornada de trabalho, distribuídas em 08 horas diárias), bem como que exerce função de gerência administrativa, não configurada como dedicação exclusiva, desde 20/05/2005, recebendo gratificação para tanto (f. 15);

CONSIDERANDO que a Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais informou que o REPRESENTADO não mais pertence aos quadros do órgão, tendo, no entanto, mantido vínculo funcional no Centro de Internação Provisória São Benedito, entre 24/10/2009 e 31/08/2014, data em que ocorreu o seu desligamento (f. 22);

CONSIDERANDO, ainda, que consulta ao sítio eletrônico do CNES aponta que o REPRESENTADO já foi contratado do Centro Socioeducativo Santa Terezinha;

CONSIDERANDO que os fatos podem configurar ato de improbidade administrativa lesivo ao erário;

CONSIDERANDO, por fim, estar vencido o prazo de tramitação como procedimento preparatório, determino a CONVERSÃO do Procedimento Preparatório nº 1.22.000.005506/2014-04 em Inquérito Civil Público, adstrito à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, com objeto de apurar eventual acumulação indevida de cargos públicos por JOSÉ ROBERTO SIQUEIRA CASTRO.

Registre-se e autue-se esta portaria, sem renumeração dos autos. Comunique-se esta conversão à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, conforme artigo 6º da Resolução CSMPF nº 87/2006.

DETERMINO, ainda:

1) providencie-se o controle do prazo para o término das diligências neste Inquérito Civil Público (um ano, nos termos do art. 15 da Resolução CSMPF nº 87/2010), fazendo os autos conclusos antes de seu termo final;

2) seja OFICIADO ao Hospital das Clínicas - UFMG para que encaminhe o registro da frequência de JOSÉ ROBERTO SIQUEIRA CASTRO, com informações relativas aos dias trabalhados e horários de entrada e saída, no período entre 01/03/2014 a 31/08/2014;

3) seja OFICIADA à Secretaria de Estado e Defesa Social para que:

a) informe se JOSÉ ROBERTO SIQUEIRA CASTRO esteve vinculado ao Centro Socioeducativo Santa Terezinha, como consta no sítio eletrônico do CNES/DATASUS <<http://cnes.datasus.gov.br/>>, informando, em caso positivo, o cargo/função exercido, sua jornada de trabalho e enviando o registro de frequência, com informações relativas aos dias trabalhados e horários de entrada e saída, nos últimos seis meses em que esteve vinculado;

b) informe a jornada de trabalho de JOSÉ ROBERTO SIQUEIRA CASTRO no período em que exerceu funções no Centro de Internação Provisória São Benedito (24/10/2009 a 31/08/2014), encaminhando ainda seu registro de frequência, com informações relativas aos dias trabalhados e horários de entrada e saída, no período entre 01/03/2014 a 31/08/2014.

LUDMILA JUNQUEIRA DUARTE OLIVEIRA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 140, DE 1º DE JUNHO DE 2015

PP nº 1.22.000.000955/2015-39.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República;

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando o disposto no art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar 75/1993;

c) considerando que o presente procedimento apura relato de deficiência na conservação e sinalização da Rodovia BR-482 no trecho entre Conselheiro Lafaiete e Catas Altas da Noruega;

d) considerando que, por força da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, em especial seus artigos 4º, II e § 1º, e 5º, o procedimento preparatório serve apenas à realização de diligências breves para subsidiar a adoção de alguma das providências listadas no artigo 4º, incisos I a VI, da Resolução, enquanto, no presente caso, é necessário o aprofundamento das investigações;

RESOLVE converter este procedimento em inquérito civil, determinando, em consequência, que seja observado o disposto no artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

Determina-se, ainda, a adoção das seguintes providências:

a) autuação desta Portaria como peça inicial do inquérito civil, numerando-a com o mesmo número da primeira folha dos autos, acrescido da letra "A", evitando-se, desse modo, a renumeração das folhas;

b) registro no sistema informatizado da PRMG da presente conversão, para efeito de controle do prazo previsto no artigo 15 da Resolução nº 87 do CSMPF;

c) comunicação à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão da instauração deste inquérito civil, nos termos do art. 6º da Resolução nº 87 do CSMPF;

d) reiteração de Ofício ao DNIT, conforme despacho proferido na presente data.

LAENE PEVIDOR LANÇA
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 6, DE 29 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;
- c) considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Converter o Procedimento Preparatório autuado sob o n. 1.23.001.000022/2013-32 em Inquérito Civil tendo por objeto supostas omissões do INCRA no que tange ao loteamento de terras.

Ordena, ainda, que seja comunicada à 5ª CCR a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução CNMP n. 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros junto ao sistema de cadastramento informático.

LILIAN MIRANDA MACHADO
Procuradora da República

PORTARIA Nº 7, DE 29 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;
- c) considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Converter o Procedimento Preparatório autuado sob o n. 1.23.001.000133/2014-20 em Inquérito Civil tendo por objeto supostas irregularidades da INFRAERO no que tange a utilização de áreas públicas para fins comerciais.

Ordena, ainda, que seja comunicada à 5ª CCR a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução CNMP n. 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros junto ao sistema de cadastramento informático.

LILIAN MIRANDA MACHADO
Procuradora da República

PORTARIA Nº 8, DE 29 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;
- c) considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Converter o Procedimento Preparatório autuado sob o n. 1.23.001.000161/2014-47 em Inquérito Civil tendo por objeto apurar supostas irregularidades da Faculdade de Teologia Hokman na emissão de diplomas de ensino superior no curso de Pedagogia.

Ordena, ainda, que seja comunicada à PFDC a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução CNMP n. 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros junto ao sistema de cadastramento informático.

LILIAN MIRANDA MACHADO
Procuradora da República

PORTARIA Nº 9, DE 29 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;
- c) considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Converter o Procedimento Preparatório autuado sob o n. 1.23.001.000173/2014-71 em Inquérito Civil tendo por objeto apurar supostas irregularidades no Projeto de Assentamento Carajás, localizado no município de Parauapebas/PA.

Ordena, ainda, que seja comunicada à 5ª CCR a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução CNMP n. 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros junto ao sistema de cadastramento informático.

LILIAN MIRANDA MACHADO
Procuradora da República

PORTARIA Nº 11, DE 30 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;
c) considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
Converter o Procedimento Preparatório autuado sob o n. 1.23.001.000256/2012-07 em Inquérito Civil tendo por objeto apurar supostas apontadas Monitoramento da Operação Arco Verde 2011, no município de Itupiranga/PA.
Ordena, ainda, que seja comunicada à 4ª CCR a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução CNMP n. 23/2007.
Manda, por fim, que sejam realizados os registros junto ao sistema de cadastramento informático.

LILIAN MIRANDA MACHADO
Procuradora da República

PORTARIA Nº 12, DE 30 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;
c) considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
Converter o Procedimento Preparatório autuado sob o n. 1.23.001.000176/2014-13 em Inquérito Civil tendo por objeto apurar supostas irregularidades apontadas nas obras do Programa Minha Sacca, Minha Vida, no município de Marabá/PA.
Ordena, ainda, que seja comunicada à PFDC a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução CNMP n. 23/2007.
Manda, por fim, que sejam realizados os registros junto ao sistema de cadastramento informático.

LILIAN MIRANDA MACHADO
Procuradora da República

PORTARIA Nº 13, DE 30 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;
c) considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
Converter o Procedimento Preparatório autuado sob o n. 1.23.001.000099/2014-93 em Inquérito Civil tendo por objeto apurar supostas irregularidades apontadas pelo SINTEPP acerca do pagamento de servidores com recursos do FUNDEB, no município de São Domingo do Araguaia/PA.
Ordena, ainda, que seja comunicada à 5ª CCR a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução CNMP n. 23/2007.
Manda, por fim, que sejam realizados os registros junto ao sistema de cadastramento informático.

LILIAN MIRANDA MACHADO
Procuradora da República

PORTARIA Nº 23, DE 1º DE JUNHO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos da Notícia de Fato - NF nº , instaurada para apurar notícia de irregularidades na aplicação de verbas para a construção da Quadra Poliesportiva da Escola Municipal de Ensino Fundamental Frei Constâncio, no Município de Almeirim, na gestão do prefeito JOSÉ BOTELHO DOS SANTOS.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

I – autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

II – dê-se conhecimento da instauração deste IC à respectiva Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPPF), mediante comunicação eletrônica, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPPF;

III – oficie-se ao Município de Almeirim, nas pessoas do prefeito municipal, sr. José Botelho dos Santos, e da secretária municipal de educação, sra. Celina Roberta Monteiro Baima, mediante entrega por AR, para que:

- 1) informem se foi firmado convênio com o FNDE para a construção da aludida quadra poliesportiva (ou com outro fundo), ou informe a origem da verba destacada para essa obra;
- 2) apresentem o processo administrativo licitatório para a realização desta obra e respectivos contratos firmados;
- 3) informem o estágio atual da obra;
- 4) em caso de atraso na obra, informem as suas razões e quais providências foram adotadas;
- 5) manifestem-se sobre os fatos (juntar cópia da representação apresentada pelo Sindicato).
- IV - ao Gabinete: fazer pesquisa junto ao sítio eletrônico do Portal da Transparência para verificar se o Município de Almeirim celebrou convênio com o FNDE para a construção da quadra poliesportiva da Escola Municipal de Ensino Fundamental Frei Constâncio.
- V - após a verificação do item "b", sendo positiva a resposta, oficiar ao FNDE para que informe se o Município de Almeirim/PA prestou contas dos valores referentes ao respectivo convênio. Na oportunidade, deverá esclarecer se foram encontradas irregularidades.

FABIANA KEYLLA SCHNEIDER
Procuradora da República

PORTARIA Nº 26, DE 29 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar 75/93;
- d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
- e) considerando O OFÍCIO Nº. 26280/2014/SE/CGU-PR PROVENIENTE DA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO

ENCAMINHANDO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO QUE TRATA DOS RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS SOBRE 11 AÇÕES DE GOVERNO EXECUTADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA/PA EM DECORRÊNCIA DA 39ª ETAPA DO PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO A PARTIR DE SORTEIOS PÚBLICOS, NO INTUITO DE AVERIGUAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES.

Resolve:

Instaurar, a partir do procedimento Administrativo nº 1.23.001.000054/2013-38, Inquérito Civil, tendo por objeto, apurar as irregularidades ali apontadas.

Ordena, ainda, que seja comunicada à PFDC a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

ANDREA COSTA DE BRITO
Procuradora da República

PORTARIA Nº 28, DE 29 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar 75/93;
- d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
- e) considerando a OMISSÃO, POR PARTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (UNIFESSPA -

CAMPUS MARABÁ), EM ENTREGAR OS DIPLOMAS DE CONCLUSÃO DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS NATURAIS ÀS ALUNAS DANIELLE DA SILVA OLIVEIRA, ALLEM DUARTE LISBOA E JOICE BEZERRA.

Resolve:

Instaurar, a partir do procedimento Administrativo nº 1.23.001.000003/2014-97, Inquérito Civil, tendo por objeto, apurar as irregularidades ali apontadas.

Ordena, ainda, que seja comunicada à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

ANDREA COSTA DE BRITO
Procuradora da República

DESPACHO DE 1º DE JUNHO DE 2015

Inquérito Civil nº: 1.23.000.000265/2013-81

O presente Inquérito Civil foi instaurado com base em denúncia de possíveis irregularidades em processos licitatórios na Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, cujos contratos foram firmados por meio da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino de Ciências Agrárias – FUNPEA.

Segundo os fatos relatados pelo prof. Roberto Farias, docente daquela instituição de ensino, tais irregularidades envolvem o cumprimento do objeto do Contrato n. 10/2011 - firmado entre a FUNPEA e a empresa Palladium Engenharia Ltda. para a construção do Centro de Apoio à Pesquisa e à Pós-Graduação da UFRA/Belém -, e o Contrato 05/2005 – firmado entre a FUNPEA e a empresa Ditron Engenharia, Comércio e Serviços Ltda. para a construção do Centro de Manejo de Leite.

Desta forma, foi requisitado à Controladoria-Geral da União no Estado do Pará que fosse agendada Auditoria Especial acerca da atual gestão daquela Universidade e, em especial, sobre a execução do objeto dos mencionados instrumentos contratuais (fl. 38).

A CGU, por intermédio de e-mail, encaminhou o Acórdão nº 4528/2014 que, em tese, contemplaria o objeto do presente apuratório. Ocorre que a referida decisão do TCU diz respeito a licitação nº 23084.005933/2008-71 (Tomada de Preço 02/2008), para construção de muro de arrime e trapiche no campus sede da UFRA, motivo pelo qual foi encaminhado para o 10ª Ofício para juntada no IC 1836/2011-32 que trata sobre o referido caso.

Portanto, em face ao tempo decorrido e à necessidade de prosseguimento das diligências, impõe-se a continuidade do andamento do feito.

Assim, considerando o permissivo contido na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal – CSMPF, e considerando que não se afigurou possível a conclusão do Inquérito Civil em epígrafe no prazo de um ano, tendo em vista a necessidade de ultimateção de diligências imprescindíveis à formação de convencimento sobre os fatos que compõem o seu objeto.

Resolvo PRORROGAR por 1 (um) ano, nos termos do art.15 da Resolução nº 87 do CSMPF, o presente apuratório.

Como diligência de continuação:

1)Requisite-se informações atualizadas à CGU, nos moldes do expediente de fls.45/46, informando que o Acórdão encaminhado não contemplou o objeto do presente procedimento.

2)Requisite-se informação a FUMPEA sobre o cumprimento dos Contratos nº. 10/2011 e 05/2005.

Dê-se ciência à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

JOSÉ AUGUSTO TORRES POTIGUAR
Procurador Regional da República

DESPACHO DE 2 DE JUNHO DE 2015

Inquérito Civil nº.: 1.23.000.001107/2014-29

Tratam os autos de representação formulada pela Receita Federal do Brasil, através do presidente de Comissão de Inquérito designado pelo Chefe de Corregedoria na 2ª Região Fiscal, informando supostas irregularidades ocorridas durante procedimento de desembarço aduaneiro de bagagem desacompanhada, tendo sido aberto o Processo Administrativo Disciplinar nº 16307.000010/2013-63.

Como diligência inicial, foi informado ao representante que a sua representação fora convertida em inquérito civil e requisitado ao mesmo que encaminhasse cópia integral do PAD nº 16307.000010/2013-63, tão logo o mesmo fosse concluído. Após, os presentes autos foram sobrestados pelo prazo de 90 dias para aguardar a conclusão do PAD.

Findado o prazo do sobrestamento, foi requisitado ao presidente de Comissão de Inquérito que informasse acerca da conclusão do referido PAD e encaminhasse cópia integral do mesmo. Todavia, não houve resposta.

Tendo em vista o decurso do prazo sem qualquer resposta, considerando o permissivo contido na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal – CSMPF, e considerando que não se afigurou possível a conclusão do Inquérito Civil em epígrafe no prazo de um ano, tendo em vista a necessidade de ultimateção de diligências imprescindíveis à formação de convencimento sobre os fatos que compõem o seu objeto,

Resolvo PRORROGAR por 1 (um) ano, nos termos do art.15 da Resolução nº 87 do CSMPF, o presente apuratório.

Como diligência de instrução, reitere-se o ofício de fls. 08.

Dê-se ciência à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

JOSÉ AUGUSTO TORRES POTIGUAR
Procurador Regional da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE

PORTARIA Nº 447, DE 2 DE JUNHO DE 2015

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Portaria nº 458/98, de 02 de julho de 1998, do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República, que delega competência para a chefia da PR/PR, resolve:

Revogar a Portaria PRC/PR nº 250, de 26 de março de 2015, publicada no Diário do Ministério Público Federal Eletrônico - DMPF-e Extrajudicial de 27/03/2015.

JOÃO VICENTE BERALDO ROMÃO

PORTARIA Nº 448, DE 2 DE JUNHO DE 2015

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Portaria nº 458/98, de 02 de julho de 1998, do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República, que delega competência para a chefia da PR/PR, e

considerando o voto de nº 784/2015, do relator José Osterno Campos de Araújo, acolhido por unanimidade na Sessão Ordinária nº 615 da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, resolve:

Designar o Procurador da República itinerante na Procuradoria da República no Município de Pato Branco para, como órgão do Ministério Público Federal, dar prosseguimento à persecução penal nos autos nº 5004854-40.2014.404.7007/PR e nº 5001602-92.2015.404.7007, em trâmite na 1ª Vara Federal de Francisco Beltrão.

JOÃO VICENTE BERALDO ROMÃO

PORTARIA Nº 16, DE 2 DE JUNHO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento na Constituição Federal, art. 127, caput, e 129, inciso III, na LC 75/1993, art. 5º, inciso I, alínea “h”, inciso III, alínea “b”, inciso V, alínea “b”, e art. 6º, inciso VII, alínea “b”, na Lei n.º 7.347/1985, art. 8º, §1º, bem assim, na Resolução CSMPF n.º 87, de 3 de agosto de 2006, alterada pela Resolução CSMPF n.º 106, de 6 de abril de 2010, e na Resolução CNMP n.º 23, de 17 de dezembro de 2007;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, bem como zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos consagrados na Constituição Federal, dentre os quais aqueles relativos à saúde (art. 129, II e III, c.c. art. 197, ambos da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde (SUS) deve ser guiado pelos princípios constitucionais da universalidade, equidade e integralidade, referentes às atividades de promoção, proteção e recuperação da saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de se prestar efetiva tutela ao patrimônio público destinado ao atendimento da saúde, vez que é dever do Estado garanti-la a todos, mediante acesso universal e igualitário (art. 196 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a saúde é direito social constitucionalmente reconhecido (art. 6º da CF/88), e são de relevância pública as ações e serviços de saúde (art. 197 da CF/88);

CONSIDERANDO que ser atribuição do Ministério Público promover as medidas necessárias para que o poder público, por meio dos serviços de relevância pública, respeite os direitos assegurados na Constituição Federal, como o direito social à saúde e ao irrestrito acesso a atendimentos e tratamentos médicos condizentes com a dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO que os medicamentos Temodal (250 mg) e Temodal (100 mg), indicado para o tratamento da doença de Denize Cristina Souza Cruz Pereira, não se encontra contemplado na lista dos medicamentos fornecidos pelo SUS;

RESOLVE instaurar inquérito civil, para tanto determinando:

a) Autue-se o presente sob o nome “Inquérito Civil”; b) Vincule-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; tema: Medicamento c) Mantenha-se o mesmo assunto; d) Inclua-se interessado Denize Cristina Souza Cruz Pereira e) Publique-se cópia desta portaria em local próprio desta PRM/APU; f) Cumpra-se as demais diligências; g) Diligencie a Secretaria de Tutela deste gabinete no sentido de fazer cumprir o presente;

RAPHAEL OTAVIO BUENO SANTOS
Procurador da República

PORTARIA Nº 16, DE 29 DE MAIO DE 2015

Procedimento Preparatório nº 1.25.011.000214/2014-36

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento na Constituição Federal, art. 127, caput, e 129, inciso III; na LC 75/1993, art. 5º, inciso I, alínea “h”, inciso III, alínea “b”, inciso V, alínea “b”, e art. 6º, inciso VII, alínea “b”; na Lei n.º 7.347/1985, art. 8º, §1º; bem assim, na Resolução CSMPF n.º 87, de 3 de agosto de 2006, alterada pela Resolução CSMPF n.º 106, de 6 de abril de 2011; e na Resolução CNMP n.º 23, de 17 de dezembro de 2007;

CONSIDERANDO as informações colhidas até o presente momento neste procedimento administrativo;

CONSIDERANDO que não foi possível concluir-se pelo arquivamento do presente;

CONSIDERANDO a imprescindibilidade de promoção de mais diligências para conclusão do presente;

RESOLVE converter o presente procedimento administrativo em inquérito civil para apurar as irregularidades objeto da investigação em curso, para tanto determinando:

a) Autue-se o presente sob o nome “Inquérito Civil”; b) Vincule-se à 5ª CCR/MPF, à qual já se encontra vinculado o procedimento administrativo; tema: “Improbidade Administrativa”; c) Mantenha-se cadastrado sob o assunto: “Apura se os municípios da área de atuação desta PRM estão conferindo integral cumprimento à Lei Federal 12.994/2014, que estipula piso salarial para Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias que tenham jornada semanal de trabalho de 40 (quarenta) horas semanal. ”; d) Mantenha-se o Representante: Sigiloso; e) Determino, ainda, que tendo em vista que o OFÍCIO/GAB/PRM/PVAÍ Nº 1256/2014 e sua reiteração Nº 146/2015, expedidos em 12/12/2014 e 10/03/2015 respectivamente, encontram-se até o presente momento sem resposta, reitere-se, advertido-se seu destinatário das sanções pelo seu não atendimento, concedendo-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para resposta; f) Designo para secretariar o presente o servidor deste Gabinete, RICARDO GIROTTO, bem como o servidor que eventualmente venha a substituí-lo em seus afastamentos legais; g) Comunique-se à E. 5ª CCR/MPF acerca da instauração do presente, devendo-se informar o número, assunto e interessados; h) Publique-se cópia desta portaria em local próprio desta PRM/PVAI; i) Diligencie a Secretaria de Tutela deste gabinete no sentido de fazer cumprir o presente.

HENRIQUE GENTIL OLIVEIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 17, DE 29 DE MAIO DE 2015

Procedimento Preparatório nº 1.25.011.000216/2014-25

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento na Constituição Federal, art. 127, caput, e 129, inciso III; na LC 75/1993, art. 5º, inciso I, alínea “h”, inciso III, alínea “b”, inciso V, alínea “b”, e art. 6º, inciso VII, alínea “b”; na Lei n.º 7.347/1985, art. 8º, §1º; bem assim, na Resolução CSMPF n.º 87, de 3 de agosto de 2006, alterada pela Resolução CSMPF n.º 106, de 6 de abril de 2011; e na Resolução CNMP n.º 23, de 17 de dezembro de 2007;

CONSIDERANDO as informações colhidas até o presente momento neste procedimento administrativo;

CONSIDERANDO que não foi possível concluir-se pelo arquivamento do presente;

CONSIDERANDO a imprescindibilidade de promoção de mais diligências para conclusão do presente;

RESOLVE converter o presente procedimento administrativo em inquérito civil para apurar as irregularidades objeto da investigação em curso, para tanto determinando:

a) Autue-se o presente sob o nome “Inquérito Civil”; b) Vincule-se à 5ª CCR/MPF, à qual já se encontra vinculado o procedimento administrativo; tema: “Improbidade Administrativa”; c) Mantenha-se cadastrado sob o assunto: “Acompanha os resultados de fiscalizações realizadas pela Controladoria-Geral da União concernente à avaliação da execução de programas de governo em decorrência da 39ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.”; d) Mantenha-se as partes: Ministério Público Federal, Controladoria Geral da União; e) Determine ainda: e.1. comunicação aos responsáveis pelos Postos da Polícia Rodoviária Estadual de Loanda e de Cidade Gaúcha acerca das condições do ônibus placas AEB-8170, inclusive reforçando a necessidade de fiscalização do veículo caso esteja circulando, tudo nos moldes do art. 21, V, da Lei 9.503/1997. As comunicações deverão ser acompanhadas de cópia do termo de informação elaborado em 22/05/2015 e do CRLV do veículo. e.2. Requisite-se ao Município de Santa Mônica que informe se efetivamente retirou de circulação o mencionado veículo. Prazo: 15 (quinze) dias. f) Designo para secretariar o presente o servidor deste Gabinete, RICARDO GIROTTO, bem como o servidor que eventualmente venha a substituí-lo em seus afastamentos legais; g) Comunique-se à E. 5ª CCR/MPF acerca da instauração do presente, devendo-se informar o número, assunto e interessados; h) Publique-se cópia desta portaria em local próprio desta PRM/PVAI; i) Diligencie a Secretaria de Tutela deste gabinete no sentido de fazer cumprir o presente.

HENRIQUE GENTIL OLIVEIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 199, DE 27 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando a incumbência prevista nos arts. 6º, VII, b, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/1993;
b) considerando o disposto nas Resoluções nº 13/2006, nº 23/2007 e nº 63/2010, todas do Conselho Nacional do Ministério Público;
c) considerando que o objeto dos autos de Procedimento Preparatório nº 1.25.000.001600/2014-74 insere-se no rol de atribuições do

Ministério Público Federal; e

- d) considerando o decurso de 180 (cento e oitenta) dias desde a instauração do referido procedimento preparatório;
Determino que o procedimento preparatório em referência seja convertido em inquérito civil.

E, após o registro, publicação e comunicação de praxe, determino que a Secretaria elabore ofício, que assinarei, a ser dirigido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), nesta capital, para que informe, no prazo de sessenta dias, se o empreendedor responsável pela obra do Contorno Norte de Curitiba apresentou manifestação referente à adequação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) aos termos propostos no Parecer nº 60/2014-PR/NLA/IBAMA. Encaminhar, junto ao ofício, cópia do documento de f. 16.

JOÃO GUALBERTO GARCEZ RAMOS
Procurador da República

PORTARIA Nº 200, DE 27 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando a incumbência prevista nos arts. 6º, VII, b, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/1993;
b) considerando o disposto nas Resoluções nº 13/2006, nº 23/2007 e nº 63/2010, todas do Conselho Nacional do Ministério Público;
c) considerando que o objeto dos autos de Procedimento Preparatório nº 1.25.000.003650/2014-96 insere-se no rol de atribuições do

Ministério Público Federal; e

- d) considerando o decurso de 180 (cento e oitenta) dias desde a instauração do referido procedimento preparatório;
Determino que o procedimento preparatório em referência seja convertido em inquérito civil.

E, após o registro, publicação e comunicação de praxe, determino que a Secretaria elabore ofício, que assinarei, a ser dirigido ao Instituto Ambiental do Paraná, para que informe se a empresa “Incalisq Indústria de Cal”, CNPJ nº 81.170.037/0001-60, tem licença ambiental para extração mineral, bem como para que informe se os fatos narrados no Parecer nº 47/2014-DNPM-PR/RPXM, do Departamento Nacional de Produção Mineral, configuram dano ambiental praticado pela “Incalisq”. Encaminhar, junto ao ofício, cópia das fls. 23-38.

JOÃO GUALBERTO GARCEZ RAMOS
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 145, DE 27 DE MAIO DE 2015

Procedimento Preparatório nº 1.26.000.003051/2014-35. (Portaria de Conversão de PP em ICP). EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO.NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS. CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. 5ª CCR.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República in fine firmada, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e;

Considerando que o Procedimento Preparatório visa a apurar as constatações de nº 306731, 306963, 306837 e demanda nº 21194 apontadas no Relatório de Auditoria nº 13893 – referente ao município de Cortês/PE;

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, conforme preceitua o art. 127 da Constituição da República;

Considerando que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público, do meio ambiente, da saúde, bem como de outros direitos e interesses sociais e difusos;

Considerando ser função institucional do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do art. 129, inciso III da Constituição Federal.

Considerando o teor da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com redação conferida pela Resolução nº 106 do CSMPF, de 6 de abril de 2010.

Considerando que os elementos de prova até então colhidos apontam para a necessidade de maior aprofundamento das investigações, com vistas à correta adoção de providências judiciais ou extrajudiciais.

Resolve converter o procedimento preparatório nº 1.26.000.003051/2014-35 em Inquérito Civil Público, determinando:

1) Registro e autuação da presente portaria juntamente com o Procedimento Preparatório supracitado, assinalando como objeto do Inquérito Civil: “Apurar as constatações de nº 306731, 306963, 306837 e demanda nº 21194 apontadas no Relatório de Auditoria nº 13893 – referente ao município de Cortês/PE”;

2) Nomeação, mediante termo de compromisso nos autos, do servidor Rafael Carlos Pereira, matrícula 25370, ocupante do cargo de técnico administrativo nesta PRPE, nos termos do art. 40 da Resolução no 23/2007 – CNPM e art. 5o da Resolução no 87/2006 do CSMPF, para funcionar como Secretária;

3) Publique-se este ato no portal eletrônico que a Procuradoria da República no Estado de Pernambuco mantém na rede mundial de computadores;

4) Comunique-se à 5ª CCR da instauração do presente Inquérito Civil Público, nos termos do art. 6o da Resolução no 87 do CSMPF, solicitando-lhe publicação desta portaria no Diário Oficial da União (art. 40, VI, da Resolução no 23/2007 – CNPM e art. 16, § 1o, I, Resolução no 87 – CSMPF).

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve ser realizado o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

SILVIA REGINA PONTES LOPES SCHIMMELPFENG
Procuradora da República

RECOMENDAÇÃO Nº 57, DE 1º DE JUNHO 2015

Ref: I.C nº 1.26.003.000060/2013-63. Representante: Instauração de ofício. Representado: Município de Itacuruba. Síntese: Transporte escolar. Inadequação dos veículos. Ofensa à Constituição Federal, ao Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações correlatas.

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF/88, art. 127, caput);

Considerando ser função institucional do Ministério Público, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública, bem como efetivar os direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (CF/88, art. 129, II);

Considerando também, ser função institucional do Ministério Público, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (CF/88, art. 129, III);

Considerando ser a educação direito de todos os cidadãos, constitucionalmente assegurado, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-o para o efetivo exercício da cidadania e sua qualificação profissional, nos termos do art. 205 da Carta Magna;

Considerando que a Carta Magna prevê no seu artigo 227, regulamentado pelos arts. 3º, 4º e 5º do ECA, ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade de convivência familiar e comunitária;

Considerando que a Constituição Federal estabelece em seu artigo 208, inciso VII, que o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, no Ensino Fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

Considerando que, nos termos do art. 54, VII do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/90), a criança e o adolescente serão atendidos com programas suplementares no ensino fundamental e que diz que “é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar transporte, alimentação e assistência à saúde.”

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/96 - com acréscimo da Lei nº 10.709/2003) estabelece que, no art. 10, inciso VII, que os Estados incumbir-se-ão de assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual e no Art. 11, inciso VI, que os municípios incumbir-se-ão de assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal;

Considerando que o Código de Trânsito (LEI nº 9.503/97) estabelece:

Art. 21. Compete aos órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, no âmbito de sua circunscrição:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios, no âmbito de sua circunscrição:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

Considerando que o Código de Trânsito (LEI nº 9.503/97), em relação ao transporte escolar, estabelece:

Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I - registro como veículo de passageiros;

II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI - cintos de segurança em número igual à lotação;

VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

Art. 137. A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

Art. 138. O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos:

I - ter idade superior a vinte e um anos;

I - ser habilitado na categoria D;

III - (VETADO)

IV - não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

V - ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN.

Art. 139. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal de aplicar as exigências previstas em seus regulamentos, para o transporte de escolares.

Considerando que a lei nº 10.880/04 instituiu o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE, no âmbito do MEC, a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, observadas as disposições desta Lei (redação dada pela Lei nº 11.947, de 2009);

Considerando que a Resolução FNDE nº 12/11 estabelece que o PNATE consiste na transferência, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios, de recursos financeiros destinados a custear a oferta de transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, com o objetivo de garantir o acesso à educação, devendo os veículos destinados a esse tipo de transporte estar de acordo com o Código Nacional de Trânsito e demais legislação pertinente.

Considerando a existência do programa Caminho da Escola, criado pela Resolução nº 3, de 28 de março de 2007, cujo objetivo é a concessão, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de linha de crédito especial para a aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus zero quilômetro com capacidade para 23 ou mais passageiros/estudantes e de embarcações novas.

Considerando que o transporte escolar em veículos inadequados coloca em risco a vida e a integridade de crianças e adolescentes.

Considerando que a omissão da Administração Pública no cumprimento das obrigações legais que lhes são impostas, ofende direitos individuais e coletivos, caracterizando abuso de poder a ensejar a adoção das medidas judiciais cabíveis para reparação pertinente;

Considerando que, segundo o Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público, é vedado à Administração Pública deixar de adotar ou retardar providências relevantes ao atendimento do interesse público, em razão de qualquer outro motivo;

Considerando o interesse federal, visto que recursos públicos federais provenientes do PNATE são repassados ao Município de Iguaraci para garantia do transporte dos alunos nas escolas de ensino Municipal;

Considerando a instauração do Inquérito Civil nº 1.26.003.000060/2013-63, que tem por escopo apurar supostas irregularidades constatadas no Relatório de Fiscalização nº 36017/2012, elaborado pela CGU, que discrimina os resultados dos exames realizados sobre 21 Ações de Governo executadas no Município de Itacuruba – PE, em decorrência da 36ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos;

Resolve RECOMENDAR ao Prefeito constitucional do Município de Itacuruba que:

a) Encaminhe para este Ministério Público Federal o número de alunos (por turno), o processo licitatório e o contrato referente ao transporte escolar da rede estadual de ensino com recurso do PNATE a partir de 2011;

b) Verifique se todos os veículos utilizados para o transporte dos estudantes da rede estadual de ensino nos referidos Municípios estão de acordo com a Código de Trânsito e demais legislação pertinente.

c) Caso contrário, notificar a empresa contratada para regularizar os veículos, encaminhando a documentação comprobatória, ou, em caso de contratação direta, regularizar os veículos no prazo de 15 (quinze dias).

d) Caso não haja regularização, realizar um novo processo licitatório, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, nos termos da Resolução nº 06/2013 do TCE, a fim promover a contratação de empresa para o transporte regular dos estudantes com o recurso do PNATE e demais recursos.

O MINISTÉRIO PÚBLICO adverte que a presente Recomendação dá ciência da mora do destinatário quanto às providências solicitadas, podendo a omissão na adoção das medidas recomendadas implicar o manejo de todas as medidas administrativas e ações judiciais cabíveis, em sua máxima extensão, contra os que não a observarem.

Todas as ações devem ser informadas e os documentos encaminhados ao Ministério Público Federal, que acompanhará a regularização do transporte escolar dos alunos da rede municipal de ensino.

Dê-se ciência da expedição desta Recomendação à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Cumpra-se.

MANOEL ANTONIO GONÇALVES DA SILVA
Procurador da República

DESPACHO DE 1º DE JUNHO DE 2015

Inquérito Civil nº 1.26.002.000050/2012-57

Tendo em vista que o prazo para a conclusão do Inquérito Civil em epígrafe expirou, e não havendo ainda nos autos elementos suficientes a respaldar qualquer encaminhamento conclusivo, determino a prorrogação da tramitação do feito por mais 01 (um) ano, com posterior retorno dos autos para análise e deliberação de providências úteis à cabal apuração dos fatos, visando dar prosseguimento à instrução.

Ademais, atualize-se, o Sistema ÚNICO, com as prorrogações necessárias.

Registre-se.

LUIZ ANTONIO MIRANDA AMORIM SILVA
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE

PORTARIA Nº 604, DE 29 DE MAIO DE 2015

Altera a Portaria PR-RJ Nº 248/2014 interrompendo as férias da Procuradora da República LUCIANA FERNANDES PORTAL LIMA GADELHA no período de 28 de maio a 15 de junho de 2015.

O PROCURADOR-CHEFE SUBSTITUTO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, considerando que a Procuradora da República LUCIANA FERNANDES PORTAL LIMA GADELHA, lotada na PRM-São João de Meriti, solicitou interrupção de férias, anteriormente marcadas para o período de 27 de maio a 15 de junho de 2015 (Portaria PR-RJ Nº 248/2015, publicada DMPF-e Nº 52 - Extrajudicial de 19 de março de 2015, página 38), a partir do dia 28 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria PR/RJ/Nº 248/2015 para interromper as férias da Procuradora da República LUCIANA FERNANDES PORTAL LIMA GADELHA no período de 28 de maio a 15 de junho de 2015, incluindo-a, neste período, na distribuição de todos os feitos e audiências que lhe são vinculados.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

LAURO COELHO JUNIOR

PORTARIA Nº 605, DE 29 DE MAIO DE 2015

Exclui a Procuradora da República MARTA CRISTINA PIRES ANCIÃES da distribuição de feitos urgentes e audiências no período de 01º a 03 de junho de 2015.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, considerando que a Procuradora da República MARTA CRISTINA PIRES ANCIÃES solicitou a suspensão da distribuição de feitos urgentes e audiências, no período de 01º a 03 de junho de 2015, devido a sua participação em curso de aperfeiçoamento realizado pela ESMPU, em Brasília/DF, resolve:

Art. 1º Excluir a Procuradora da República MARTA CRISTINA PIRES ANCIÃES da distribuição dos feitos urgentes e audiências no período de 01º a 03 de junho de 2015, observando-se a devida compensação.

Art. 2º Dê-se ciência à SERAF para cumprimento do disposto na Portaria PGR/Nº 462/2013.

Art. 3º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LAURO COELHO JUNIOR

PORTARIA Nº 609, DE 29 DE MAIO DE 2015

Exclui o Procurador da República JAIME MITROPOULOS da distribuição de feitos urgentes e audiências nos dias 17 e 18 de junho de 2015.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, considerando que o Procurador da República JAIME MITROPOULOS solicitou a suspensão da distribuição de feitos urgentes e audiências, nos dias 17 e 18 de junho de 2015, devido a sua participação em reunião conjunta dos Grupos de Trabalho da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais e no III Encontro Nacional do Ministério Público e Movimentos Sociais, em Brasília/DF, resolve:

Art. 1º Excluir o Procurador da República JAIME MITROPOULOS da distribuição dos feitos urgentes e audiências nos dias 17 e 18 de junho de 2015, observando-se a devida compensação.

Art. 2º Dê-se ciência à SERAF para cumprimento do disposto na Portaria PGR/Nº 462/2013.

Art. 3º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LAURO COELHO JUNIOR

PORTARIA Nº 610, DE 29 DE MAIO DE 2015

Designa o Procurador da República FERNANDO JOSÉ AGUIAR DE OLIVEIRA para atuar no Inquérito Policial nº 0025171-33.2013.4.02.5101.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Designar o Procurador da República FERNANDO JOSÉ AGUIAR DE OLIVEIRA para atuar no Inquérito Policial nº 0025171-33.2013.4.02.5101, dando prosseguimento na apuração dos fatos, de acordo com a manifestação da egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Art. 2º Dê-se ciência ao Exmo. Sr. Procurador da República THIAGO LEMOS DE ANDRADE e à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Art. 3º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LAURO COELHO JUNIOR

PORTARIA Nº 615, DE 29 DE MAIO DE 2015

Designa Procuradores da República para acompanharem os trabalhos de inspeção anual no mês de junho de 2015.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, considerando a designação de inspeção nas Varas Federais no mês de junho de 2015, resolve:

Art. 1º Designar Procuradores da República para acompanharem os trabalhos de inspeção anual nas Varas Federais no mês de junho de 2015, conforme tabela abaixo:

PROCURADORES	PERÍODO	VARAS FEDERAIS
JAIME MITROPOULOS	08 a 12/06/2015	10º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL
WANDERLEY SANAN DANTAS		1ª VARA FEDERAL DE NITERÓI
ANA CRISTINA BANDEIRA LINS	15 a 19/06/2015	11ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL
ROBERTA TRAJANO SANDOVAL		17ª VARA FEDERAL
MARTA CRISTINA PIRES ANCIÃES		4ª VARA FEDERAL CRIMINAL
VINÍCIUS PANETTO NASCIMENTO		
JOSÉ GOMES RIBERTO SCETTINO	22 a 26/06/2015	10ª VARA FEDERAL CRIMINAL
LEANDRO MITIDIERI FIGUEIREDO		

Art. 2º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LAURO COELHO JUNIOR

PORTARIA Nº 616, DE 1º DE JUNHO DE 2015

Revoga a Portaria PR-RJ Nº 602/2015, cancelando as férias da Procuradora da República CARMEN SANTANNA no dia 09 de junho de 2015.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, considerando que a Procuradora da República CARMEN SANTANNA solicitou cancelamento de suas férias marcadas para o dia 09 de junho de 2015 (Portaria PR-RJ Nº 602/2015, publicada no DMPF-e Nº 99 – Extrajudicial de 01 de junho de 2015, página 36), resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria PR-RJ Nº 602/2015 cancelando as férias da Procuradora da República CARMEN SANTANNA no dia 09 de junho de 2015, incluindo-a, neste dia, na distribuição de todos os feitos e audiências que lhe são vinculados.

Art. 2º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LAURO COELHO JUNIOR

PORTARIA Nº 6, DE 28 DE MAIO DE 2015

Instauração de Inquérito Civil a partir do Procedimento Preparatório – PP nº 1.30.008.000259/2014-08

A Procuradoria da República no Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro, no exercício de suas funções institucionais e, Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;
Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação nos Municípios de Resende, Itaiaia, Porto Real e Quatis/RJ;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal – CSMPF,

Resolve:

Converter o Procedimento Preparatório nº 1.30.008.000259/2014-08 em Inquérito Civil, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

Descrição resumida dos fatos investigados: Consta na representação anônima notícia de possível dano ambiental causado pela queijaria Pedra Selada, que supostamente estaria despejando soro no Rio Preto .

Estabelece a título de diligências iniciais: O cumprimento do despacho de fls. 16.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Resende - RJ, nos termos do que prevê o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Doutra 4ª Câmara de Coordenação Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático com a seguinte ementa: INQUÉRITO CIVIL – DESPEJO DE SORO NO RIO PRETO - SUPOSTO DANO CAUSADO PELA FÁBRICA PEDRA SELADA – REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA.

PAULO SÉRGIO FERREIRA FILHO
Procurador da República

PORTARIA Nº 14, DE 25 DE MAIO DE 2015

Referência: Notícia de Fato nº 1.30.002.000117/2015-73

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República subscrito, com fundamento no inciso III do art. 129 da Constituição da República, no inciso VII do art. 6º da Lei Complementar nº 75/1993 e no § 1º do art. 8º da Lei nº 7.347/1985;

Considerando o disposto nos arts. 4º e 5º da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando a necessidade de fiscalizar o cumprimento das Leis Complementares 101/2000 e 131/2009, da Lei 12.527/2011 e do Decreto 7.185/2010, que disciplinam o regime de transparência a ser obedecido por todos os entes públicos;

Considerando que já se escoou a vacatio legis para que todos os Municípios e Estados cumpram as citadas leis;

DETERMINA:

1 - instaure-se Inquérito Civil, com a seguinte ementa: “COMBATE À CORRUPÇÃO - PATRIMÔNIO PÚBLICO – Adequação dos municípios sob atribuição da PR/PRM ao dever de transparência ativa e passiva, em especial os previstos na Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e nas Leis Complementares nº 101/2000 e 131/2009”.

2 - comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão a instauração deste Inquérito Civil, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

3 - solicite-se a publicação da presente portaria;

4 - cumpra-se a diligência determinada no item 6 do despacho de conversão;

STANLEY VALERIANO DA SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 25, DE 2 DE JUNHO DE 2015

Interessado(s): APA/Petrópolis, Município de Petrópolis. Ementa: “INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE - Notícia extraída do Jornal Tribuna de Petrópolis, do dia 23 de outubro de 2014 (página 5), acerca de possível desmatamento para loteamento irregular, no bairro Fazenda Inglesa, local inserido em Área de Proteção Ambiental – APA/Petrópolis.”

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República signatário, com fulcro no art. 8º da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 2º, § 4º da Resolução nº 23, de 17/09/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, “b” e XIV, “g”, da Lei Complementar 75/93, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos;

CONSIDERANDO a notícia extraída do Jornal Tribuna de Petrópolis, do dia 23 de outubro de 2014 (página 5), acerca de possível desmatamento para loteamento irregular, no bairro Fazenda Inglesa, local inserido em Área de Proteção Ambiental – APA/Petrópolis.,

Em observância aos termos da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e dos artigos 2º, §§ 4º e 7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, RESOLVE CONVERTER o Procedimento Preparatório nº 1.30.007.000344/2014-78 em INQUÉRITO CIVIL, com a finalidade de prosseguir na apuração dos fatos, determinando, desde logo, a adoção das providências seguintes:

1. Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida;
 2. Comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;
 3. Retifique-se o sistema ÚNICO, bem como o rosto dos autos;
- Após cumpridas as determinações, venham os autos conclusos para novas deliberações.

CHARLES STEVAN DA MOTA PESSOA
Procurador da República

PORTARIA Nº 26, DE 2 DE JUNHO DE 2015

Interessado(s): Município de Petrópolis/RJ. Ementa: “INQUÉRITO CIVIL – EDUCAÇÃO – Notícia veiculada no jornal Tribuna de Petrópolis, dia 10 de fevereiro de 2015, afirmando que as escolas estaduais CIEP Santos Dumont e Cardoso Fontes estavam com atraso na entrega de merenda.”

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fulcro no art. 8º da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 2º, § 4º da Resolução nº 23, de 17/09/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, “b” e XIV, “g”, da Lei Complementar 75/93, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos;

CONSIDERANDO a notícia veiculada no jornal Tribuna de Petrópolis, dia 10 de fevereiro de 2015, afirmando que as escolas estaduais CIEP Santos Dumont e Cardoso Fontes estavam com atraso na entrega de merenda,

Em observância aos termos da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e dos artigos 2º, §§ 4º e 7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, RESOLVE CONVERTER o Procedimento Preparatório nº 1.30.007.000026/2015-98 em INQUÉRITO CIVIL, com a finalidade de prosseguir na apuração dos fatos, determinando, desde logo, a adoção das providências seguintes:

- 1 - autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida;
 - 2 - comunique-se à PFDC;
 - 3 - Retifique-se o sistema ÚNICO, bem como o rosto dos autos;
- Após cumpridas as determinações, venham os autos conclusos para novas deliberações.

CHARLES STEVAN DA MOTA PESSOA
Procurador da República

PORTARIA Nº 294, DE 1º DE JUNHO DE 2015

Considerando que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do art. 129, inc. III, da Constituição da República;

Considerando a competência do Ministério Público para a instauração de inquérito civil prevista no art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/1985

;

Considerando que “o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais”, tal como previsto na Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando a necessidade de investigar suposto direcionamento, do Pregão Eletrônico nº 05/2013, realizado pela 1ª Divisão de Exército, em favor da NOVA QUADRANTE SERVIÇOS TÉCNICOS E COMÉRCIO LTDA, que tinha por objeto a contratação de serviços comuns para manutenção de imóveis militares localizados na Vila Militar de Deodoro;

O Procurador da República infra-assinado resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com vistas a apurar os fatos acima descritos em toda sua extensão.

FERNANDO JOSÉ AGUIAR DE OLIVEIRA
Procurador da República

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 2 DE JUNHO DE 2015

Projeto Ministério Público pela Educação – MPEDUC. Escolas públicas no município do Rio de Janeiro/Região Metropolitana VI – Metro VI (escolas localizadas na zona oeste)

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, através do Ofício de Educação, representado pelos Procuradores da República Maria Cristina Manella Cordeiro e Sérgio Luiz Pinel Dias, no âmbito do Inquérito Civil Público n. 1.30.001.005854/2013-19, e o Ministério Público do Estado do Rio

de Janeiro, representado pelos Promotores de Justiça Renato Luiz da Silva Moreira e Rogério Pacheco Alves, em exercício, respectivamente nas 2ª e 3ª PJTPECs, no âmbito do Inquérito Civil Público n. 2013.01345414, no exercício de suas atribuições legais e constitucionais, instaurado para apurar as condições da oferta do serviço público de educação pelo Estado do Rio de Janeiro, bem como para verificar a efetividade dos programas do MEC/FNDE, convocam Audiência Pública a realizar-se no dia 29 de junho de 2015, das 14h às 17h, no CIEP 321 – Dr. Ulysses Guimarães, localizado na Rua da Reverência, 375, Curicica, Rio de Janeiro-RJ, com o objetivo de identificar as variantes responsáveis pelos baixos índices apontados, bem como ouvir os órgãos da Administração Pública Municipal e Estadual, comunidade e instituições locais sobre as demandas na área, de modo a orientar a atuação do Ministério Público Federal e Estadual do Rio de Janeiro, destinada a defesa dos direitos envolvidos sob a perspectiva coletiva nas matérias de suas atribuições.

A Audiência Pública será gravada em áudio e vídeo e será lavrada, em até 20 (vinte) dias após a audiência, ata sucinta dos trabalhos, sendo ambas disponibilizadas aos interessados após o referido prazo.

As inscrições deverão ser realizadas através do correio eletrônico mpeduc.audienciapublica@mprj.mp.br, sendo que as inscrições serão limitadas à capacidade do auditório e a participação se dará exclusivamente na forma presencial.

Divulgue-se o presente Edital.

RENATO LUIZ DA SILVA MOREIRA
Promotor de Justiça

ROGÉRIO PACHECO ALVES
Promotor de Justiça

MARIA CRISTINA MANELLA CORDEIRO
Procuradora da República

SÉRGIO LUIZ PINEL DIAS
Procurador da República

DESPACHO DE 2 DE JUNHO DE 2015

Procedimento Administrativo nº 1.30.001.000547/2013-33. IC nº 450/2013

Considerando a necessidade de conclusão das diligências necessárias ao encerramento do presente Inquérito Civil, prorrogo seu prazo de apuração por mais 1 (um) ano, nos termos do artigo 15 da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Cumpra-se.

GINO AUGUSTO DE O. LICCIONE
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE 2 DE JUNHO DE 2015

Inquérito Civil nº 1.28.000.001204/2014-35

Trata-se de inquérito civil, inicialmente classificado como notícia de fato, instaurado a partir de manifestação efetuada pelo Sr. Rogério Henrique da Costa Campelo, com o fim de informar suposta irregularidade cometida pelo IBGE/RN (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) durante o movimento grevista realizado pelos agentes de pesquisa e mapeamento, consistente na demissão e substituição dos trabalhadores temporários que aderiram à greve.

Consoante exposto pelo noticiante, no dia 26/05/2014 iniciou-se uma paralisação dos trabalhadores do IBGE/RN, oportunidade em que também participaram da referida greve alguns dos trabalhadores temporários da instituição. Ocorre que, segundo o informante, como reação ao movimento paredista, o IBGE dispensou a mão de obra temporária que aderiu ao movimento, bem como substituiu tais contratados por novos trabalhadores. Em razão da observância da suposta irregularidade, a noticiante contactou o Ministério Público Federal, solicitando investigação dos fatos ocorridos e intervenção do Parquet na situação aludida.

Ressalta-se ainda que, nessa oportunidade, o Sr. Rogério Henrique da Costa Campelo também acostou à sua manifestação documentos recolhidos pela ASSIBGE (Associação dos Servidores do IBGE/RN), referentes aos trabalhadores temporários que não tiveram seus contratos renovados.

Posteriormente, a ASSIBGE realizou uma representação, solicitando deste Parquet Federal que apurasse possível improbidade administrativa cometida pelo IBGE/RN, bem como a propositura de medidas judiciais adequadas. Por motivo de prevenção, a referida representação foi juntada a este inquérito civil.

Nessa documentação, o sindicato alegou o direito à greve dos trabalhadores, mesmo aqueles contratados temporariamente; mencionou o excesso de poder e o desvio de finalidade das ações praticadas pela administração do IBGE; e afirmou que a conduta do instituto sinalizava a prática de improbidade administrativa. Nessa oportunidade, também foram juntados outros documentos referentes à greve e aos trabalhadores nela envolvidos.

No dia 11 de julho de 2014 a representante ministerial reuniu-se com os participantes do movimento grevista do IBGE. Três dias após, ocorreu nova reunião, dessa vez sendo apontado que não estava sendo obedecida a decisão do STJ, a qual determina a manutenção de 70 por cento dos trabalhadores.

Instado a se manifestar, o IBGE/RN afirmou que a questão já estava judicializada (Ação de Dissídio Pet 10499), assim como mencionou que o TST já havia decidido sobre a ausência de direito à estabilidade dos trabalhadores temporários em situação de greve. Por essa razão, solicitou o arquivamento do inquérito.

Pela alegação feita pelo noticiado a respeito de suposta judicialização da demanda, o presente inquérito civil foi remetido ao Procurador Geral da República, o qual, no entanto, entendeu que o assunto tratado neste apuratório refere-se a questão diversa da Ação de Dissídio Pet 10499, vez que neste deveria ser apurada a legalidade da contratação de novos servidores pelo IBGE, em retaliação à adesão dos contratados temporários à greve. Assim, retornaram os autos à PR/RN apenas para apurar a regularidade da demissão desses temporários pelo IBGE.

É o que importa relatar.

Pela análise dos documentos constantes nos autos, verifica-se que o IBGE agiu dentro dos ditames legais ao dispensar os trabalhadores temporários que aderiram à greve. Isto porque, embora tenha sido alegado que os contratados temporários possuem estabilidade durante o período grevista – e que, por isso, não podiam ter sido dispensados – tal não é correto, tendo em vista que somente o trabalhador com contrato indeterminado é que faz jus à sobredita garantia.

Referido posicionamento se sustenta, inclusive, com base em decisões do Tribunal Superior do Trabalho, consoante se observa:

RITO SUMARÍSSIMO. ACORDO COLETIVO FIRMADO EM DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA DE 100 DIAS. EXTENSÃO A EMPREGADO EM CONTRATO DE EXPERIÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. No caso dos autos, o reclamante foi contratado por prazo determinado de 90 dias (contrato de experiência), quando adveio o acordo coletivo firmado em dissídio coletivo de greve que garantiu estabilidade de 100 dias no emprego a todos os trabalhadores da empresa. Entretanto, observa-se que a modalidade de contrato por prazo determinado, e, no particular, o contrato de experiência reveste-se de características distintas em comparação com o contrato por prazo indeterminado. Como a própria denominação indica, trata-se de um contrato por prazo certo, de curta duração, em que o empregador observará se o conhecimento e a capacidade profissional do empregado atendem aos interesses do empreendimento e, por outro lado, o empregado também tem a oportunidade de avaliar o ambiente e as condições de trabalho que lhe estão sendo propostas. Verifica-se, portanto, que a natureza do contrato de trabalho (de experiência) firmado entre as partes é que autoriza a exclusão do reclamante do alcance da norma coletiva firmada em dissídio coletivo de greve destinada a trabalhadores contratados por prazo indeterminado e que lutavam pela manutenção dos seus empregos. Estender ao detentor de contrato de experiência, que tinha a expectativa do término do contrato em 90 dias, a estabilidade normativa destinada aos trabalhadores com contrato por prazo indeterminado é desvirtuar o espírito da legislação pátria que estabeleceu distinções entre as duas modalidades de contrato individual de trabalho. Decisão regional que não merece reparos. Incólume o artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal. Recurso de revista não conhecido. (TST - RR: 10965720115150152 1096-57.2011.5.15.0152, Relator: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 15/05/2013, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 24/05/2013).

GREVE. ESTABILIDADE NO EMPREGO. TRABALHADORES TEMPORÁRIOS. A jurisprudência desta Corte tem se posicionado, na hipótese de greve não abusiva, no sentido de manter a garantia contra a dispensa arbitrária. Esse entendimento se justifica como forma de coibir as condutas antissindicais e de garantir a efetividade do exercício do direito de greve. Todavia, esta Seção compreendeu não ser possível, na hipótese em análise, conferir garantias de emprego a trabalhadores temporários, na linha, inclusive, do que já havia decidido no julgamento do processo TST-ES—9761-16.2012.5.00.0000 (por meio do qual se postulou efeito suspensivo ao recurso ordinário que ora se analisa). (TST – RO: 1533-35.2012.5.15.0000, Relator: Maurício Godinho Delgado, Data de Julgamento: 17/02/2014, SDC, Data de Publicação: 21/02/2014).

Desta feita, não há direito à proteção do trabalhador temporário que adere à greve, justamente em razão da natureza do contrato, pelo que não houve prática abusiva por parte do IBGE, o que justifica o arquivamento dos autos.

Remetam-se os autos à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão, para fins de reexame da presente promoção de arquivamento e, se for o caso, de sua homologação.

Notifique-se os representantes acerca da presente decisão.

CAROLINE MACIEL DA COSTA LIMA DA MATA
Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão
Procuradora da República
Titular do 4º Ofício

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE 2 DE JUNHO DE 2015

Procedimento Preparatório nº 1.28.000.002261/2014-31

Trata-se de Procedimento Preparatório instaurado a partir da Manifestação de n. 91813, anexa à fl. 04, em que a Sra. RENATA SORAYA SOUSA DO AMARAL BOAVENTURA afirma ter se submetido a procedimento de gastroplastia pelo Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL), necessitando, hodiernamente, de cirurgia plástica reparadora de mamas. Destarte, noticia a manifestante que foi orientada pela cirurgiã plástica Raquel Dié a adquirir, através de recursos próprios, próteses de silicone de mama, tendo em vista que o Sistema Único de Saúde (SUS) só os fornece gratuitamente para pacientes que tiveram câncer de mama. Ao final da manifestação, afirma que foi informada pela cirurgiã que o procedimento cirúrgico em comento não mais poderá ser realizado. Outrossim, adverte que a referida médica “chama quem ela quer para fazer cirurgia.”

Documentos acostados pela manifestante às fls. 06/10.

Instada a se manifestar, a Sra. Raquel Dié prestou os seguintes esclarecimentos: 1) O SUS autoriza cirurgia mamária para pacientes que realizaram gastroplastia, entretanto, não fornece as próteses; 2) À época dos fatos narrados pela noticiante, a investigada não contava com cirurgia auxiliar, imprescindível para procedimentos de maior complexidade. A isto se somaram a sobrecarga de trabalho e a ausência de estrutura física e humana para a realização de todos os procedimentos cirúrgicos; 3) A referida foi instruída pela atual gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH a não utilizar próteses não ofertadas pelo SUS; 4) Não obstante ser observada a cronologia de inscrição para cirurgia, alguns pacientes são operados com mais celeridade em razão das patologias apresentadas e do risco de piora do quadro caso demorem a ser operados. (Fls. 19/20).

Em ofício de fls. 29/31, o HUOL reiterou as informações prestadas pela Sra. Raquel Dié, acrescentando que a possibilidade de realização de procedimentos cirúrgicos com materiais não ofertados pelo SUS poderia acarretar acionamento judicial do hospital, para fins de ressarcimento das despesas efetuadas pela paciente.

O Ministério da Saúde, por sua vez, emitiu nota técnica, informando que a cirurgia plástica reparadora de mamas poderá ser realizada em pacientes submetidos aprioristicamente à cirurgia bariátrica. Destaca, entretanto, que na literatura não há evidências científicas que comprovem, atualmente, a necessidade do uso de próteses mamárias para pacientes submetidos à cirurgia plástica reparadora das mamas. (Fls. 35/38).

É o que importa relatar.

O presente procedimento foi instaurado com o fito de apurar possível violação do direito à saúde da Sra. RENATA SORAYA SOUSA DO AMARAL BOAVENTURA, a qual, ao tempo da Manifestação de n. 91813, necessitava se submeter à cirurgia reparadora de mamas. Adquirindo as próteses mamárias por meio de recursos próprios e não alcançando seu intento, solicitou intervenção deste órgão ministerial federal.

Conforme se depreende da nota técnica exarada pelo Ministério da Saúde, caberá ao SUS realizar cirurgia plástica reparadora de mamas nos pacientes que se enquadrarem nas hipóteses a seguir descritas: incapacidade funcional pela ptose mamária, com desequilíbrio da coluna; infecções cutâneas de repetição por excesso de pele, como infecções fúngicas e bacterianas; alterações psicopatológicas devidas à redução de peso (critério psiquiátrico). Entretanto, a realização da mamoplastia pós-cirurgia bariátrica não está condicionada à colocação de prótese mamária; ao revés, consoante a supracitada nota técnica, não há comprovação da necessidade de seu uso em pacientes submetidos à cirurgia plástica reparadora das mamas.

Nesses termos, não se mostra razoável que o Ministério Público Federal atue no sentido de compelir o Huol a realizar a cirurgia, ainda que inicialmente tenha havido orientação para aquisição das próteses, vez que a utilização desse material não é prevista pelo Sus no procedimento cirúrgico pretendido.

Também não restou configurada irregularidade na atuação do Huol quanto à necessidade de respeitar uma lista cronológica de cirurgias, bem como não há qualquer elemento que demonstre a alegação de que a médica “chama quem quer”, conforme aduzido pela representante.

Diante do exposto, por entender que não há providências a serem adotadas pelo MPF, promovo o arquivamento do feito, devendo os autos serem remetidos, por ofício, ao Naop da 5ª Região, para fins de reexame da presente promoção de arquivamento e, se for o caso, de sua homologação. Notifique-se a Sra. RENATA SORAYA SOUSA DO AMARAL BOAVENTURA acerca desta decisão.

CAROLINE MACIEL DA COSTA LIMA DA MATA
Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão
Procuradora da República
Titular do 4º Ofício

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 13, DE 2 DE JUNHO DE 2015

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL. Objeto: apurar notícia de extravasamento de efluente (supostamente cloacal) na avenida beira-mar, localidade Praia Grande, no Município de Torres/RS. Tema: Meio Ambiente. Câmara/PFDC: 4ª Câmara de Coordenação e Revisão – 4ª CCR. Representante: Carlos Alberto Matos de Souza

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu Procurador da República firmatário, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO a Comunicação de Ocorrência nº 211/256/2014, que noticiou denúncia de extravasamento de efluentes em via pública, tendo sido constatado pelos policiais grande quantidade de efluentes acumulados com odor muito forte;

CONSIDERANDO que as informações fornecidas pela CORSAN indicam que apesar de não se tratar de efluente originário de esgoto, trata-se de “rebaixamento de lençol freático de obra vizinha”, o qual é descartado junto ao escoamento pluvial que se encontra obstruído;

CONSIDERANDO não estar completamente descartada a contaminação do efluente identificado;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade às investigações em curso, a partir das informações até agora prestadas e documentos acostados;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da Constituição Federal e art. 6º, VII, “b”, da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos (art. 7º, I, da LC nº 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85),

RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL, com o objetivo de apurar notícia de extravasamento de efluente (supostamente cloacal) na avenida beira-mar, Praia Grande, no Município de Torres.

Para tanto, DETERMINO:

a) a remessa de cópia desta Portaria à Câmara correspondente, via Sistema Único, para fins de publicação na imprensa oficial;

b) a designação dos servidores e estagiários lotados nesta Procuradoria da República para secretariarem o presente feito, sem necessidade de assinatura de termo de compromisso;

c) a reiteração dos ofícios nº 109 e 110.

Após o cumprimento da diligência acima, retornem os autos para análise.

FELIPE DA SILVA MÜLLER
Procurador da República

PORTARIA Nº 14, DE 2 DE JUNHO DE 2015

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL. Objeto: apurar denúncia de trânsito de veículos na beira da praia de Tramandaí. Tema: Meio Ambiente. Câmara/PFDC: 4ª Câmara de Coordenação e Revisão – Meio Ambiente e Patrimônio Cultural. PP originário: 1.29.023.000139/2014-25

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu Procurador da República firmatário, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO a notícia de intenso trânsito de veículos na faixa de praia do Município de Tramandaí/RS;

CONSIDERANDO que o trânsito de veículos na faixa de praia traz riscos às pessoas que frequentam aquela área, bem como aos bens ambientais ali existentes;

CONSIDERANDO que a Lei n.º 7.661/88 instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC e definiu, em seu art. 2º, parágrafo único, a Zona Costeira como sendo o “espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre”;

CONSIDERANDO que o artigo 3º da supracitada lei restringe o uso na Zona Costeira e impõe a conservação e a proteção das praias, dunas, manguezais e restingas, dentre outros recursos naturais I;

CONSIDERANDO o conteúdo das “Diretrizes Ambientais para o Desenvolvimento dos Municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul”, elaborado pela FEPAM, que prevê, especificamente para a Zona 2 – Balneários, o seguinte: “Proteção das dunas: preservar ou recuperar as dunas frontais, através do estabelecimento de planos de manejo; Manutenção da biodiversidade: - manter mata nativa, especialmente de restinga; proibir o tráfego de caminhões e veículos pesados na faixa de praia;

CONSIDERANDO a atribuição do Ministério Público para a promoção de inquérito civil e ajuizamento de ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos, consoante o disposto no art. 129, inc. III, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO, de acordo com a dicção do art. 6º, VII, “b”, da Lei Complementar nº 75/93, que compete ao Ministério Público da União promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

RESOLVE instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, com a finalidade de apurar a ocorrência de trânsito de veículos na faixa de praia do Município de Tramandaí/RS.

DETERMINO as seguintes diligências:

- a) a remessa desta Portaria à Câmara correspondente, via Sistema Único, para fins de publicação na imprensa oficial;
- b) a designação dos servidores e estagiários lotados nesta Procuradoria da República para secretariarem o presente feito, sem necessidade de assinatura de termo de compromisso;
- c) a reiteração do ofício nº 54 – fl. 23.

FELIPE DA SILVA MÜLLER
Procurador da República

PORTARIA Nº 31, DE 27 DE MAIO DE 2015.

Determina a conversão da Notícia de Fato nº 1.34.001.003012/2015-37 em Inquérito Civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, com fulcro nos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, e artigos 6º, VII, e 7º, I, e 8º da Lei Complementar nº 75/93, e

CONSIDERANDO o teor da cópia das sentenças judiciais proferida no processo nos 1.14.0013883-3, encaminhadas pelo 1º Juizado da 6ª Vara Cível de Caxias do Sul, noticiando a reiterada cobrança indevida de serviços não contratados, bem como, o atendimento inadequado prestado pela Sky Brasil Serviços Ltda;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 75/93 prevê a legitimidade do PARQUET para proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor;

CONSIDERANDO a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em face da sua condição de órgão regulador das telecomunicações, tem o dever de garantir, a toda a população, o acesso às telecomunicações, a tarifas e preços razoáveis, em condições adequadas;

CONSIDERANDO a necessidade de aprofundamento das investigações, com vistas à completa elucidação dos fatos e à adoção de eventuais providências judiciais ou extrajudiciais;

RESOLVE converter a Notícia de Fato nº 1.34.001.003012/2015-37 em INQUÉRITO CIVIL, nos termos da Resolução nº 87 do CSM PF, objetivando a regular e legal coleta de elementos visando a apuração dos fatos mencionados, determinando à Subcoordenadoria Jurídica da PRM Caxias do Sul as seguintes providências iniciais:

I - Registre-se e autue-se a presente portaria juntamente com a referida Notícia de Fato, tendo por objeto a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado (s):

- a) Descrição resumida do(s) fato(s) investigado(s): Apurar a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) em razão das reiteradas denúncias de cobranças indevidas efetuadas pela Sky Brasil Serviços Ltda e irregularidades no atendimento ao consumidor;
- b) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fato(s) investigado(s): Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Sky Brasil Serviços Ltda;

c) Autor(es) da representação: TJ/RS – 1º Juizado da 6ª Vara Cível da Comarca de Caxias do Sul.

II - Oficie-se à Anatel, encaminhando cópia integral dos autos, para que se manifeste e informe se foi aberto processo administrativo para apurar as denúncias de cobranças indevidas efetuadas pela Sky Brasil Serviços Ltda e/ou em razão de atendimento inadequado. Em caso positivo, deverão ser encaminhadas cópia digitalizada dos referido processo;

III – Dê-se ciência ao representante quanto a instauração deste IC;

IV - Comunique-se à 3ª CCR a instauração deste Inquérito Civil, nos termos do art. 6º da Resolução nº 87 do CSM PF, solicitando a publicação da presente Portaria, conforme previsto no art. 16, § 1º, I desta Resolução.

LUCIANA GUARNIERI
Procuradora da República

PORTARIA Nº 32, DE 1º JUNHO DE 2015

Determina a conversão da Notícia de Fato nº 1.34.001.003005/2015-35 em Inquérito Civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, com fulcro nos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, e artigos 6º, VII, e 7º, I, e 8º da Lei Complementar nº 75/93, e

CONSIDERANDO o teor da cópia das sentenças judiciais proferida no processo nos 1.14.0009483-6, encaminhadas pelo 1º Juizado da 6ª Vara Cível de Caxias do Sul, noticiando a reiterada inclusão indevida de consumidores no cadastro de proteção ao crédito pela operadora Claro S.A.;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 75/93 prevê a legitimidade do PARQUET para proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor;

CONSIDERANDO a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em face da sua condição de órgão regulador das telecomunicações, tem o dever de garantir, a toda a população, o acesso às telecomunicações, as tarifas e preços razoáveis, em condições adequadas;

CONSIDERANDO a necessidade de aprofundamento das investigações, com vistas à completa elucidação dos fatos e à adoção de eventuais providências judiciais ou extrajudiciais;

RESOLVE converter a Notícia de Fato nº 1.34.001.003005/2015-35 em INQUÉRITO CIVIL, nos termos da Resolução nº 87 do CSMPF, objetivando a regular e legal coleta de elementos visando a apuração dos fatos mencionados, determinando à Subcoordenadoria Jurídica da PRM Caxias do Sul as seguintes providências iniciais:

I - Registre-se e autue-se a presente portaria juntamente com a referida Notícia de Fato, tendo por objeto a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado (s):

a) Descrição resumida do(s) fato(s) investigado(s): Apurar a reiterada inclusão indevida de consumidores no cadastro de proteção ao crédito pela operadora Claro S.A.;

b) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fato(s) investigado(s): Claro S.A., Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);

c) Autor(es) da representação: TJ/RS – 1º Juizado da 6ª Vara Cível da Comarca de Caxias do Sul;

II - Oficie-se à Anatel, encaminhando cópia integral dos autos, para que se manifeste e informe se foi aberto processo administrativo para apurar a reiterada inclusão indevida de consumidores no cadastro de proteção ao crédito pela operadora Claro SA. Em caso positivo, deverão ser encaminhadas cópia digitalizada dos referido processo;

III – Dê-se ciência ao representante quanto a instauração deste IC;

IV - Comunique-se à 3ª CCR a instauração deste Inquérito Civil, nos termos do art. 6º da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando a publicação da presente Portaria, conforme previsto no art. 16, § 1º, I desta Resolução.

LUCIANA GUARNIERI
Procuradora da República

PORTARIA Nº 204, DE 29 DE MAIO DE 2015

Instaura o Inquérito Civil nº 1.29.000.003138/2014-09

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República:

CONSIDERANDO o teor da Manifestação 70538 (fls. 02/3), pela qual o manifestante insurge-se contra ato do Ministério da Fazenda, consistente na publicação de comunicado destinado aos candidatos aprovados no Concurso Público para provimento de cargos de Assistente Técnico Administrativo (Edital ESAF nº 5, de 28 de janeiro de 2014), no que tange à aventada suspensão da oferta de cargos até a realização das remoções internas determinadas em decisão liminar proferida no processo judicial nº 0015324-68.2014.4.01.3300;

CONSIDERANDO que a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Fazenda aduziu, em que pese homologado o resultado final do certame público em pauta, encontrar-se obstada a nomear os candidatos aprovados, tendo em vista que o cumprimento da citada decisão teria como consequência a parcial ou total extinção das vagas inicialmente ofertadas no instrumento editalício;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público da União a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União (art. 5º, I, h, da Lei Complementar nº 75/93), bem como a defesa do patrimônio público e social (art. 5º, III, b, da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO que é também função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade (art. 5º, V, b, da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO o prazo máximo de tramitação de procedimento preparatório, nos termos da Resolução CSMPF nº 87/2010;

E, por fim, CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público Federal instaurar Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios correlatos (art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e arts. 4º, II e 5º, ambos da Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal), DETERMINA converter o procedimento preparatório n.º 1.29.000.003138/2014-09 em INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto apurar a regularidade da eventual extinção de vagas para o cargo de Assistente Técnico-Administrativo do Ministério da Fazenda, após a homologação do resultado final do concurso público regido pelo Edital ESAF nº 5, de 28 de janeiro de 2014. Para tanto, deverão ser adotadas as seguintes providências:

a) autuação e registro da presente Portaria de Instauração, nos termos da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

b) expedição de ofício à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Fazenda, em cumprimento ao determinado em despacho de fls. 87/9.

JERUSA BURMANN VIECILI
Procuradora da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 16, DE 22 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, incisos VI, VIII e IX, da Constituição da República Federativa do Brasil,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal (art. 129, inc. II, da Carta Magna; art. 5º, inc. V, da Lei Complementar nº 75/1993), fiscalizando a correta aplicação e gestão dos recursos públicos;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é responsável pelo controle externo da atividade policial, nos termos do art. 129, VII, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que, em visita técnica realizada no posto da Polícia Rodoviária Federal de Ji-Paraná em 14 de maio de 2015, constatou-se a extrema precariedade da estrutura daquela unidade, em prejuízo do adequado exercício das atribuições policiais e da segurança do patrimônio público e dos agentes públicos que lá desempenham suas funções;

RESOLVE

INSTAURAR inquérito civil para apurar as condições das instalações físicas do posto da Polícia Rodoviária Federal em Ji-Paraná/RO.

AUTUE-SE E DISTRIBUA-SE a presente portaria livremente entre o 1º e 2º Ofícios da Procuradoria da República no Município de Ji-Paraná/RO, com os registros devidos.

DÊ-SE CIÊNCIA à egrégia 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, remetendo-se na forma devida, em dez dias, cópia da presente para conhecimento, providenciando-se ainda a publicação (Resolução nº 87, de 03/08/06 – CSMPPF, art. 6º).

RAPHAEL REBELLO HORTA GÖRGEN
Procurador da República

PORTARIA Nº 17, DE 25 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, incisos VI, VIII e IX, da Constituição da República Federativa do Brasil,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pela proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inc. III, da Carta Magna; art. 5º, inc. III, da Lei Complementar nº 75/1993), fiscalizando a correta aplicação e gestão dos recursos públicos;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento deste órgão ministerial que o único posto de pesagem do DNIT no Estado de Rondônia, localizado na BR-429, entre os municípios de Ji-Paraná e Ouro Preto do Oeste, estaria desativado, inviabilizando uma fiscalização adequada do peso dos veículos que transitam na região;

CONSIDERANDO que tampouco a Delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Ji-Paraná dispõe de balança para realizar a pesagem de veículos;

CONSIDERANDO que o trânsito de veículos com excesso de peso é extremamente prejudicial às condições da malha rodoviária nacional, gerando risco à segurança e à integridade física daqueles que nela transitam, bem como ao patrimônio público federal, à ordem econômica e ao meio ambiente equilibrado;

RESOLVE

INSTAURAR inquérito civil para apurar e promover a instalação e/ou reativação de balanças de pesagem de veículos nas rodovias federais sujeitas à atribuição da PRM Ji-Paraná.

AUTUE-SE E DISTRIBUA-SE a presente portaria livremente entre o 1º e 2º Ofícios da Procuradoria da República no Município de Ji-Paraná/RO, com os registros devidos.

DÊ-SE CIÊNCIA à egrégia 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, remetendo-se na forma devida, em dez dias, cópia da presente para conhecimento, providenciando-se ainda a publicação (Resolução nº 87, de 03/08/06 – CSMPPF, art. 6º).

RAPHAEL REBELLO HORTA GÖRGEN
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA

PORTARIA Nº 92, DE 20 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos II, III e VI, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, e artigos 5º, incisos I, II e IV, 6º, incisos VII, alínea "a", 7º, inciso I, todos da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), e

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública com vistas à proteção dos direitos e interesses difusos e coletivos – incluindo-se o direito à preservação do meio ambiente (art. 129, inciso III, da CRFB/88) –, nos termos das disposições constitucionais e infraconstitucionais acima apontadas;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 4º e 5º da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e no artigo 4º da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público Federal garantir o efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública quanto aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias;

CONSIDERANDO que a dignidade da pessoa humana é fundamento da República Federativa do Brasil (artigo 1º, inciso III, da CRFB), sendo a prevalência dos direitos humanos um dos princípios regeadores das relações internacionais do Brasil (artigo 4º, inciso II, da CRFB) – a título de exemplo, o Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992, promulgou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, Pacto de São José da Costa Rica;

CONSIDERANDO que a segurança pública é dever do Estado, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (artigos 5º, caput, e 144, ambos da CRFB);

CONSIDERANDO que foi expedida a Recomendação nº 059/2014 ao Governo do Estado de Roraima, através da qual recomendou-se a “imediata adoção de providências idôneas à adequação do funcionamento da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo aos preceitos internacionais, constitucionais e legais que regem a execução penal, especialmente quanto à observância dos direitos fundamentais, à prestação de alimentação adequada, visita regular de familiares, assistência médica, jurídica, educacional e religiosa”;

CONSIDERANDO que a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 5, inciso XLIX, assegura aos presos o respeito à integridade física e moral.

RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL, afeto ao 7º Ofício, com fulcro no artigo 2º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e no art. 2º, inciso I, da Resolução CNMP nº 23/2007, para que conste como OBJETO a “apuração quanto a possível violação a direitos fundamentais de detentos na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo”.

Atuarão como SECRETÁRIOS no presente Inquérito Civil os servidores do Ministério Público Federal lotados e em exercício no 4º Ofício da Procuradoria da República em Roraima.

À Assessoria:

1.Registre-se e publique-se, nos termos do art. 5º, inciso VI, e art. 16, parágrafos e incisos, todos da Resolução CSMPF nº 87/06, com as anotações de praxe, comunicando-se à 7ª CCR;

2.Oficie-se ao Governo do Estado de Roraima, com cópia da Recomendação nº 059/2014, solicitando que, no prazo de 10 (dez) dias, preste informações atualizadas quanto ao seu cumprimento na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, manifestando-se expressamente quanto ao respeito dos seguintes direitos dos detentos:

- 2.1. respeito à integridade física e moral dos presos;
- 2.2. direito de visita regular dos familiares;
- 2.3. direito ao fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas;
- 2.4. direito à saúde, compreendendo atendimento médico, farmacêutico e odontológico;
- 2.5. direito à assistência jurídica, com local apropriado destinado ao atendimento pelo Defensor Público;
- 2.6. direito à educação, compreendendo a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado;
- 2.7. direito à assistência social; e
- 2.8. direito à assistência religiosa, com liberdade de culto e local apropriado para a realização de cultos religiosos.

FÁBIO BRITO SANCHES
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 47, DE 1º DE JUNHO DE 2015

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – CONVERSÃO. 3ª CCR. CONSUMIDOR E ORDEM ECONÔMICA. ECT. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ENTREGA INDIVIDUALIZADA DE OBJETOS POSTAIS EM CONDOMÍNIOS SEM PORTARIA. ACP Nº 5002790-23.2015.404.7201.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM SANTA CATARINA, por intermédio do Procurador da República signatário, no cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais, e

considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Constituição Federal, art. 127, caput);

considerando que é função institucional do Ministério Público, entre outras, a proteção de interesses difusos e coletivos (Constituição Federal, art. 129, inciso II), bem como dos direitos do consumidor (Lei Complementar nº 75/93, art. 6º, inciso VII, alínea “b”);

considerando que incumbe ao Ministério Público instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos, que objetivam produzir conjunto probatório de lesões efetivas ou potenciais a interesses que cumpra a este órgão defender, nos termos do artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 4º, parágrafos 1º, 2º e 3º, da Resolução nº 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

considerando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

considerando os termos da representação ofertada ao Ministério Público Federal, objeto da Notícia de Fato nº 1.33.000.001231/2015-29;

resolve converter a presente Notícia de Fato em PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO, com o objetivo de apurar possíveis irregularidades relativas à prestação de serviço postal pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, especialmente no que respeita à entrega individualizada de correspondências/objetos em condomínios que não tenham portaria, no âmbito da Subseção Judiciária de Florianópolis, a fim de serem tomadas as medidas administrativas e/ou judiciais que se fizerem necessárias.

Após, venham os autos conclusos.

MAURÍCIO PESSUTTO
Procurador da República

PORTARIA Nº 149, DE 2 DE JUNHO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, ESPECIALMENTE as estatuídas na Constituição da República, arts. 127 e 129, na Lei Complementar nº 75/93, arts. 5º, 6º, VII, b, e 7º, e na RESOLUÇÃO nº 23, de 17.09.2007, do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL – IC para coligir dados e informações sobre os fatos noticiados na Notícia de Fato nº 1.33.000.001417/2015-88, a fim de que, ao final, sejam adotadas todas as providências jurídicas necessárias.

Assim, determino:

a) a abertura, registro e atuação de Inquérito Civil, com a seguinte ementa:

4ª CCR. MEIO AMBIENTE. APP. AVERIGUAR SUPOSTO DESMATAMENTO NO MORRO DA BINA, LOCALIZADO NA RUA DAS HORTÊNCIAS, Nº 444, JARDIM JANAÍNA, MORRO DA BINA, BIGUAÇU/SC.

b) a comunicação deste ato à 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, solicitando-lhes publicação.

EDUARDO BARRAGAN SERÔA DA MOTTA
Procurador da República

PORTARIA Nº 150, DE 2 DE JUNHO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, ESPECIALMENTE as estatuídas na Constituição da República, arts. 127 e 129, na Lei Complementar nº 75/93, arts. 5º, 6º, VII, b, e 7º, e na RESOLUÇÃO nº 23, de 17.09.2007, do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL – IC para coligir dados e informações sobre os fatos noticiados na Notícia de Fato nº 1.33.000.001439/2015-48, a fim de que, ao final, sejam adotadas todas as providências jurídicas necessárias.

Assim, determino:

a) a abertura, registro e atuação de Inquérito Civil, com a seguinte ementa:

4ª CCR. MEIO AMBIENTE. APP. TERRAS DE MARINHA. AVERIGUAR SUPOSTA OCUPAÇÃO IRREGULAR, PELOS CONDOMÍNIOS ILHA DO SOL E OLIMPO, LOCALIZADO NA RUA FERNANDO FERREIRA DE MELO, Nº 324, BOM ABRIGO, SOB COORDENADAS UTM 22J 737083.05 E 6943694.46, FLORIANÓPOLIS/SC.

b) a comunicação deste ato à 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, solicitando-lhes publicação.

EDUARDO BARRAGAN SERÔA DA MOTTA
Procurador da República

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE 4 DE MAIO DE 2015

Inquérito Civil n. 1.33.002.000051/2013-48

Trata-se de Inquérito Civil instaurado no âmbito desta Procuradoria da República para apurar irregularidades do Programa Bolsa Família no Município de Cordilheira Alta/SC, identificadas por ocasião do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos da Controladoria Geral da União – CGU -, no âmbito das etapas 28 a 33 (anos 2009 e 2010), originando o Relatório de Fiscalização nº 01540 (disponível no endereço eletrônico <http://www.cgu.gov.br/sorteios/index1.asp>).

Como diligência inicial, oficiou-se à gestora do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS – de Cordilheira Alta, elencando as constatações de irregularidades referentes ao Programa Bolsa Família e requisitando informações detalhadas acerca das soluções adotadas para sanar as impropriedades apontadas, visto que o Município já havia sido notificado no momento da fiscalização pela CGU.

Em resposta, a atual administração do Município de Cordilheira Alta informou não possuir qualquer registro acerca do tema tratado no presente expediente (período de 2009 e 2010, gestão pretérita). Entretanto, esclareceu acerca das medidas concretas a serem adotadas na atual gestão para o cumprimento da legislação referente ao programa em todos os setores e secretarias. Juntou informações das Secretarias de Saúde e Assistência Social, relatando as ações e programas que já estavam em andamento no Município, bem como os projetos que iriam ser implementados (fls. 11/37).

Em virtude da resposta da municipalidade, o Inquérito ficou suspenso, conforme determinação constante do despacho de fl. 38.

Findo o aludido prazo, oficiou-se novamente ao CRAS do Município, a fim de que este informasse acerca das medidas adotadas para sanar as irregularidades no Programa, tais como a falta de capacitação de conselheiros, carência de equipamentos e recursos humanos para o desenvolvimento das ações do programa, falhas no acompanhamento das condicionalidades na área de educação, entre outras impropriedades (apontados no já referido relatório do sorteio público da CGU).

Em resposta, foi relatado que as medidas referidas estavam sendo tomadas, juntando o relatório de reunião dos beneficiários, bem como a lista de presença das mães que compareceram ao ato, oportunidade em que foram expostos vários tópicos a respeito do funcionamento do Programa Bolsa Família (fls. 43/67).

Entretanto, por não pormenorizar quais eram as medidas adotadas para cada irregularidade apontada, oficiou-se novamente ao Município, o qual respondeu, elencando quais eram as medidas que já estavam sendo efetivadas, conforme infere-se de documentos colacionados às fls. 73/84.

Os autos foram novamente suspensos pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de que a municipalidade pudesse sanar as impropriedades faltantes (fl. 88).

Após o decurso do prazo, à fl. 90, oficiou-se, novamente, o Município de Cordilheira Alta-SC com a finalidade de obter informações quanto “[...] às medidas adotadas para regularizar as impropriedades verificadas, com a devida comprovação no ano de 2014: a) da atuação do Conselho Municipal de Assistência Social no município de Cordilheira Alta/SC no controle do Programa Bolsa Família; b) da disponibilidade de estrutura física

(equipamentos) para o desenvolvimento das ações do referido Programa; c) das ações realizadas pela Prefeitura Municipal a fim de mobilizar e sensibilizar as famílias beneficiárias para o cumprimento das condicionantes do Programa na área da educação, em especial o limite de frequência escolar, e da saúde; d) de visitas as famílias contempladas com a finalidade de verificar a conformidade dos requisitos estabelecidos pela legislação que rege o Programa Bolsa Família e suas condicionantes; e) de visitas as escolas do município a fim de apurar a frequência escolar dos alunos, cujas famílias estão inseridas no Programa Bolsa Família, bem como comparar os diários de classe com as fichas de preenchimento da frequência escolar utilizada para abastecimento do sistema de dados do MEC, para ajuste das informações; f) de atualização dos dados dos beneficiários no CadÚnico, após as visitas realizadas, com cancelamento dos benefícios irregulares; g) de regularização quanto à identificação dos recursos do IGD por meio de rubrica específica no orçamento municipal; e, h) de regularização quanto à identificação da origem dos recursos nas notas fiscais”.

A resposta sobreveio em 09 de junho de 2014. Na oportunidade, foram descritas quais eram as medidas adotadas para cada irregularidade apontada no relatório da CGU, com os documentos referentes para sua comprovação, conforme verifica-se das fls. 92/216.

Entretanto, no que se referia a alínea “e” do Ofício n. 120/2014 de fl. 90 acima referido, o Município assim respondeu (fl. 92): “Quanto ao acompanhamento junto às escolas do município: A Secretaria de Educação conta com um profissional específico para preencher dados e realizar registros de classe dos professores, que é transmitido no sistema de dados do MEC (anexo). Atualmente a coordenação do Programa Bolsa Família acompanha efetivamente as atividades descritas anteriormente, realizando a gestão e participando da análise das condicionantes.”

Em rápida análise dos dados lançados no “Sistema Presença – Acompanhamento da Frequência Escolar PBF” referentes aos meses de fevereiro, março, abril e maio de 2014 e as fichas de frequência das escolas do Município juntadas aos autos (fls. 101/216), verificou-se, em maior destaque, inconsistências nas informações constantes no sistema de presença em comparação com as listas de frequência de determinados alunos. Ainda, outro ponto levado em consideração, demandando esclarecimentos, foi a situação de alguns alunos que não estavam mais frequentando a escola.

Assim, tendo em vista que o acompanhamento da frequência à escola realizado pelo MEC, no âmbito do Programa Bolsa Família, possui a finalidade de combater a evasão e estimular a progressão escolar das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, identificando-se as razões da baixa frequência com o escopo de assegurar a conclusão do ensino fundamental e médio, foi expedido ofício para a Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, a fim de que esta informasse as medidas adotadas para solucionar as inconsistências verificadas nas frequências dos estudantes beneficiários, matriculados nas escolas do mencionado Município (fls. 218/221).

A municipalidade respondeu em 24 de novembro de 2014, com as devidas justificativas e os documentos instrutórios referentes (fl. 222 e Anexo I).

É o breve relato.

Analisa-se.

Da análise dos elementos coligidos aos autos, depreende-se que o arquivamento do feito é medida que se impõe. Os indícios de irregularidade que deram ensejo à instauração do presente Inquérito não se confirmaram, senão vejamos.

O presente caderno apuratório foi instaurado com base em documentação encaminhada pela Controladoria Geral da União – CGU. Os objetivos da instauração consistiram em averiguar supostas irregularidades no Programa Bolsa Família, no município de Cordilheira Alta/SC, constatadas em razão do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos da Controladoria Geral da União.

Em esclarecimentos iniciais ao objeto apurado no presente expediente, o Município de Cordilheira Alta/SC aduziu que o cadastro único seria realizado pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, que possui os equipamentos e materiais necessários (fl. 13), o Conselho Municipal da Educação, em conjunto com o Conselho Tutelar, realizariam o acompanhamento da frequência dos alunos na Escola e a Secretaria Municipal de Educação estaria comprometida em intensificar as orientações às escolas para o preenchimento dos formulários (fl. 15).

No que se refere às demais impropriedades verificadas nas condicionantes educacionais do Programa Bolsa Família, vislumbra-se que a municipalidade prestou informações atualizadas acerca das medidas adotadas para sua regularização. Vejamos:

I) irregularidade: falta de atuação do CMAS no acompanhamento dos programas assistenciais no Município, além da falta de capacitação dos conselheiros: trata-se o conselho de órgão deliberativo e autônomo com a função de acompanhar e fiscalizar os trabalhos de assistência social do município, assim como os beneficiários do Programa Bolsa Família, o qual está cumprindo a sua função (atas de reunião, fls. 75/77);

II) irregularidade: carência de equipamentos e recursos humanos para o desenvolvimento das ações do programa bolsa família: descreveu os recursos humanos (01 assistente social, 40 hs; 01 psicólogo, 20 hs; 01 assessor de secretaria, 40 hs; e, 02 auxiliares de serviços gerais, 40 hs) e materiais (dois espaços para o desenvolvimento das atividades, no CRAS e no Centro de Múltiplo Uso), conforme ofício de fls. 73 e 92;

III) irregularidade: ausência de divulgação da relação de beneficiários do programa pelo gestor municipal: esclareceu estar disponível no mural da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta-SC e do CRAS, sendo atualizado mensalmente conforme orientação do Ministério do Desenvolvimento Social, podendo, inclusive, acessá-la no site do Ministério do Desenvolvimento Social, conforme ofício de fl. 73;

IV) irregularidade: dados de beneficiários desatualizados no CadÚnico: explicou que os dados do CadÚnico são atualizados conforme a procura dos beneficiários pela renovação dos dados, restando esclarecido aos beneficiários o limite de tempo para a realização da atualização (fl. 74);

V) irregularidade: alunos beneficiários com frequência escolar inferior à estipulada pelo programa e lançamento incorreto de informações na ficha de preenchimento da frequência escolar: juntou-se Ofício da Escola Básica Municipal Fernando Machado, informando que, em 2009, não ocorrerá registro de infrequência de alunos inscritos no Programa Bolsa Família e, em 2010, haveria registro de Aviso de Infrequência do Aluno – APOIA - Rodrigo Coling - (fl. 78); ofício da Escola Municipal Bento Gonçalves, informando não possuir documento dos anos de 2009/2010 (fl. 80); e, ofício do Centro Educativo Municipal Mediação, no qual consta a informação de inexistência de registros de frequências inferior a estipulada pelo Programa Bolsa Família para os anos de 2009/2010 (fl. 81);

VI) irregularidade: ausência de ações realizadas pela Prefeitura Municipal a fim de mobilizar e sensibilizar as famílias beneficiárias para o cumprimento das condicionantes do Programa na área da educação, em especial o limite de frequência escolar, e da saúde: informou que são realizadas reuniões semestrais com todas as famílias beneficiárias, a fim de informar e orientar a respeito do programa. Também são realizadas atividades educativas e as condicionalidades da educação e da saúde são acompanhadas por meio da frequência escolar por um técnico da Secretaria Municipal da Educação (cadernos de classe de fls. 101/216), e pela medição e pesagem das crianças e acompanhamento das vacinas (fls. 92/93);

VII) irregularidade: ausência de visitas as famílias contempladas com a finalidade de verificar a conformidade dos requisitos estabelecidos pela legislação que rege o Programa Bolsa Família e suas condicionantes: as visitas são realizadas mensalmente, verificando-se o descumprimento das condicionalidades também por meio de informações prestadas pelas Secretarias de Educação e Saúde, bem como por denúncias da própria comunidade (fl. 93);

VIII) irregularidade: ausência de visitas as escolas do município a fim de apurar a frequência escolar dos alunos, cujas famílias estão inseridas no Programa Bolsa Família, bem como comparar os diários de classe com as fichas de preenchimento da frequência escolar utilizada para abastecimento do sistema de dados do MEC, para ajuste das informações: informou que há uma profissional específica na Secretaria de Educação para preencher dados e registros de classe dos professores, que é transmitido no sistema de dados do MEC (fls. 101/216).

Verifica-se que, em referência aos alunos entre 16 e 17 anos que frequentam a EEB Cordilheira Alta, aportou aos autos somente a ficha de frequência escolar do Sistema Presença (fls. 128). Ainda, o diário de classe de alguns alunos que se enquadram na frequência mínima de 85% (menores de 16 anos), referente aos meses de abril e maio não foram enviados, assim como alguns alunos não constam no Sistema, mesmo tendo frequentado as aulas, conforme infere-se dos diários de classe. Entretanto, os meses de fevereiro e março estão regulares, o que demonstra, por ora, que a gestão e fiscalização está sendo executada em conformidade com a legislação aplicável.

As poucas fichas que não estão com as frequências preenchidas estão com o item “Motivo” preenchido, com o código que faz alusão a justificativa cabível, a qual constará na Tabela de Motivos Baixa Frequência – 2014 (fl. 102).

IX) irregularidade: atualização dos dados dos beneficiários no CadÚnico, após as visitas realizadas, com cancelamento dos benefícios irregulares: explicou que há uma profissional específica que presta informações quanto aos beneficiários no CadÚnico diariamente, bem como preenche e atualiza os dados. Ainda, informou que a lista dos beneficiários fica disponível no mural da Prefeitura Municipal e do CRAS e é atualizada mensalmente (fls. 92/93);

X) irregularidade: regularização quanto à identificação dos recursos do IGD por meio de rubrica específica no orçamento municipal: informou que os recursos do IGD são identificados por meio de rubrica específica no orçamento municipal. Ainda, seguindo orientações, a origem dos recursos do IGD também está sendo feita nas notas fiscais (fl. 93); e

XI) irregularidade: regularização quanto à identificação da origem dos recursos nas notas fiscais: informou que todas as notas fiscais são identificadas com a origem dos recursos a ela inerentes (fl. 93).

Impende ressaltar que, quanto às inconsistências verificadas nas frequências escolares de alguns alunos beneficiários, as escolas responderam que “a diferença encontrada na porcentagem de frequência dos alunos vinculados ao Programa Bolsa Família deu-se devido a fórmula utilizada para calcular a frequência. Sendo que, utilizava-se como fonte a frequência do boletim do aluno, fazendo-se uma média de cada mês. Solicitou-se a escola uma revisão desses dados, sendo que os cálculos foram refeitos com a fórmula sugerida no formulário do Sistema Presença. A diferença encontrada na porcentagem não compromete a frequência do aluno, exigida pelo Programa Bolsa Família que é de no mínimo 85%” (informações constantes do Anexo I).

Em relação a divergência encontrada referente a porcentagem de presença, importante fazer menção ao Inquérito Civil n. 1.33.002.000485/2013-48, já arquivado nesta Procuradoria, que tratava das irregularidades do Programa Bolsa Família na cidade de Jupiá/SC. Em Relatório de Vistoria de fls. 184/195 daqueles autos, “constatou-se que o Sistema Presença somente aceita porcentagem diferente de 99% (noventa e nove por cento) nos casos em que o número de faltas for inferior ao quantum estabelecido para a concessão do Programa Bolsa Família, que seria 75% (setenta e cinco por cento) ou 85% (oitenta e cinco por cento).

Isso justifica porque na maioria das frequências enviadas consta a porcentagem de presença de 99%. Durante a vistoria, foi observado uma simulação no programa para demonstrar que o sistema presença impede preencher os dados com uma porcentagem diferente. Por exemplo de 95% ou de 88%, então quando a porcentagem de presença não for inferior a 75% ou 85%, o sistema grava sempre 99%. Para aqueles alunos que não atingem os 75% ou 85% de presença o sistema aceita qualquer porcentagem e o benefício é cancelado.”

Ressalta-se, por fim, que tramita nesta Procuradoria da República o Inquérito Civil Público nº 1.33.002.000104/2010-88, instaurado a partir de remessa pela CGU do Relatório de Fiscalização nº 1540/2009, no qual se apuram as irregularidades levantadas plea CGU também no âmbito da 5ª CCR.

Do exposto, conclui-se que não permanece qualquer circunstância que, por ora, demande a intervenção do Ministério Público Federal, eis que não restaram irregularidades a serem sanadas quanto ao Programa Bolsa Família no Município de Cordilheira Alta/SC, no âmbito da PFDC, de forma que promovo o ARQUIVAMENTO deste expediente.

Sem prejuízo, e nos termos do artigo 17 da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e do artigo 10, parágrafo 1º, da Resolução n. 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, procedam-se às seguintes providências:

a) oficie-se aos interessados (Prefeitura de Cordilheira Alta e PRDC) encaminhando cópia desta promoção e cientificando-o da previsão inserta no artigo 17, parágrafo 3º, da Resolução n. 87/2006 do CSMPF e no artigo 10, parágrafo 3º, da Resolução n. 23/2007 do CNMP;

b) comprovada a efetiva cientificação pessoal do interessado, remeta-se os autos, no prazo de 3 (três) dias, ao Núcleo de Apoio Operacional (NAOP) da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão na Procuradoria Regional da República da 4ª Região (PRR4), nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, da Lei n. 7.347/85; artigo 17, parágrafo 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, artigo 10, parágrafo 1º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

RENATO DE REZENDE GOMES
Procurador da República

DESPACHO DE 2 DE JUNHO DE 2015

Procedimento Extrajudicial nº 1.33.000.000314/2012-58

1) considerando o decurso do prazo e a imprescindibilidade da realização de outras diligências, a fim de alcançar o objeto do presente feito, em especial aguardar resposta da Secretaria de Obras do Município de Florianópolis, prorrogo o seu prazo por 01 (um) ano, nos termos do art. 9º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP;

2) à Secretaria para solicitação da publicação do ato, bem ainda para registro da presente prorrogação no sistema Único.

ANALÚCIA HARTMANN
Procuradora da República

DESPACHO DE 2 DE JUNHO DE 2015

Procedimento Extrajudicial nº 1.33.000.001216/2009-32

1) considerando o decurso do prazo e a imprescindibilidade da realização de outras diligências, a fim de alcançar o objeto do presente feito, em especial cumprir despacho de folhas 380v, prorrogo o seu prazo por 01 (um) ano, nos termos do art. 9º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP;

2) à Secretaria para solicitação da publicação do ato, bem ainda para registro da presente prorrogação no sistema Único.

ANALÚCIA HARTMANN
Procuradora da República

DESPACHO DE 2 DE JUNHO DE 2015

Procedimento Extrajudicial nº 1.33.000.001363/2010-46

1) considerando o decurso do prazo e a imprescindibilidade da realização de outras diligências, a fim de alcançar o objeto do presente feito, em especial aguardar resposta da Caixa Federal, prorrogo o seu prazo por 01 (um) ano, nos termos do art. 9º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP;

2) à Secretaria para solicitação da publicação do ato, bem ainda para registro da presente prorrogação no sistema Único.

ANALÚCIA HARTMANN
Procuradora da República

DESPACHO DE 2 DE JUNHO DE 2015

Procedimento Extrajudicial nº 1.33.000.001588/2011-83

1) considerando o decurso do prazo e a imprescindibilidade da realização de outras diligências, a fim de alcançar o objeto do presente feito, em especial aguardar informações da Advocacia Geral da União em Santa Catarina, prorrogo o seu prazo por 01 (um) ano, nos termos do art. 9º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP;

2) à Secretaria para solicitação da publicação do ato, bem ainda para registro da presente prorrogação no sistema Único.

ANALÚCIA HARTMANN
Procuradora da República

DESPACHO DE 2 DE JUNHO DE 2015

Procedimento Extrajudicial nº 1.33.000.002049/2009-47

1) considerando o decurso do prazo e a imprescindibilidade da realização de outras diligências, a fim de alcançar o objeto do presente feito, em especial cumprir despacho de folha 138 v, prorrogo o seu prazo por 01 (um) ano, nos termos do art. 9º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP;

2) à Secretaria para solicitação da publicação do ato, bem ainda para registro da presente prorrogação no sistema Único.

ANALÚCIA HARTMANN
Procuradora da República

DESPACHO DE 2 DE JUNHO DE 2015

Procedimento Extrajudicial nº 1.33.000.002664/2008-72

1) considerando o decurso do prazo e a imprescindibilidade da realização de outras diligências, a fim de alcançar o objeto do presente feito, em especial cumprir despacho de folha 472, prorrogo o seu prazo por 01 (um) ano, nos termos do art. 9º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP;

2) à Secretaria para solicitação da publicação do ato, bem ainda para registro da presente prorrogação no sistema Único.

ANALÚCIA HARTMANN
Procuradora da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DA PROCURADORA-CHEFE

PORTARIA Nº 424, DE 7 DE ABRIL DE 2015

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições previstas no inciso II do artigo 50 da Lei Complementar nº 75/93, de 20 de maio de 1993, considerando os termos da Portaria CORE nº 1855, de 06 de fevereiro de 2015, resolve:

I – Designar os Excelentíssimos Senhores Procuradores da República para resolverem sobre a participação ou não do Ministério Público Federal nos atos a seguir elencados e, em caso positivo, acompanharem a realização dos trabalhos de CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA nas Varas Federais respectivamente indicadas:

01 – 04ª Subseção: 1ª Vara Federal de Santos

Período: 11 a 20 de maio de 2015

PROCURADOR: Antônio José Donizetti Molina Dalóia

02 – 04ª Subseção: 2ª Vara Federal de Santos

Período: 11 a 20 de maio de 2015

PROCURADOR: Felipe Jow Namba

03 – 04ª Subseção: 3ª Vara Federal de Santos

Período: 11 a 20 de maio de 2015

PROCURADOR: Thiago Lacerda Nobre

04 – 04ª Subseção: 4ª Vara Federal de Santos

Período: 11 a 20 de maio de 2015

PROCURADOR: Roberto Farah Torres

05 – 04ª Subseção: 5ª Vara Federal de Santos

Período: 11 a 20 de maio de 2015

PROCURADORA: Juliana Mendes Daun

06 – 04ª Subseção: 6ª Vara Federal de Santos

Período: 11 a 20 de maio de 2015

PROCURADOR: Luiz Antônio Palácio Filho

07 – 04ª Subseção: 7ª Vara Federal de Santos

Período: 11 a 20 de maio de 2015

PROCURADOR: Antônio Morimoto Junior

II – Determinar que, na ocorrência de qualquer eventualidade ou impedimento que impossibilite aos Procuradores designados acompanharem os trabalhos de Correição Geral Ordinária, caso tenham entendido por essa necessidade, a eles caberá providenciar um substituto, comunicando a alteração a esta Chefia, por ofício, com antecedência;

III – Determinar seja dada ciência aos Procuradores designados, à Coordenadoria Jurídica, ao Corregedor Regional da Justiça Federal da 3ª Região e aos respectivos Juízos Federais.

ANAMARA OSÓRIO SILVA

Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo

PORTARIA Nº 440, DE 10 DE ABRIL DE 2015

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições previstas no inciso II do artigo 50 da Lei Complementar nº 75/93, de 20 de maio de 1993, considerando os termos da Portaria nº 2117, do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, de 17 de dezembro de 2014, resolve:

I – Designar os Excelentíssimos Senhores Procuradores da República para resolverem sobre a participação ou não do Ministério Público Federal nos atos a seguir elencados e, em caso positivo, acompanharem a realização dos trabalhos de INSPEÇÃO GERAL ORDINÁRIA nas Varas Federais respectivamente indicadas:

01 – 1ª Subseção: 02ª Vara Criminal de São Paulo

Período: 04 a 08 de maio de 2015

PROCURADOR: Anderson Vagner Gois dos Santos

02 – 01ª Subseção: 06ª Vara Criminal de São Paulo

Período: 25 a 29 de maio de 2015

PROCURADOR: Sílvio Luís Martins de Oliveira

03 – 01ª Subseção: 07ª Vara Criminal de São Paulo

Período: 18 a 22 de maio de 2015

PROCURADOR: Marcos Ângelo Grimone

04 – 01ª Subseção: 01ª Vara Cível de São Paulo

Período: 11 a 15 de maio de 2015

PROCURADORA: Priscila Costa Schreiner

05 – 01ª Subseção: 03ª Vara Federal de Execuções Fiscais

Período: 04 a 08 de maio de 2015

PROCURADORA: Priscila Costa Schreiner

06 – 01ª Subseção: 02ª Vara Cível de São Paulo

Período: 04 a 08 de maio de 2015

PROCURADOR: Roberto Antônio Dassié Diana

07 – 01ª Subseção: 06ª Vara Cível de São Paulo

Período: 25 a 29 de maio de 2015

PROCURADORA: Ana Carolina Yoshii Kano

08 – 01ª Subseção: 14ª Vara Cível de São Paulo

Período: 18 a 22 de maio de 2015

PROCURADORA: Adriana da Silva Fernandes

09 – 01ª Subseção: 01ª – 02ª – 03ª – 04ª Varas Juizado Especial Federal

Período: 04 a 08 de maio de 2015

PROCURADORA: Adriana da Silva Fernandes
10 – 01ª Subseção: 25ª Vara Cível de São Paulo
Período: 25 a 29 de maio de 2015
PROCURADOR: Kleber Marcel Uemura
11 – 01ª Subseção: 09ª – 10ª – 11ª Varas Juizado Especial Federal
Período: 04 a 08 de maio de 2015
PROCURADOR: Marcos José Gomes Corrêa
12 – 01ª Subseção: 04ª Vara de Execuções Fiscais
Período: 25 a 29 de maio de 2015
PROCURADOR: Marcos José Gomes Corrêa
13 – 01ª Subseção: 12ª Vara de Execuções Fiscais
Período: 25 a 29 de maio de 2015
PROCURADOR: Rafael Siqueira De Pretto
14 – 01ª Subseção: Turmas Recursais -JEF
Período: 11 a 15 de maio de 2015
PROCURADOR: Rafael Siqueira de Pretto
15 – 01ª Subseção: 02ª Vara Previdenciária
Período: 11 a 15 de maio de 2015
PROCURADOR: Adilson Paulo Prudente do Amaral Filho
16 – 01ª Subseção: 09ª Vara Previdenciária
Período: 18 a 22 de maio de 2015
PROCURADOR: Matheus Baraldi Magnani
17 – 01ª Subseção: 06ª Vara de Execuções Fiscais
Período: 04 a 08 de maio de 2015
PROCURADOR: Matheus Baraldi Magnani
18 – 01ª Subseção: 26ª Vara Cível de São Paulo
Período: 18 a 22 de maio de 2015
PROCURADOR: José Roberto Pimenta Oliveira
19 – 01ª Subseção: 05ª – 06ª – 07ª – 08ª Varas Juizado Especial Federal
Período: 04 a 08 de maio de 2015
PROCURADOR: José Roberto Pimenta Oliveira
20 – 01ª Subseção: 12ª – 13ª – 14ª Varas Juizado Especial Federal
Período: 04 a 08 de maio de 2015
PROCURADORA: Thaméa Danelon Valiengo
21 – 01ª Subseção: 11ª Vara de Execuções Fiscais
Período: 18 a 22 de maio de 2015
PROCURADORA: Thaméa Danelon Valiengo

II – Determinar que, na ocorrência de qualquer eventualidade ou impedimento que impossibilite aos Procuradores designados acompanharem os trabalhos de Inspeção Geral Ordinária, caso tenham entendido por essa necessidade, a eles caberá providenciar um substituto, comunicando a alteração a esta Chefia, por ofício, com antecedência;

III – Determinar seja dada ciência aos Procuradores designados, à Coordenadoria Jurídica e aos respectivos Juízos Federais.

ANAMARA OSÓRIO SILVA

Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo

PORTARIA Nº 480, DE 17 DE ABRIL DE 2015

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições previstas no inciso II do artigo 50 da Lei Complementar nº 75/93, de 20 de maio de 1993, considerando os termos da Portaria nº 2117, do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, de 17 de dezembro de 2014, resolve:

I – Designar os Excelentíssimos Senhores Procuradores da República para resolverem sobre a participação ou não do Ministério Público Federal nos atos a seguir elencados e, em caso positivo, acompanharem a realização dos trabalhos de INSPEÇÃO GERAL ORDINÁRIA nas Varas Federais respectivamente indicadas:

01 – 02ª Subseção: 01ª Vara Federal de Ribeirão Preto
Período: 18 a 22 de maio de 2015
PROCURADOR: André Luiz Moraes de Menezes
02 – 02ª Subseção: 02ª Vara Federal de Ribeirão Preto
Período: 18 a 22 de maio de 2015
PROCURADORA: Daniela Gozzo de Oliveira
03 – 02ª Subseção: 04ª Vara Federal de Ribeirão Preto
Período: 11 a 15 de maio de 2015
PROCURADORA: Ana Cristina Tahan de Campos Netto de Souza
04 – 02ª Subseção: 05ª Vara Federal de Ribeirão Preto
Período: 04 a 08 de maio de 2015
PROCURADOR: André Luiz Moraes de Menezes
05 – 02ª Subseção: 06ª Vara Federal de Ribeirão Preto
Período: 04 a 08 de maio de 2015

PROCURADOR: Carlos Roberto Diogo Garcia
06 – 02ª Subseção: 07ª Vara Federal de Ribeirão Preto
Período: 18 a 22 de maio de 2015
PROCURADOR: Geraldo Fernando Magalhães Cardoso
07 – 02ª Subseção: Juizado Especial Federal de Ribeirão Preto
Período: 18 a 20 de maio de 2015
PROCURADOR: Carlos Roberto Diogo Garcia
08 – 03ª Subseção: 02ª Vara Federal de São José dos Campos
Período: 04 a 08 de maio de 2015
PROCURADOR: Fernando Lacerda Dias
09 – 03ª Subseção: 03ª Vara Federal de São José dos Campos
Período: 11 a 15 de maio de 2015
PROCURADOR: Ricardo Baldani Oquendo
10 – 04ª Subseção: 05ª Vara Federal de Santos
Período: 11 a 15 de maio de 2015
PROCURADORA: Juliana Mendes Daun
11 – 04ª Subseção: 06ª Vara Federal de Santos
Período: 04 a 08 de maio de 2015
PROCURADOR: Luiz Antônio Palácio Filho
12 – 04ª Subseção: 07ª Vara Federal de Santos
Período: 04 a 08 de maio de 2015
PROCURADOR: Antônio Morimoto Júnior
13 – 05ª Subseção: 01ª Vara Federal de Campinas
Período: 04 a 08 de maio de 2015
PROCURADORA: Elaine Ribeiro de Menezes
14 – 05ª Subseção: 02ª Vara Federal de Campinas
Período: 25 a 29 de maio de 2015
PROCURADOR: Áureo Marcus Makiyama Lopes
15 – 05ª Subseção: 03ª Vara Federal de Campinas
Período: 18 a 22 de maio de 2015
PROCURADOR: Áureo Marcus Makiyama Lopes
16 – 05ª Subseção: 04ª Vara Federal de Campinas
Período: 25 a 29 de maio de 2015
PROCURADOR: Edilson Vitorelli Diniz Lima
17 – 05ª Subseção: 05ª Vara Federal de Campinas
Período: 11 a 15 de maio de 2015
PROCURADOR: Edilson Vitorelli Diniz Lima
18 – 05ª Subseção: Juizado Especial Federal de Campinas
Período: 05 a 07 de maio de 2015
PROCURADOR: Edilson Vitorelli Diniz Lima
19 – 06ª Subseção: 01ª Vara Federal de São José do Rio Preto
Período: 25 a 29 de maio de 2015
PROCURADOR: Rodrigo Luiz Bernardo Santos
20 – 06ª Subseção: 03ª Vara Federal de São José do Rio Preto
Período: 18 a 22 de maio de 2015
PROCURADORA: Anna Flávia Nóbrega Cavalcanti Ugatti
21 – 07ª Subseção: 01ª Vara Federal de Araçatuba
Período: 11 a 15 de maio de 2015
PROCURADOR: Paulo de Tarso Garcia Astolphi
22 – 07ª Subseção: 02ª Vara Federal de Araçatuba
Período: 18 a 22 de maio de 2015
PROCURADOR: Gustavo Moyses da Silveira
23 – 07ª Subseção: Juizado Especial Federal de Araçatuba
Período: 25 a 27 de maio de 2015
PROCURADOR: Paulo de Tarso Garcia Astolphi
24 – 09ª Subseção: 01ª Vara Federal de Piracicaba
Período: 18 a 22 de maio de 2015
PROCURADOR: Leandro Zedes Lares Fernandes
25 – 09ª Subseção: 03ª Vara Federal de Piracicaba
Período: 25 a 29 de maio de 2015
PROCURADORA: Camila Ghantous
26 – 09ª Subseção: Juizado Especial Federal de Piracicaba
Período: 06 a 08 de maio de 2015
PROCURADORA: Raquel Cristina Rezende Silvestre
27 – 10ª Subseção: Juizado Especial Federal de Sorocaba
Período: 20 a 22 de maio de 2015
PROCURADOR: Osvaldo dos Santos Heitor Junior

- 28 – 12ª Subseção: 02ª Vara Federal de Presidente Prudente
Período: 04 a 08 de maio de 2015
PROCURADOR: Luís Roberto Gomes
- 29 – 12ª Subseção: 03ª Vara Federal de Presidente Prudente
Período: 25 a 29 de maio de 2015
PROCURADOR: Luís Roberto Gomes
- 30 – 12ª Subseção: 05ª Vara Federal de Presidente Prudente
Período: 11 a 15 de maio de 2015
PROCURADOR: Tito Lívio Seabra
- 31 – 13ª Subseção: 01ª Vara Federal de Franca
Período: 25 a 29 de maio de 2015
PROCURADOR: Wesley Miranda Alves
- 32 – 13ª Subseção: 02ª Vara Federal de Franca
Período: 25 a 29 de maio de 2015
PROCURADORA: Daniela Pereira Batista Poppi
- 33 – 14ª Subseção: 01ª Vara Federal de São Bernardo do Campo
Período: 04 a 08 de maio de 2015
PROCURADOR: Steven Shuniti Zwicker
- 34 – 14ª Subseção: 02ª Vara Federal de São Bernardo do Campo
Período: 11 a 15 de maio de 2015
PROCURADOR: Steven Shuniti Zwicker
- 35 – 14ª Subseção: 03ª Vara Federal de São Bernardo do Campo
Período: 18 a 22 de maio de 2015
PROCURADOR: Ricardo Luiz Loreto
- 36 – 15ª Subseção: 01ª Vara Federal de São Carlos
Período: 11 a 15 de maio de 2015
PROCURADOR: Ronaldo Ruffo Bartolomazi
- 37 – 15ª Subseção: Juizado Especial Federal de São Carlos
Período: 25 a 29 de maio de 2015
PROCURADOR: Ronaldo Ruffo Bartolomazi
- 38 – 16ª Subseção: 01ª Vara Federal/JEF adjunto de Assis
Período: 25 a 29 de maio de 2015
PROCURADOR: ITINERANTE
- 39 – 19ª Subseção: 04ª Vara Federal de Guarulhos
Período: 18 a 22 de maio de 2015
PROCURADORA: Rhayssa Castro Sanches Rodrigues
- 40 – 19ª Subseção: 05ª Vara Federal de Guarulhos
Período: 18 a 22 de maio de 2015
PROCURADOR: Luís Cláudio Senna Consentino
- 41 – 20ª Subseção: Juizado Especial Federal de Araraquara
Período: 25 a 29 de maio de 2015
PROCURADOR: Gabriel da Rocha
- 42 – 22ª Subseção: 01ª Vara Federal de Tupã
Período: 25 a 29 de maio de 2015
PROCURADOR: Diego Fajardo Maranhã Leão De Souza
- 43 – 23ª Subseção: 01ª Vara Federal de Bragança Paulista
Período: 25 a 29 de maio de 2015
PROCURADOR: Ricardo Nakahira
- 44 – 26ª Subseção: 03ª Vara Federal de Santo André
Período: 25 a 29 de maio de 2015
PROCURADOR: André Lopes Lasmar
- 45 – 27ª Subseção: 01ª Vara Federal de São João da Boa Vista
Período: 11 a 15 de maio de 2015
PROCURADOR: Lucio Mauro Carloni Fleury Curado
- 46 – 28ª Subseção: 01ª Vara Federal de Jundiaí
Período: 25 a 29 de maio de 2015
PROCURADOR: Rubens José de Calasans Neto
- 47 – 28ª Subseção: 02ª Vara Federal de Jundiaí
Período: 13 a 17 de maio de 2015
PROCURADOR: Rubens José de Calasans Neto
- 48 – 28ª Subseção: Juizado Especial Federal de Jundiaí
Período: 12 a 14 de maio de 2015
PROCURADOR: Rubens José de Calasans Neto
- 49 – 33ª Subseção: 01ª Vara Federal de Mogi das Cruzes
Período: 18 a 22 de maio de 2015
PROCURADORA: Ellen Cristina Chaves Silva
- 50 – 33ª Subseção: Juizado Especial Federal de Mogi das Cruzes

Período: 27 a 29 de maio de 2015

PROCURADORA: Ellen Cristina Chaves Silva

51 – 38ª Subseção: 01ª Vara Federal/JEF adjunto de Barretos

Período: 18 a 22 de maio de 2015

PROCURADOR: André Bueno da Silveira

52 – 40ª Subseção: 01ª Vara Federal de Mauá

Período: 25 a 29 de maio de 2015

PROCURADOR: Ricardo Luiz Loreto

53 – 34ª Subseção: 01ª Vara Federal de Americana

Período: 04 a 08 de maio de 2015

PROCURADOR: Camila Ghantous

54 – 03ª Subseção: 01ª Vara Federal de São José dos Campos

Período: 04 a 08 de maio de 2015

PROCURADOR: Ricardo Baldani Oquendo

II – Determinar que, na ocorrência de qualquer eventualidade ou impedimento que impossibilite aos Procuradores designados acompanharem os trabalhos de Inspeção Geral Ordinária, caso tenham entendido por essa necessidade, a eles caberá providenciar um substituto, comunicando a alteração a esta Chefia, por ofício, com antecedência;

III – Determinar seja dada ciência aos Procuradores designados, à Coordenadoria Jurídica e aos respectivos Juízos Federais.

ANAMARA OSÓRIO SILVA

Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo

PORTARIA Nº 523, DE 4 DE MAIO DE 2015

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições previstas no inciso II do artigo 50 da Lei Complementar nº 75/93, de 20 de maio de 1993, considerando os termos da Portaria CORE nº 1855, de 06 de fevereiro de 2015, resolve:

I – Designar os Excelentíssimos Senhores Procuradores da República para resolverem sobre a participação ou não do Ministério Público Federal nos atos a seguir elencados e, em caso positivo, acompanharem a realização dos trabalhos de CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA nas Varas Federais respectivamente indicadas:

01 – 40ª Subseção: 1ª Vara Federal de Mauá

Período: 01 a 02 de junho de 2015

PROCURADOR: André Lopes Lasmar

02 – 02ª Subseção: 1ª Vara Federal de Ribeirão Preto

Período: 08 a 19 de junho de 2015

PROCURADOR: André Luiz Morais de Menezes

03 – 02ª Subseção: 2ª Vara Federal de Ribeirão Preto

Período: 08 a 19 de junho de 2015

PROCURADOR: André Luiz Morais de Menezes

04 – 02ª Subseção: 4ª Vara Federal de Ribeirão Preto

Período: 08 a 19 de junho de 2015

PROCURADORA: Daniela Gozzo de Oliveira

05 – 02ª Subseção: 5ª Vara Federal de Ribeirão Preto

Período: 08 a 19 de junho de 2015

PROCURADORA: Daniela Gozzo de Oliveira

06 – 02ª Subseção: 6ª Vara Federal de Ribeirão Preto

Período: 08 a 19 de junho de 2015

PROCURADOR: Geraldo Fernando Magalhães Cardoso

07 – 02ª Subseção: 7ª Vara Federal de Ribeirão Preto

Período: 08 a 19 de junho de 2015

PROCURADOR: Geraldo Fernando Magalhães Cardoso

08 – 02ª Subseção: 9ª Vara Federal de Ribeirão Preto

Período: 08 a 19 de junho de 2015

PROCURADORA: Ana Cristina Tahan de Campos Netto de Souza

09 – 02ª Subseção: Juizado Especial Federal de Ribeirão Preto

Período: 08 a 19 de junho de 2015

PROCURADORA: Ana Cristina Tahan de Campos Netto de Souza

10 – 38ª Subseção: 1ª Vara/Juizado Especial Federal de Barretos

Período: 08 a 19 de junho de 2015

PROCURADOR: André Bueno da Silveira

11 – 19ª Subseção: 01ª Vara Federal de Guarulhos

Período: 29 de junho a 08 de julho de 2015

PROCURADOR: Daniel Fontenele Sampaio Cunha

12 – 19ª Subseção: 02ª Vara Federal de Guarulhos

Período: 29 de junho a 08 de julho de 2015

PROCURADORA: Laura Gonçalves Tessler

13 – 19ª Subseção: 03ª Vara Federal de Guarulhos

Período: 29 de junho a 08 de julho de 2015

PROCURADORA: Ellen Cristina Chaves Silva

14 – 19ª Subseção: 04ª Vara Federal de Guarulhos

Período: 29 de junho a 08 de julho de 2015

PROCURADORA: Rhayssa Castro Sanches Rodrigues

15 – 19ª Subseção: 05ª Vara Federal de Guarulhos

Período: 29 de junho a 08 de julho de 2015

PROCURADOR: Luís Cláudio Senna Consentino

16 – 19ª Subseção: 06ª Vara Federal de Guarulhos

Período: 29 de junho a 08 de julho de 2015

PROCURADOR: Rodrigo Costa Azevedo

17 – 19ª Subseção: Juizado Especial Federal de Guarulhos

Período: 29 de junho a 08 de julho de 2015

PROCURADOR: Daniel Fontenele Sampaio Cunha

II – Determinar que, na ocorrência de qualquer eventualidade ou impedimento que impossibilite aos Procuradores designados acompanharem os trabalhos de Correição Geral Ordinária, caso tenham entendido por essa necessidade, a eles caberá providenciar um substituto, comunicando a alteração a esta Chefia, por ofício, com antecedência;

III – Determinar seja dada ciência aos Procuradores designados, à Coordenadoria Jurídica, ao Corregedor Regional da Justiça Federal da 3ª Região e aos respectivos Juízos Federais.

ANAMARA OSÓRIO SILVA

Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo

PORTARIA Nº 531, DE 7 DE MAIO DE 2015

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições previstas no inciso II do artigo 50 da Lei Complementar nº 75/93, de 20 de maio de 1993, considerando os termos da Portaria nº 2117, do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, de 17 de dezembro de 2014, resolve:

I – Designar os Excelentíssimos Senhores Procuradores da República para resolverem sobre a participação ou não do Ministério Público Federal nos atos a seguir elencados e, em caso positivo, acompanharem a realização dos trabalhos de INSPEÇÃO GERAL ORDINÁRIA nas Varas Federais respectivamente indicadas:

01 – 01ª Subseção: 05ª Vara Cível de São Paulo

Período: 22 a 26 de junho de 2015

PROCURADORA: Melissa Garcia Blagitz de Abreu e Silva

02 – 01ª Subseção: 08ª Vara Cível de São Paulo

Período: 22 a 26 de junho de 2015

PROCURADORA: Fernanda Teixeira Souza Domingos

03 – 01ª Subseção: 11ª Vara Cível de São Paulo

Período: 15 a 19 de junho de 2015

PROCURADORA: Lisiane Cristina Braecher

04 – 01ª Subseção: 17ª Vara Cível de São Paulo

Período: 15 a 19 de junho de 2015

PROCURADOR: Roberto Antonio Dassié Diana

05 – 01ª Subseção: 21ª Vara Cível de São Paulo

Período: 29 de junho a 03 de julho de 2015

PROCURADORA: Fernanda Teixeira Souza Domingos

06 – 01ª Subseção: 22ª Vara Cível de São Paulo

Período: 08 a 12 de junho de 2015

PROCURADOR: Adilson Paulo Prudente do Amaral Filho

07 – 01ª Subseção: 24ª Vara Cível de São Paulo

Período: 08 a 12 de junho de 2015

PROCURADOR: Kleber Marcel Uemura

08 – 01ª Subseção: 08ª Vara de Execuções Fiscais de São Paulo

Período: 15 a 19 de junho de 2015

PROCURADORA: Priscila Costa Schreiner

09 – 01ª Subseção: 10ª Vara Previdenciária de São Paulo

Período: 15 a 19 de junho de 2015

PROCURADORA: Thaméa Danelon Valiengo

II – Determinar que, na ocorrência de qualquer eventualidade ou impedimento que impossibilite aos Procuradores designados acompanharem os trabalhos de Inspeção Geral Ordinária, caso tenham entendido por essa necessidade, a eles caberá providenciar um substituto, comunicando a alteração a esta Chefia, por ofício, com antecedência;

III – Determinar seja dada ciência aos Procuradores designados, à Coordenadoria Jurídica e aos respectivos Juízos Federais.

ANAMARA OSÓRIO SILVA

Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo

PORTARIA Nº 549, DE 13 DE MAIO DE 2015

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições previstas no inciso II do artigo 50 da Lei Complementar nº 75/93, de 20 de maio de 1993, considerando os termos da Portaria nº 2117, do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, de 17 de dezembro de 2014, resolve:

I – Designar os Excelentíssimos Senhores Procuradores da República para resolverem sobre a participação ou não do Ministério Público Federal nos atos a seguir elencados e, em caso positivo, acompanharem a realização dos trabalhos de INSPEÇÃO GERAL ORDINÁRIA nas Varas Federais respectivamente indicadas:

- 01 – 21ª Subseção: 02ª Vara Federal de Taubaté
Período: 22 a 26 de junho de 2015
PROCURADOR: Adjame Alexandre Gonçalves Oliveira
- 02 – 03ª Subseção: 04ª Vara Federal de São José dos Campos
Período: 08 a 12 de junho de 2015
PROCURADOR: Ricardo Baldani Oquendo
- 03 – 04ª Subseção: 01ª Vara Federal de Santos
Período: 08 a 12 de junho de 2015
PROCURADOR: Felipe Jow Namba
- 04 – 04ª Subseção: 02ª Vara Federal de Santos
Período: 08 a 12 de junho de 2015
PROCURADOR: Luis Eduardo Marrocos de Araújo
- 05 – 05ª Subseção: 06ª Vara Federal de Campinas
Período: 08 a 12 de junho de 2015
PROCURADOR: Edilson Vitorelli Diniz Lima
- 06 – 06ª Subseção: 04ª Vara Federal de São José do Rio Preto
Período: 22 a 26 de junho de 2015
PROCURADORA: Anna Flávia Nóbrega Cavalcanti Ugatti
- 07 – 06ª Subseção: 05ª Vara Federal de São José do Rio Preto
Período: 15 a 19 de junho de 2015
PROCURADOR: Rodrigo Luiz Bernardo Santos
- 08 – 08ª Subseção: 01ª Vara Federal de Bauru
Período: 08 a 12 de junho de 2015
PROCURADOR: Fábio Bianconcini de Freitas
- 09 – 08ª Subseção: 02ª Vara Federal de Bauru
Período: 08 a 12 de junho de 2015
PROCURADOR: Fabrício Carrer
- 10 – 08ª Subseção: 03ª Vara Federal de Bauru
Período: 08 a 12 de junho de 2015
PROCURADOR: Pedro Antônio Oliveira Machado
- 11 – 08ª Subseção: Juizado Especial Federal de Bauru
Período: 08 a 12 de junho de 2015
PROCURADOR: André Libonati
- 12 – 10ª Subseção: 01ª Vara Federal de Sorocaba
Período: 15 a 19 de junho de 2015
PROCURADOR: Osvaldo dos Santos Heitor Junior
- 13 – 10ª Subseção: 02ª Vara Federal de Sorocaba
Período: 15 a 19 de junho de 2015
PROCURADOR: Osvaldo dos Santos Heitor Junior
- 14 – 12ª Subseção: 01ª Vara Federal de Presidente Prudente
Período: 08 a 12 de junho de 2015
PROCURADOR: Luis Roberto Gomes
- 15 – 12ª Subseção: Juizado Especial Federal de Presidente Prudente
Período: 15 a 19 de junho de 2015
PROCURADOR: Tito Lívio Seabra
- 16 – 13ª Subseção: 03ª Vara Federal de Franca
Período: 08 a 12 de junho de 2015
PROCURADORA: Daniela Pereira Batista Poppi
- 17 – 13ª Subseção: Juizado Especial Federal de Franca
Período: 22 a 26 de junho de 2015
PROCURADOR: Wesley Miranda Alves
- 18 – 15ª Subseção: 02ª Vara Federal de São Carlos
Período: 15 a 19 de junho de 2015
PROCURADOR: Ronaldo Ruffo Bartolomazi
- 19 – 19ª Subseção: 01ª Vara Federal de Guarulhos
Período: 15 a 19 de junho de 2015
PROCURADOR: Isac Barcelos Pereira de Souza
- 20 – 20ª Subseção: 01ª Vara Federal de Araraquara

Período: 15 a 19 de junho de 2015

PROCURADOR: Gabriel da Rocha

21 – 20ª Subseção: 02ª Vara Federal de Araraquara

Período: 08 a 12 de junho de 2015

PROCURADOR: Rudson Coutinho da Silva

22 – 24ª Subseção: 01ª Vara Federal de Jales

Período: 22 a 26 de junho de 2015

PROCURADOR: Carlos Alberto dos Rios Júnior

23 – 25ª Subseção: 01ª Vara Federal de Ourinhos

Período: 08 a 12 de junho de 2015

PROCURADOR: Antônio Marcos Martins Manvailier

24 – 25ª Subseção: Juizado Especial Federal de Ourinhos

Período: 01 a 05 de junho de 2015

PROCURADOR: Antônio Marcos Martins Manvailier

25 – 30ª Subseção: Juizado Especial Federal de Osasco

Período: 24 a 26 de junho de 2015

PROCURADOR: Thiago Henrique Viegas Lins

26 – 33ª Subseção: 02ª Vara Federal de Mogi das Cruzes

Período: 08 a 12 de junho de 2015

PROCURADOR: Rodrigo Costa Azevedo

27 – 35ª Subseção: 01ª Vara/Juizado Especial Federal de Caraguatatuba

Período: 15 a 19 de junho de 2015

PROCURADORA: Maria Rezende Capucci

II – Determinar que, na ocorrência de qualquer eventualidade ou impedimento que impossibilite aos Procuradores designados acompanharem os trabalhos de Inspeção Geral Ordinária, caso tenham entendido por essa necessidade, a eles caberá providenciar um substituto, comunicando a alteração a esta Chefia, por ofício, com antecedência;

III – Determinar seja dada ciência aos Procuradores designados, à Coordenadoria Jurídica e aos respectivos Juízos Federais.

ANAMARA OSÓRIO SILVA

Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo

PORTARIA Nº 3, DE 29 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República abaixo assinado, em exercício na Procuradoria da República no Município de Jaú, com fundamento na Constituição Federal, artigos 127 e 129, na Lei Complementar nº 75/93, artigo 7º, I, e artigo 8º, na Resolução nº 23/2007/CNMP, e na Resolução nº 87/2010/CSMPF, e considerando:

- que é função institucional do Ministério Público instaurar inquérito civil e outros procedimentos correlatos;

- que, inicialmente, os autos foram instaurados em razão de encaminhamento de ofício do MPE para análise da viabilidade jurídica da aplicação da sanção prevista no inciso I, do § 3º, do art. 23, da LC 101/2000, em face do Município de Itapuí/SP, haja vista o suposto descumprimento da Lei 12.527/11;

- que há necessidade de se ampliar o escopo do presente procedimento para que a investigação abranja todos os municípios afetos à área de atribuição desta PRM/Jaú/SP, a fim de se constatar o cumprimento a determinação legal de disponibilização à população do acesso a informações, através da implantação de seus respectivos portais da transparência;

RESOLVE:

Instaurar o INQUÉRITO CIVIL nº 1.34.022.000027/2015-03, determinando:

1) a afixação de cópia desta portaria nas dependências da Procuradoria da República no Município de Jaú/SP, no local de costume, pelo prazo de 15 (quinze) dias (art. 232, II e III, do CPC);

2) a solicitação de publicação no Sistema Único para que seja conferida a devida publicidade, nos termos do art. 16, § 1º, inciso I, da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3) o cumprimento do item 2, de fl. 96;

4) Ficam designados os servidores desta Procuradoria da República no Município de Jaú/SP, Andreia Ortigosa, Mônica Brígide Pereira dos Santos, Elthon Fernando de Jesus Inácio e Gizele Regina Miranda dos Santos para, isolada ou conjuntamente, atuarem no Inquérito Civil instaurado através do presente ato.

MARCOS SALATI

Procurador da República

PORTARIA Nº 18, DE 1º DE JUNHO DE 2015

Procedimento Preparatório nº 1.34.024.000207/2014-86. Assunto: Convocação em Inquérito Civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, artigos 5º e 6º da Lei Complementar nº 75/93, e no artigo 2º da Resolução CNMP nº 23/2007:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO que o Ministério do Turismo reprovou as contas referentes ao convênio CV-0496/2010 – SIAFI/SICONV nº 735848/2010, firmado entre o município de São Pedro do Turvo e o Ministério do Turismo, tanto no que se refere à realização do objeto (execução física), quanto no que diz respeito à regularidade da aplicação financeira (fls. 6/12 e 15/17);

CONSIDERANDO a necessidade de novas diligências para melhor apreciação dos fatos indicados neste Procedimento Preparatório; CONSIDERANDO que este procedimento já tramita há 180 (cento e oitenta) dias, prazo máximo previsto no art. 4º, § 1º, da Resolução CSMPP nº 87/2006, sem que se tenha logrado trazer aos autos elementos suficientes para se concluir pelo seu arquivamento ou para embasar a propositura de ação civil pública (cf. art. 4º, §4º, da Res. CSMPP 87/2006, incluído pela Res. CSMPP Nº 106/2010)

RESOLVE

CONVERTER, nos termos do disposto no artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução CNMP nº 23/2007, o presente Procedimento Preparatório em INQUÉRITO CIVIL, com o fim de apurar possível afronta ao patrimônio público, e determinar as seguintes diligências/providências:

1. registre-se e autue-se a presente portaria, juntamente com o Procedimento Preparatório nº 1.34.024.000207/2014-86;
2. por meio das devidas inserções no Sistema ÚNICO, dê-se ciência à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e providencie-se a publicação desta portaria;
3. publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim, à determinação trazida no §9º, do art. 9º, da Resolução CSMPP 87/06, com a redação da Resolução CSMPP 106/10.

ANTONIO MARCOS MARTINS MANVAILER
Procurador da República

PORTARIA Nº 54, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (PP nº 1.34.004.001342/2014-87); com fundamento Constituição Federal, arts. 127 e 129; Lei Complementar 75/93; Leis 8625/93, 7.347/85, 8078/90 e Lei n. 11.977/09 e demais normas de proteção aos direitos transindividuais. Com o objetivo de apurar irregularidades, ausência de reserva de vagas, de atualização de dados dos candidatos, divulgação de listagem equivocada, exclusão indevida de candidatos, entre outras irregularidades do Programa Minha Casa Minha Vida. Vinhedo/SP. Empreendimentos Portal da Esperança I e II. Objetivos possíveis: Atuação na dimensão preventiva; Atuação na dimensão repressiva corretiva; Atuação na dimensão repressiva punitiva; Objetivo de proteção do patrimônio e demais recursos públicos; Objetivo de proteção da ação pública e de seus resultados sociais. Fatos narrados na denúncia: A representação, formulada por vereadores do município de Vinhedo/SP, versa sobre a existência de possíveis irregularidades no programa Minha Casa Minha Vida, concernentes à adoção de critérios de priorização, hierarquização e seleção de candidatos para os empreendimentos Portal da Esperança I e II. Determino as seguintes atividades de mérito: análise do procedimento em epígrafe.

AUREO MARCUS MAKIYAMA LOPES
Procurador da República

RECOMENDAÇÃO Nº 4, DE 21 DE MAIO DE 2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos artigos 127, caput, 129, incisos II e VI da Constituição da República, artigos 1º, 2º, 5º, incisos III, “e”, incisos IV e V; artigo 6º, incisos VII, “a” e “d”, e XX; e artigo 8º, inciso II da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e que o Ministério Público tem como funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e outros interesses difusos, coletivos, de conformidade com a Constituição da República, artigos 127, caput, e 129, incisos II e VI, e Lei Complementar nº 75/1993, artigo 5º;

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso II da Constituição da República dispõe ser função institucional do Ministério Público “zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia”;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público a expedição de recomendações, visando a melhoria dos serviços de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (LC 75/1993, artigo 6º, XX);

CONSIDERANDO que a saúde é direito social constitucionalmente reconhecido (art. 6º da CF/88), e são de relevância pública as ações e serviços de saúde (art. 197, CF/88);

CONSIDERANDO que no cumprimento do dever de prestar assistência integral à saúde da população, o poder público atuará por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, seja diretamente, através de unidades públicas de saúde, ou indiretamente, arcando com o custo dos tratamentos efetivados por instituições de saúde conveniadas;

CONSIDERANDO que os recursos que compõem o Sistema Único de Saúde são oriundos da União, dos Estados e dos Municípios, sendo certo que a União aportou, em 2013, aproximadamente R\$ 79 bilhões no SUS, o que evidencia o interesse federal na questão;

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público promover as medidas necessárias para que o Poder Público, por meio dos serviços de relevância pública, respeite os direitos assegurados na Constituição Federal, como o direito social à saúde e ao irrestrito acesso a atendimentos e tratamentos médicos condizentes com a dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO que a redação atual do artigo 19-J da Lei 8.080/1990, dada pela Lei nº 11.108/2005, garante a toda parturiente, dentro dos serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, da rede própria ou conveniada, o direito de indicar um acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato;

CONSIDERANDO que a atual redação do artigo 19-J da Lei 8.080/1990 já está em vigor há dez anos, tendo havido tempo suficiente para os estabelecimentos de saúde se adequarem a tais imposições legais;

CONSIDERANDO a existência do Inquérito Civil nº 1.34.011.000658/2014-62, instaurado para apurar o cumprimento da mencionada lei por parte dos estabelecimentos públicos e privados de saúde localizados no Município de Diadema/SP;

CONSIDERANDO que, oficiada, a SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, administradora do Hospital Estadual de Diadema, informou, por meio do ofício nº 190/2014, que apenas permite a indicação de acompanhante durante o pré-parto, parto e pós parto se for menor de idade ou portadora de necessidade especial;

CONSIDERANDO que o mencionado ofício também informa que o hospital, nos demais casos, apenas permite a presença de acompanhante durante o parto e o pós-parto;

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com o objetivo de resguardar os direitos das parturientes usuárias do Sistema Único de Saúde assegurados pelo artigo 19-J da Lei Federal nº 8.080/1990, resolve, com fundamento no art. 6º, XX, da Lei Complementar nº 75/93, RECOMENDAR à SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina que tome as providências necessárias para assegurar a todas as parturientes no Hospital Estadual de Diadema o direito de ter o acompanhamento de uma pessoa à sua escolha não apenas durante o período de parto e pós-parto imediato, mas também durante o trabalho de parto.

A partir da data da entrega da presente recomendação, o Ministério Público Federal considera seus destinatários como pessoalmente cientes da situação ora exposta e, nesses termos, passíveis de responsabilização por quaisquer eventos futuros imputáveis a sua omissão.

Por fim, faz-se impositivo constar que a presente recomendação não esgota a atuação do Ministério Público Federal sobre o tema, não excluindo futuras recomendações ou outras iniciativas com relação aos agentes supra mencionados ou outros, bem como com relação aos entes públicos com responsabilidade e competência no objeto.

Fica concedido às autoridades destinatárias o prazo de 60 (sessenta) dias corridos para informarem o acatamento da presente recomendação e as medidas adotadas para seu cumprimento.

STEVEN SHUNITI ZWICKER
Procurador da República

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 10, EM 1º DE JUNHO DE 2015

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.34.012.000350/2014-15, REFERENTE: APURAR RISCOS CAUSADOS POR DESTROÇOS NO NAVIO "RECREIO" NAS PRAIAS DE SANTOS. PARTES: de um lado, o Ministério Público Federal, representado pelo Procurador da República Dr. Antonio José Donizetti Molina Daloia e o Ministério Público do Estado de São Paulo representado pelo Dr. Daury de Paula Júnior como compromissários, e, de outro lado, os Senhores Ricardo Fernandes Gomes, José Sílvio Fonseca Tavares Júnior e Rômulo De Souza Santos Júnior da Capitania dos Portos de São Paulo, Sérgio Martins de Assis, da Secretaria do Patrimônio da União, Nelson G. Lima Júnior, Patrícia C. M. R. Magalhães e Carlos Eizo da Prefeitura Municipal de Santos, como comprometentes. OBJETO: Assumem o compromisso de: 1- No prazo de 90 (noventa) dias, a Prefeitura de Santos adotará medidas de aprimoramento da sinalização do entorno dos restos da embarcação, para alertar dos riscos aos banhistas, inclusive com indicação do tipo de risco ali presente. No mesmo prazo, adotará medidas para que o fato seja considerado nos eventuais estudos relativos à erosão da Ponta da Praia, inclusive para que sejam apontadas alternativas para eliminar e/ou minimizar os riscos em caráter de estudo preliminar; 2. A Capitania dos Portos de São Paulo submeterá, no âmbito institucional da Marinha do Brasil, a Nota nº 2877-5.12/2014/RDM/CONJUR-MP/CGU/AGU da Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Planejamento para que seja emitida uma resposta institucional, sendo que, no prazo de 90 (noventa) dias, encaminhará cópia da respectiva resposta para a SPU e para os Ministérios Públicos; 3. 120 (cento e vinte) dias, a Capitania dos Portos de São Paulo encaminhará o resultado de pesquisa do histórico relativo às autorizações para desmontagem do navio Recreio, inclusive para identificar eventual sucessor do proprietário da embarcação e/ou do responsável pela desmontagem; 4. no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento do parecer atinente ao item 2, caso o posicionamento ali constante seja contrário à atribuição da Marinha do Brasil para a remoção dos destroços do referido navio, a SPU suscitará o conflito de atribuições internas da União, para fins de que seja resolvido no âmbito da Câmara de Conciliação. DATA DA ASSINATURA: 01/06/2015. ASSINATURAS: Antonio José Donizetti Molina Daloia, Procurador da República, Dr. Daury de Paula Júnior, Promotor de Justiça de Santos, Ricardo Fernandes Gomes, José Sílvio Fonseca Tavares Júnior e Rômulo De Souza Santos Júnior da Capitania dos Portos de São Paulo, Sérgio Martins de Assis, da Secretaria do Patrimônio da União, Nelson G. Lima Júnior, Patrícia C. M. R. Magalhães e Carlos Eizo da Prefeitura Municipal de Santos

EXPEDIENTE**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA GERAL
SECRETARIA JURÍDICA E DE DOCUMENTAÇÃO**

Diário do Ministério Público Federal - Eletrônico Nº 101/2015
Divulgação: terça-feira, 2 de junho de 2015 - Publicação: quarta-feira, 3 de junho de 2015

SAF/SUL QUADRA 04 LOTE 03
CEP: 70050-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 3105.5913
E-mail: pgr-publica@ mpf.mp.br

Responsáveis:

Konrad Augusto de Alvarenga Amaral
Coordenador de Gestão Documental

Renata Barros Cassas
Chefe da Divisão de Editoração e Publicação

Guilherme Rafael Alves Vargas
Chefe Substituto da Divisão de Editoração e Publicação